

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

### VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

#### a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

**Coligação Democrática Unitária** – Manuel Joaquim Pisco Lopes, Yolande Paule Juliette Cloetens, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto, Diamantino António Caldeira Estanislau, Joana Margarida Banito Tomé e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos.

**Partido Socialista** – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Rafaela Isabel Graça Nunes, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

**Partido Social Democrata** – Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Maria Paula Soeiro Cândido e Alexandre Miguel Cardoso Teles.

**CHEGA** – Luís Miguel Leitão Maurício.

**Bloco de Esquerda** – Vítor Manuel Freitas Rosa.

**Pessoas-Animais-Natureza** – Mariana Vieira Crespo.

**Iniciativa Liberal** – Flávio Miguel Matos Lança.

**Presidentes de Junta** – Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra), Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) e Sónia Cristina Pereira Paulo (Presidente da União das Freguesias de Azeitão).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins, a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho, Fernando Miguel Catarino José, Vítor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques e Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, em substituição do Sr. Vereador Fernando Mimoso Negrão, conforme documento registado sob o n.º 1, arquivado em pasta anexa à presente ata.

#### **b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato**

Da bancada da CDU apresentou pedido de substituição, Afonso Augusto da Silva Luz, conforme documento registado sob o n.º 2, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, Maria João Teigas Santos Palma e António Hugo Lindo dos Santos Caracol, conforme documentos registados sob os n.ºs 3 a 5, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentou pedido de substituição, Nuno Miguel Oliveira Carvalho, António Miguel da Costa Ferreira, Isabel Maria Conde da Silva Ramalho e Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno, conforme documentos registados sob os n.ºs 6 a 9, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CHEGA apresentou pedido de substituição, Nuno Miguel da Costa Gabriel, conforme documento registado sob o n.º 10, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentaram pedidos de substituição os seguintes presidentes de Junta: Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa, tendo sido substituído por Luís Miguel Pombo de Magalhães Matos, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, Luís Alberto Miranda Custódio, tendo sido substituído por João Pedro Nascimento Carrasquinho e a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão, Sónia Cristina Pereira Paulo, tendo sido substituída por Hercílio José Demétrio Ferreira, conforme documentos registados sob os n.ºs 11 a 13, arquivados em pasta anexa à presente ata.

#### **c) Substitutos e sua posse**

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, João Manuel Martins da Silva, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PS, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Pedro Miguel Pereira Florêncio, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Francisco Miguel Guerreiro Cabral, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PPD/PSD, Natália Jennifer Watts Soares, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do CHEGA, Carla Sofia Carapeto da Silva Couto de Oliveira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

#### **d) Faltas**

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.



## **B - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Presidente da Mesa** – Há sempre intervenção do público, respeitando o facto de esta ser uma assembleia monotemática, temos duas intervenções sobre o mesmo tema “Habitação” (conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob os registos n.ºs 14 e 15).

**João Francisco Augusto** – Estou aqui para apresentar o movimento recente que surgiu devido à emergência nacional da necessidade de uma habitação digna a todas as pessoas que mereçam uma atenção especial por parte da política central que deriva do Estado, que é uma política enfraquecida nas últimas décadas por causa dos sucessivos governos.

O Movimento Porta a Porta surge com o propósito de divulgar e esclarecer toda a informação às populações que assim se sintam que têm de ser esclarecidas sobre a conjuntura dos problemas da habitação que afeta milhares de jovens de todo o país e, também, à faixa etária idosa do nosso país. Muitos não têm a garantia de quando é que vão ser despejados, se for esse o caso, e no caso dos jovens, nomeadamente, aqueles que pretendem seguir um percurso académico não conseguem, muitas vezes, alcançar os seus propósitos académicos devido à falta de uma habitação e também devida a todo este negócio especulativo das rendas de casa que tem vindo a alimentar a mão invisível do mercado.

As propostas do Movimento Porta a Porta são as seguintes: diminuir as taxas de juro e pôr os bancos a pagar, estabilizar os contratos de arrendamento, garantir a renovação dos atuais contratos de arrendamento, rendas comportáveis com os valores regulados, o fim dos despejos com o bloqueio a uma alternativa de habitação digna, combater a informalidade do arrendamento, mais habitação pública e mais alojamento público estudantil. Em simultâneo existe, também, o cumprimento do artigo 65 da Constituição da República Portuguesa que determina *“Todos têm direito para si e para a sua família a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”*. Na teoria, isto ocorre, mas na prática não é isso que sucede, por isso apelamos a que haja políticas solidárias derivadas do poder central e que o Estado não se descomprometa desta crise da habitação que é, também, uma crise humana que nos afeta a todos.

**Joana do Casal Bom** – No seguimento do que foi aqui colocado pelo João, venho também em representação do Movimento Porta a Porta, que é um movimento que está determinado a lutar pela habitação na nossa região, a defender a nossa região e a nossa habitação.

Neste momento no país, 93 mil famílias vivem em situação indigna. Mais de 93 mil vivem em situação de habitação indigna, mas em municípios onde a Estratégia Local de Habitação foi concluída e ratificada pelo IHRU, 3.214 famílias vivem em zonas que aguardam a Estratégia Local de Habitação e 1.028 onde não há qualquer Estratégia Local de Habitação, o que perfaz um total de 97.289 famílias em condições de habitação indigna. Desses 97mil, mais de 53 mil vivem nestas condições, mas em casa própria ou em casas do terceiro setor. Sobre estes 53 mil, que perfazem 40% do total das famílias em situação de habitação indigna, sobre estes 40% o programa “Mais Habitação” nada diz.

Entre o que é proposto no programa “Mais Habitação”, o que gostava de comentar, em primeiro lugar, é que uma das coisas que é proposta é que os novos contratos de arrendamento tenham um valor indexado ao anterior contrato de arrendamento. Ora, estamos numa situação em que tudo está a ser atualizado face à inflação, menos os salários e este ponto de indexar o valor do novo contrato ao contrato anterior não resolve o problema, porque os salários também não foram atualizados face à inflação.

O programa, também, promove a renda acessível, face ao preço de mercado que poderá, eventualmente, ter uma redução de 10%, mas voltamos a ter aqui o mesmo problema, que é a indexação ao preço de mercado quando os salários não acompanharam o que está a acontecer aos preços no mercado. Os salários não acompanharam o aumento da taxa de inflação, portanto, há uma perda do poder de compra e esta medida não é suficiente, não coloca as famílias numa situação mais favorável. Para além disso, outra das medidas do Programa “Mais Habitação” é um apoio extraordinário quando a renda ultrapasse os 35% da taxa de esforço, ora aqui o que percebemos é que o que vai cobrir são dinheiros públicos e na perspetiva de que os dinheiros públicos são os dinheiros dos contribuintes o que se percebe aqui é que não se está a controlar os lucros que provêm do setor imobiliário, mas sim continuamos a ter que os pagar, porque se o Estado é que vai cobrir o



que está acima dos 35% da taxa de esforço, então é o dinheiro do Estado, então é o nosso dinheiro. Isto, no entender do Movimento Porta a Porta configura uma política totalmente assistencialista face a um problema estrutural e no nosso entendimento remendar o que está errado não vai solucionar um problema estrutural. Posto isso e pegando no que diz o artigo 65, todos têm direito à habitação, infelizmente, nem todas as pessoas têm consciência de que esse direito existe e já foi conquistado, falta é fazê-lo cumprir, porque no nosso país não têm todos direito à habitação. Agora a questão da habitação está a atingir novas franjas, mas, na verdade há muito tempo que muitos lutam pela questão da habitação se formos prestar atenção ao que se passa nos bairros da periferia, nos bairros sociais, etc.

O artigo 65 diz que todos têm direito à habitação e isso não está a ser cumprido, também, na nossa região. Também diz que é função do Estado fazer cumprir esse direito, é ao Estado que incumbe fazer cumprir esse direito. O artigo 65, também, diz que a renda da habitação deve ser regulada pelo rendimento da família, não pelo preço de mercado, o preço não se deve reger pelo preço de mercado, tendo em conta o cariz especial que é a habitação. O que acontece é que ele se rege pelo preço de mercado e que aquilo que o Governo nos propõe com o programa “Mais Habitação” é que continue a reger-se pelo preço de mercado e nós achamos que isso não vai ser uma solução para o nosso problema.

O artigo 65 diz, também, que é passível e até recomendada a participação dos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento, pois é, exatamente por isso que o Movimento Porta a Porta surgiu e quando moramos numa região temos direito a uma opinião sobre essa região e nós aqui não vamos abdicar das nossas habitações, como também não vamos abdicar da natureza maravilhosa que aqui temos e como também não vamos abdicar da nossa Serra. Sabemos bem que os interesses imobiliários não olharão para a Serra da mesma maneira que os setubalenses olham, portanto, quando habitamos numa região temos direito, segundo o próprio artigo 65, à opinião sobre essa região e é isso que o Movimento Porta a Porta vai fazer.

**Presidente da Mesa** – Julgo que, em nome da Assembleia, podemos saudar o aparecimento de mais uma Associação Cívica. A participação cidadã que é lema deste município tem que se concretizar na efetiva participação dos cidadãos que se faz em relação a assuntos prementes para a vida social e para vida das famílias, também, através deste tipo de associações. Recebam, em nome da Assembleia, os nossos cumprimentos e o desejo de um bom trabalho em prol desse objetivo de se conseguir habitação para todos em condições condignas.

Algumas palavras sobre esta Assembleia especial, já inaugurámos uma modalidade de assembleias municipais que não eram habituais, incluímos uma modificação ao Regimento, uma Assembleia Anual sobre o Estado do Município, já realizamos uma e, também, se tem intensificado muito formalmente expresso no Regimento, mas houve o compromisso e o consenso, entre todos, de que sempre que houvesse temas de relevo para debater e que fossem suscitados por qualquer grupo municipal levaríamos em conta e faríamos uma reunião temática só para debater especificamente esse assunto.

Para recordar aos que cá estão, porque todos acordámos isso, e também para recordar a quem estiver a ver no exterior, a razão desta Assembleia Extraordinária é para especificamente debater e tomar algumas decisões, deliberações sobre aquilo que se está a passar no Município de Setúbal quanto à habitação e sobre aquilo que a Câmara, o Município, os Órgãos Municipais pretendem fazer sobre a habitação e os obstáculos que, também, pretendem que sejam afastados das melhores soluções que sirvam esse propósito de atingir uma habitação condigna para todos.

Hoje é este o tema do debate, o modo de funcionamento vai ser análogo ao que está definido no art.º 22 A quanto aos debates do Estado do Município, quintuplicaram-se os tempos de intervenção que está na Grelha B, há tempo suficiente para debater, não quer dizer que se esteja de propósito a gastar o tempo todo, mas até ao limite julgamos que há bastante tempo. A Câmara, o Sr. Presidente da Câmara e o Órgão Executivo dispõe de 50 minutos para fazer as suas intervenções, os outros Grupos Municipais têm o seu tempo de intervenção que está previsto na Grelha B vezes 5, há bastante tempo e vamos prosseguir a metodologia da intervenção sequencial dos Grupos Municipais do menos votado para o mais votado numa primeira ronda, depois far-se-á a discussão aberta. Como se prevê no art.º 22 A, a discussão inicia-se com a intervenção do Sr. Presidente da Câmara e encerra-se com a intervenção do Sr. Presidente da Câmara. A gestão dos tempos é de cada protagonista, de cada membro coordenador dos grupos ou de cada eleito por grupo municipal.

O Sr. Presidente da Câmara faz a primeira intervenção, apresenta as suas perspetivas, os documentos e as orientações que a Câmara está a seguir na questão da habitação, depois far-se-á o debate com estas duas rondas, uma sequencial e a outra em debate livre, ou seja, a pedido de intervenção.

O que solicito quando se chega às intervenções ordenadas de todas as bancadas é que tentem, o mais possível, fazer a apresentação ou incluir, porque havendo 9 propostas de recomendação que apareceram dentro do prazo estipulado até 48 horas antes, que o façam na intervenção inicial a apresentação do documento que cada bancada propõe.

Conforme a Comissão Permanente tinha previsto, o que não entrasse dentro deste prazo previsto de 48 horas antes, deveria ser o plenário a admitir à discussão e tal veio a acontecer, o PS apresentou já depois do prazo uma proposta de moção “Habitação Pública Acessível e de Qualidade”, a qual já foi distribuída também, mas tem que ser sujeita a admissão para discussão e começava por fazer isso para estabelecermos as propostas da Ordem do Dia que é um ponto único, mas que tem várias propostas. Começo por aí e depois fazemos as intervenções.

Coloco para aceitação e discussão a Proposta que está numerada como Deliberação n.º 32/2023/AM, que é relativa à Moção “Habitação Pública, Acessível e de Qualidade em Setúbal”, apresentada pelo Partido Socialista. Informo que a referida proposta foi admitida.

**Presidente da Câmara** – Quero, antes de mais, saudar a Assembleia Municipal e todos os eleitos pela realização desta reunião dedicada às questões da habitação. Estamos perante um tema central das nossas vidas, perante um direito constitucional que é imperioso cumprir. Sem casa não há vida digna, é neste contexto, que é de grande importância, partir para este debate com a apresentação prévia de um enquadramento histórico sobre as questões da habitação no Município de Setúbal. Um enquadramento que, necessariamente, sintetizará aquelas que foram algumas das principais ações e medidas adotadas em diferentes contextos e momentos, as carências habitacionais do concelho de Setúbal que continuam a ser, nos dias que correm, uma realidade, que começaram a assumir ainda maior expressão na década de 70, do século passado. Nessa altura foi criado pelo antigo Fundo de Fomento da Habitação, um grupo de trabalho que tinha como missão a definição de um plano capaz de suprir as necessidades de alojamento no concelho. Deste grupo de trabalho nasce o PIS, Plano Integrado de Setúbal, que seria aprovado em 1978. O plano previa, numa área de 600 hectares, localizada na zona da Bela Vista a construção de habitação nova pelo Estado, daqui resultou a edificação de 1.008 fogos que deram origem aos bairros da Bela Vista e Forte da Bela Vista.

A seguir à revolução de Abril foram, também, lançadas várias operações SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) de que resultaram no total mais cerca de 800 fogos. O movimento cooperativo, por seu lado, edificou perto de 900 fogos. Em 1993, o PER (Programa Especial de Realojamento) seria o responsável pela construção de cerca de outros 800 fogos. Foi na sequência da negociação entre a Câmara Municipal e o Estado para a concretização desta operação do PER que seria transferido para a autarquia o património habitacional já edificado no concelho, nomeadamente na Bela Vista, sem custos aparentes para nenhuma das partes. Na verdade, não foi o que aconteceu.

Parte considerável deste vasto património habitacional foi transferido já em mau estado, o que obrigou a Câmara Municipal, desde então, a investir elevados montantes na manutenção destes bairros. A autarquia, naquela altura, colocou-se assim por exclusiva opção política sua numa situação em que sem cuidar das reais capacidades financeiras que teria para aceitar tais responsabilidades, assumiu a gestão de vasto conjunto de fogos já em mau estado com infraestruturas e espaços públicos degradados dos quais, como sabemos e foi público e notório, não foi capaz de cuidar.

A memória, acredito, será ainda suficiente para recordar como estavam em péssimo estado aqueles bairros da Bela Vista em 2002, quando o executivo da CDU assumiu a responsabilidade de gerir esta Câmara Municipal. Assim como será suficiente para recordar o longo e árduo caminho que, desde então, foi feito para devolver dignidade àqueles territórios, trabalho que mais à frente vos darei exemplos.

A propósito da habitação construída, no âmbito do PER, é ainda muito importante salientar que a Câmara Municipal continua hoje a pagar a maioria dos empréstimos contratados entre 1997 e 2001, no montante global de mais de 10 milhões de euros, o que representa ainda hoje um encargo anual de cerca de 300 mil euros, tendo-o feito num quadro financeiro extremamente difícil, em particular, se tivermos em consideração que em 2002 quando aqui chegámos encontrámos a Câmara Municipal numa situação de pré-falência.

Uma situação que nos obrigou e continua a obrigar a uma gestão financeira muito rigorosa mesmo sem deixarmos de fazer vasta obra transformadora da cidade e do concelho, mesmo sem deixarmos de continuar a investir na qualificação destes bairros, pese embora as sucessivas e recentes tentativas que têm sido feitas de irresponsavelmente pôr em causa a gestão responsável das finanças municipais.

Retomando a cronologia e feitas as contas no período em causa, seriam construídos mais de 3 mil fogos de iniciativa pública e cooperativa. Em 1982, porém, é extinto o Fundo de Fomento da Habitação, começa, então, a ser adotado o princípio da venda gradual de casas de renda social aos respetivos inquilinos, operacionalizado com maior intensidade a partir de 1987 com a criação do IGAP. Somos, desta forma, colocados perante o exemplo paradigmático do que tem sido a pouca importância que sucessivos governos deram à política de promoção de habitação pública. Inevitavelmente, importa, também, abordar a intervenção da Câmara Municipal nestas matérias ao longo das últimas décadas. Com a transferência do património do Estado para a Autarquia e a construção de fogos, ao abrigo do PER, a Câmara Municipal de Setúbal passa a ser a gestora de 13 bairros onde existem 1.873 fogos municipais e 1.343 fogos de propriedade privada, num total de 3.216 fogos.

A ausência de políticas de habitação gerou em Setúbal e no país a atual situação de grande carência de habitação. Gerou, conseqüentemente, uma situação em que o acesso à habitação condigna e a custos suportáveis apenas pode ser garantido pela atribuição de fogos municipais, em particular, aos que não têm condições económicas. Com o passar do tempo agravou-se o estado de conservação destes fogos, não sem que a autarquia sempre tivesse feito tudo ao seu alcance e com elevados encargos financeiros para resolver estes problemas. As patologias mais comuns encontradas em todos os bairros e que necessitam de intervenção urgente de reabilitação, decorrem de infiltrações, da necessidade de remoção e substituição das coberturas em amianto, da reparação de fachadas e da substituição de caixilharias e de pavimentos. Além da anulação destas patologias, é urgente promover a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada e intervir nos arranjos exteriores.

Este foi o diagnóstico que fundamentou a medida da Estratégia Local de Habitação de Setúbal que preconiza a reabilitação do parque habitacional público e privado. Daqui resultaram várias candidaturas efetuadas e a efetuar ao programa “1º Direito” e aos fundos do PRR. Muito antes da elaboração dessa estratégia, a Câmara Municipal tinha já iniciado profundas intervenções na área que mais habitação pública concentra no concelho. Destacam-se as intervenções realizadas, no âmbito do RUB (Regeneração Urbana da Bela Vista e zona envolvente) que motivou em 2009 a apresentação de uma candidatura municipal de 16 milhões de euros a fundos comunitários para a regeneração urbana destas áreas.

O programa “Nosso bairro, nossa cidade” é outra das ações que a Câmara Municipal tem vindo a promover desde 2012 neste território da cidade de Setúbal, que assenta na ideia central aplicada com grande sucesso de que toda a ação deverá ser protagonizada pelos moradores.

Senhoras e senhores deputados, a lista de atribuição de habitação, que traduz a procura de habitação municipal, tinha no fim de abril passado 1.382 candidaturas validadas, nos últimos 2 anos foram atribuídos 57 fogos em resultado de terem ficado desocupados. A medida de promoção de nova habitação integrada na nossa Estratégia Local de Habitação encontra a sua justificação na limitada resposta à necessidade de habitação no concelho, limitações que decorrem objetivamente da notória ausência de políticas nacionais eficazes ao longo das últimas décadas, como, aliás, tem sido consensualmente reconhecido. Sem as medidas políticas que se impunham fomos, inevitavelmente, conduzidos à atual falta de habitação.

Prevê-se que a execução das medidas previstas na Estratégia Local de Habitação setubalense possa absorver cerca de metade dos atuais pedidos de atribuição de habitação, os restantes podem ser alocados aos novos fogos que o IHRU irá construir no regime de Renda Acessível. É fundamental abordar o processo de realojamento dos habitantes da Quinta da Parvoíce, quando foram recenseados 156 residentes de 81 agregados. O realojamento definitivo destas pessoas está considerado na Estratégia Local e o primeiro conjunto habitacional a ser construído pela autarquia considera a totalidade destes agregados. Foi também celebrado um protocolo de colaboração com o IHRU nos termos do programa “Porta de Entrada” que se aplica a situações de alojamento urgente e temporário, verificaram-se, entretanto, alterações às condições iniciais. A contabilidade final indica a existência de 77 agregados, num total de 148 residentes na Quinta da Parvoíce. Procuramos no mercado de arrendamento, na sequência do desenvolvimento deste protocolo, soluções habitacionais clássicas para alojar estas pessoas enquanto decorre o processo.

Senhoras e senhores deputados, acabo de vos apresentar um retrato, necessariamente incompleto, do que tem sido, ao longo das últimas décadas, o desenvolvimento das questões da habitação no concelho de Setúbal. Um retrato que fornece pistas para compreender o presente e também para saber como olhar o futuro, o futuro de que, aliás, já lançámos fortes alicerces.

A Câmara Municipal de Setúbal apresentou, e vai concretizar, candidaturas ambiciosas ao Plano de Recuperação e Resiliência em matéria de reabilitação e construção de nova habitação no concelho, por isso, temos afirmado que estamos a trabalhar para termos habitação para todos. Este é o desígnio pelo que nos levou, após a criação do programa “1º Direito”, a elaborar a nossa Estratégia Local e a avançar com quase duas dezenas de operações de reabilitação e construção de nova habitação pública. Tais operações municipais envolvem um investimento global de 192 milhões de euros, com financiamento do PRR, para a construção de 530 novas casas de renda apoiada e a reabilitação de 3.148 casas. Estes valores são, naturalmente, a preços de 2019.

Este é um trabalho feito de diálogo e de cooperação permanente para concretizarmos o programa que as nossas populações escolheram para a governação da cidade e do concelho, esse é um desígnio de que nunca abdicaremos, enquanto houver uma família ou um munícipe que tenha escolhido o Município de Setúbal para viver e não tenha acesso a uma habitação condigna, e quero aqui afirmar que contará sempre com a nossa iniciativa para resolver esse problema. Desta forma, estamos certos de todos os dias contribuirmos para dignificar Setúbal, os setubalenses e os azeitonenses, é isso que nos torna mais orgulhosos de viver em Setúbal.

**Presidente da Mesa** – Está feita a apresentação de abertura do debate, vamos fazer agora ronda inicial da intervenção dos grupos municipais, renovando o apelo a que, nesta primeira intervenção, tentassem fazer logo a fundamentação ou algum enquadramento da proposta de recomendação que foi feita.

**Flávio Lança (IL)** – Hoje falamos de habitação, infelizmente, estamos aqui hoje a debater este assunto, porque a somar a todos os problemas que enfrentamos, como é o exemplo da saúde, da educação, do emprego ainda temos mais o problema da habitação.

É importante termos presente que a crise da habitação em Portugal não surgiu de repente, ela levou anos para se desenvolver e muitos indicadores revelavam a sua aproximação e a resposta que o país deu, pelo menos nos últimos anos, foi a ausência de políticas de habitação efetivas. Chegados aqui precisamos de soluções, soluções que sejam possíveis de se implementar e que resolvam o problema. E quais foram as soluções apresentadas pelo Governo? Dizer que pretende aumentar o parque habitacional público de 2 para 5%.

Gostava que me acompanhassem numas breves contas. Devemos ter cerca de 6 milhões de habitações em Portugal, cerca de 2% são habitações públicas, são dados do INE, ou seja, temos cerca de 120 mil habitações públicas em Portugal. Para chegarmos a 5% precisamos de construir mais 180 mil habitações públicas. Se o preço médio de construção por metro quadrado for mil euros, que duvido que não seja mais alto, e a área bruta de construção de cada habitação para uma família, cumprindo o princípio de uma habitação condigna, fossem 80 metros quadrados, cada habitação social teria um custo de 80 mil euros, portanto, uma habitação social custaria 80 mil euros. Temos de construir 180 mil habitações, o que significa que Portugal terá de gastar 14,4 mil milhões de euros para atingir os 5% de habitações públicas.

Imagino que já devem estar todos a pensar, temos o PRR e vamos resolver o problema. Pois é, mas eu tenho aqui uma má notícia, o PRR só contribuirá, no máximo, com 2,3 mil milhões de euros até 2026, e este número é o total destinado à habitação que inclui mais do que construção, também temos reabilitação e outras medidas, portanto, o Estado vai ter de arranjar 12 mil milhões de euros para atingir este objetivo.

Parece-nos quem definiu este objetivo não deve ter feito qualquer conta e este anúncio é um bocadinho de propaganda política, como temos vindo a assistir. Mas há mais problemas, é preciso ainda perceber se é possível executar o PRR em 3 anos, pois podemos ter vários problemas na execução, desde já, começando pelo setor da construção que tem de ter capacidade para responder. Terá de existir mão de obra disponível, depois perceber se as cadeias logísticas conseguem fornecer os materiais de construção, pois temos relatos que existe escassez de alguns materiais e, por fim, o impacto da inflação nos custos dos próprios materiais.

Apesar de a Constituição da República Portuguesa dizer que temos direito à habitação, o contributo da habitação é líquido para o Estado, porque só em IMT e IMI em 2022 receberam, entre Estado e autarquias, 3,2 mil milhões de euros.



Só vemos milhões aqui a passar nestes números. A Câmara Municipal de Setúbal, também, em 2022 terá arrecadado cerca de 39 milhões de euros em IMT e IMI.

Na prática o problema da falta de habitação das populações é uma das principais fontes de receita para o erário público. Para resolvermos este problema, não podemos esquecer a realidade de Portugal, temos 6 milhões de alojamento e 4 milhões de famílias, com 98% do parque habitacional privado e, por isso, quem cria uma política que hostiliza o mercado não tem noção daquilo que está a fazer.

Na Europa assistimos à construção de habitações para arrendamento com grande sucesso, em Portugal a burocracia, a vasta regulamentação que cresce ano após ano e as políticas de congelamento de rendas são fatores que destroem a confiança de quem poderia investir nesta área e contribuir para solucionar este problema.

Tenho de referir que as medidas necessárias para se resolver o problema da habitação são um penso rápido, porque o problema efetivo da habitação são os salários líquidos dos portugueses que não são suficientes para se conseguir viver sem precisar da esmola do Estado. No entanto, a curto prazo, o caminho é claro, precisamos de aumentar a oferta, seja do arrendamento, da reabilitação de imóveis e construção onde se mostrar necessário. A redução de impostos e a desburocratização, também, será um importante contributo na solução deste problema.

Para terminar e seguindo aqui o pedido do Excelentíssimo Presidente da Assembleia, nós trazemos 4 recomendações ao executivo. Para agilizar a construção, reduzindo a burocracia e fomentando a transparência, temos uma recomendação para se criar um portal digital de licenciamento que permita a quem pretende licenciar ou legalizar um imóvel, o possa fazer de forma fácil, utilizando as novas tecnologias e conhecendo a cada momento em que fase está o seu processo. Adicionalmente este portal, também, permitirá extrair informação e indicadores relativamente ao licenciamento urbanístico. Para assegurar que os imóveis devolutos do município, também, contribuam para a solução deste problema e a sua reabilitação, dos que são propriedade do município, e até sem custos para o município, trazemos aqui uma recomendação para o executivo pensar na venda destes imóveis a quem os pretenda reabilitar, podendo fazer o pagamento do imóvel no final da reabilitação, mas condicionada a que o imóvel esteja destinado nos primeiros 5 anos a arrendamento acessível ou a habitação própria permanente.

Recomendamos, ainda, que a Câmara Municipal divulgue anualmente o Património Municipal a esta Assembleia, com algum detalhe relevante e também no site do município.

Por fim, recomendamos que o município, também, pondere uma isenção de IMI por um período de 3 ou 5 anos, em função dos pisos do imóvel aos proprietários que tenham imóveis sem meios de acessibilidade vertical, e aqui chamo os elevadores. Temos aqui no município alguns imóveis, e não são assim tão poucos quanto isso, em que não têm elevadores e com o envelhecimento da população, cada vez mais, assistimos a pessoas que ficam presas nas suas casas.

**Mariana Crespo (PAN)** – O acesso à habitação é um direito universal, não se trata apenas de um local para pernoitar, é uma estabilidade emocional, uma proteção, uma segurança que permite ao ser humano zelar pela sua qualidade de vida, pela sua saúde e pela sua família, tanto pessoas como animais. No entanto, com o desenvolvimento quer do segmento de luxo que potenciou uma reabilitação e renovação urbana, quer do turismo pouco ou nada planeado, novos segmentos sociais aumentaram as dificuldades no acesso e manutenção de uma habitação, sendo as pessoas empurradas e excluídas do centro das vilas e cidades.

Em Portugal faltou e continua a faltar um sério investimento na construção de habitação pública, situação agravada por diversas medidas e programas como o regime fiscal especial dos residentes não habituais e os vistos dourados, não alterada, apesar da aprovação do pacote da nova geração de políticas de habitação.

Em 2020 a crise provocada pela pandemia só veio agravar este problema, receando o PAN que a descentralização de competências, nesta matéria, não seja devidamente acompanhada pela transferência de adequados recursos financeiros, técnicos e humanos o que irá prolongar o problema estrutural de acesso à habitação e contribuir para o endividamento municipal, estrangulando financeiramente as autarquias. Acreditamos que o direito fundamental à habitação deve, em primeira linha, ser materializado pelo Estado, assim defendemos que a resposta à atual crise passe por investir na criação de uma rede de habitações públicas através, sobretudo, da reabilitação do património municipal e do Estado e quando necessário apenas de nova



construção, devendo estas habitações serem passíveis energeticamente e incentivar à inversão da desertificação de territórios e garantir a defesa dos valores da inclusão e do espírito de comunidade.

Se pretendemos que o setor privado faça parte integrante da solução, devemos sentarmo-nos com os representantes das distintas partes, inquilinos, pequenos proprietários, grandes proprietários, fundos imobiliários, alojamento local, hotelaria e perceber em conjunto como criar uma efetiva mudança de paradigma para o arrendamento, tornando-o acessível e compatível com os recursos financeiros existentes ao mesmo tempo que aliciante e justificável.

Portugal já está atrasado no incentivo à habitação colaborativa e defendemos que o município deve dinamizar a habitação colaborativa pelo espírito de comunidade, poupança de rendimentos e partilha de espaços que este regime estimula e também pelos benefícios ambientais que pode potenciar, como a partilha de painéis fotovoltaicos, espaços verdes, entre muitos outros.

Perante a problemática da instabilidade na habitação e do não acesso à mesma, as pessoas em situação de sem-abrigo constituem um grupo prioritário, é importante destacar que o número de pessoas sem casa ou sem teto aumentou com a atual crise e que o seu perfil se alterou, tendo ficado nessa condição pessoas provenientes dos diversos setores de atividade que foram fortemente impactados ainda no seguimento da crise pandémica, entre eles, a restauração, as artes, espetáculos e os serviços de turismo.

Sendo a habitação uma ferramenta essencial para o processo de integração na sociedade e de construção de uma vida melhor, as respostas para esta e para outras populações vulneráveis não devem passar apenas pela criação massiva de alojamentos temporários de emergência, mas sim pela criação de bolsas de fogos habitacionais de longa duração, com valores de arrendamento adequados a cada situação específica e evolutivos no tempo, através de programas comunitários com a implementação territorial nos quais exista o devido acompanhamento e apoio, nomeadamente, na procura e manutenção de emprego, no apoio à escolaridade e à aprendizagem ao longo da vida e as relações com o Estado e com as distintas instituições.

Por fim, e no eixo no qual a reabilitação desempenha um papel primordial, importa garantir que as habitações reabilitadas têm as necessárias componentes de neutralidade energética e carbónica no edificado, acreditando o PAN que é urgente trazer para o debate o combate à pobreza energética que atinge tantas famílias portuguesas.

Portugal continua sem políticas claras nesta matéria, sendo os baixos rendimentos da população, um obstáculo à aquisição de sistemas eficientes de aquecimento e arrefecimento e à realização de obras de reabilitação. É igualmente necessário definir critérios de aquecimento e arrefecimento por região, fazer chegar os apoios nacionais e comunitários aos cidadãos, não os retendo no meio de uma rede burocrática e exigente. O PAN entende que é importante o município focar-se na execução dos programas e dos fundos existentes para não acontecerem as situações recorrentes de se chegar ao fim dos programas comunitários com uma baixa taxa de execução.

Defendemos que a nível do património público e habitação pública é necessário elaborar um levantamento do parque habitacional público para identificação do seu estado de conservação e ocupação, a par do levantamento e análise das necessidades de habitação nas diferentes áreas urbanas e do tipo de agregados e rendimentos dos mesmos.

Rever os critérios de atribuição de habitação municipal de forma a garantir o acesso ao direito à habitação a todas as pessoas, estudando a alteração dos atuais critérios, garantindo os princípios da igualdade e da não discriminação em razão da ascendência, orientação sexual, identidade e/ou expressão de género e características sexuais de raça, etnia, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou qualquer outro fator, garantir o acesso a pessoas com animais de companhia a todas as habitações municipais.

Apostar no forte reforço do investimento na reabilitação e construção de habitação pública para arrendamento acessível, pugnando pela mobilização do património imobiliário do Estado e municipal.

Criar uma verba ou aumentar a verba no orçamento municipal alocada ao arrendamento jovem, erradicar as situações de alojamento temporário, criar em articulação com municípios limítrofes bolsas habitacionais específicas que permitam atribuir fogos a pessoas ou famílias em situação de especial vulnerabilidade.

Criar bolsas específicas a atribuir a entidades públicas ou privadas que tenham programas de apoio e proteção de pessoas vítimas de violência doméstica, discriminação ou marginalização habitacional, nomeadamente migrantes e refugiados, pessoas em situação de sem-abrigo, menores vítimas de abandono ou maus-tratos,

peçoas LGBT especialmente vulneráveis e peçoas idosas que se encontrem em camas hospitalares sem família que as possa ou queira acolher, com possibilidade de permanecerem com os seus animais de companhia, quando os houver.

Criar um conjunto de respostas habitacionais para peçoas idosas, quando já não seja possível permanecerem no seu lar, com um valor de renda definido mediante os rendimentos mensais de cada peçoas e com distintos graus de assistência, com a possibilidade de manterem consigo o seu animal de companhia seguindo diversos modelos.

Implementar um programa intergeracional de coabitação entre peçoas idosas que vivem sozinhas e jovens estudantes universitários, promovendo-se a solidariedade e o respeito pelos outros, permitindo que os jovens usufruam de alojamento mais acessível e até gratuito e apoiando as peçoas idosas a permanecerem nas suas casas devidamente acompanhadas por uma equipa de profissionais.

Promover a criação de sites municipais e metropolitanos que agreguem as diversas ofertas ao nível da oferta habitacional pública por território, bem como os diversos programas disponíveis.

A nível da habitação própria, arrendamento e planeamento recomendamos criar um observatório local de habitação com o objetivo de acompanhar a evolução da habitação existente no município, as necessidades e as dinâmicas, dando nota das decisões sobre a matéria.

Promover em articulação com o Estado a abertura de linhas de apoio financeiro com taxas proporcionais ao valor dos rendimentos de cada proprietário para recuperação de imóveis devolutos ou em ruínas destinados para habitação própria ou, se adquiridos a título de sucessão e herança, para habitação própria ou arrendamento acessível.

Apurar no município a adesão dos senhorios ao programa de arrendamento acessível, em caso de baixa adesão, tendo em consideração as necessidades, devem ser revistos os requisitos aplicáveis e estudar uma eventual forma de ampliação dos incentivos fiscais ou quaisquer outros para aumento do parque habitacional.

Promover a implementação de uma estratégia integrada de planeamento urbano e territorial que vise trazer habitantes para a cidade, articulando com as políticas nacionais e com outras políticas sectoriais inseparáveis, como a habitação, a educação, a saúde, a mobilidade, o fornecimento de serviços públicos, a gestão e preservação de recursos naturais, segurança e autonomia alimentar, entre outras.

Promover e incentivar, através do município, projetos de habitação cooperativa, colaborativa e participada, os quais devem envolver os futuros residentes no planeamento, construção e/ou reabilitação, bem como na futura gestão e manutenção, compreendendo uma ampla variedade de formas de habitação coletiva ou individual, baseada nos princípios da economia solidária, da partilha de conceitos de partes comuns como hortas, jardins e bibliotecas, apoio ao cuidado de peçoas idosas, peçoas com necessidades especiais e animais de companhia.

Criar programas piloto de apoio à autoconstrução de habitações, através de candidatura por grupos comunitários ou associações locais, implementar programas de conservação e de melhoria de imóveis de habitação envolvendo a população residente, desde a definição das necessidades e definição do projeto até à execução da obra, proporcionando mediante a análise de caso, materiais, tutoria, dinamização de equipas, entre outros aspetos.

Promover maior participação cidadã nas diversas fases de planeamento da cidade, através de encontros com a comunidade, procurando desta forma que as soluções vão ao encontro das reais necessidades de cada comunidade e em cada território.

Evitar a criação de bairros específicos de habitação pública, ocupando preferencialmente área da cidade consolidada, de forma dispersa e integrada.

Assegurar a articulação e o acompanhamento dos programas de reabilitação e regeneração com programas integrados de inclusão social, nomeadamente programas de empregabilidade, escolas, redes de transportes públicos e comércio local.

A nível do ambiente é fundamental pugnar pela neutralidade carbónica do edificado habitacional, adaptando todo o edifício residencial público às exigências impostas pelos compromissos assumidos a nível europeu. Quanto ao clima, ambiente e responsabilidade social, dotar todos os edifícios municipais de meios de produção de energia e aquecimento de águas, reduzindo a sua pegada ecológica, bem como o peso dos gastos no orçamento público e incentivar as restantes entidades públicas do município a adotar a mesma medida.

Criar um programa municipal denominado “edifícios vivos, públicos ou privados” visando a neutralidade carbónica, o respeito pelo ambiente e pelo património arquitetónico que tenha como critério de elegibilidade para apoio financeiro e técnico a otimização da implantação e de orientação da construção, a minimização do impacto no local, a utilização de materiais locais, a aplicação de boas práticas para a reutilização, reciclagem e valorização de resíduos de construção e demolição, a instalação de equipamentos de reutilização da água da chuva e de equipamentos produtores de energia renovável, a aposta nas fachadas e coberturas verdes e a utilização do conceito de edifícios passivos, ou seja, edifícios cujo design permita um consumo muito baixo de energia para aquecimento ou arrefecimento.

É também fundamental criar gabinetes de atendimento técnico de apoio aos particulares na área de projeto, instalação e definição de equipamentos que permitam melhorar a eficiência energética e o conforto da habitação, procurando incentivar as casas passivas e assim apoiando o setor privado na elaboração de candidaturas a programas já existentes ou novos do Governo ou do município.

Assegurar que os edifícios a construir ou objeto de reabilitação profunda, onde ampliação dispõe de postos de abastecimento de veículos elétricos nos parqueamentos e locais adequados para parqueamento de bicicletas. Aprovar um guia de boas práticas ambientais em edificado e no desenho urbano, onde circula um conjunto de compromissos e de medidas a tomar com o objetivo de reduzir as respetivas pegadas ecológicas.

Criar projetos municipais com o objetivo de combater a pobreza energética, recorrendo a fundos europeus alinhados com os instrumentos já existentes a nível nacional, através de benefícios fiscais para proprietários que procedam a obras neste âmbito da não cobrança de taxas de licenciamento neste tipo de obra e de apoio financeiro e técnico relativo, entre outros materiais de construção, eficiência energética, implementação de soluções de base natural dos edifícios.

Elaborar um estudo de avaliação da pobreza energética do edificado habitacional existente no município, tanto público, como privado, utilizando distintos indicadores como o preço da energia e a relação com as receitas, gastos do agregado, a auto perceção da pobreza energética e medição da adequação de temperatura.

Por fim, atualizar a lista dos edifícios municipais ou do Estado com amianto, dentro da área do município. Realização de análises laboratoriais e da qualidade do ar interior e elaboração de calendarização para remoção de todos os materiais e equipamentos que contenham amianto pertencentes à administração local com a máxima urgência.

**Vítor Rosa (BE)** – Em primeiro lugar, deixar aqui o meu voto de protesto relativamente à atuação da Câmara Municipal, do seu Executivo, com esta Assembleia Municipal. Não é justificável que um ofício desta Assembleia Municipal datado de 4 de abril, só tenha resposta ontem sobre matérias indicadas por todas as forças políticas, exceto a CDU, pedindo informação para complementar e enriquecer este debate, e que só ontem, gentilmente, o executivo nos faça chegar essa informação. É de todo uma falta de respeito para com esta Assembleia Municipal e para com todos os eleitos elegidos democraticamente pelos setubalenses e azeitonenses.

Não é a primeira vez que isto acontece, em relatório da Comissão da Comenda, também sucedeu, no relatório sobre o parqueamento tarifado tal aconteceu, a ignorância pública sobre as comemorações do 25 de Abril e desta Comissão Eventual existente nesta Assembleia Municipal também foi ignorada publicamente pelo Sr. Presidente. Acho que esta assembleia merece todo o respeito por parte do Executivo Municipal.

Sobre o tema da habitação, que é o que nos traz aqui, que foi a proposta feita pelo Bloco de Esquerda para discutir este tema e aceite unanimemente por esta Assembleia.

Estamos aqui para falar de um dos objetivos de Abril que ainda está por cumprir, o direito à habitação, um teto digno, uma habitação digna, uma vida digna. A proposta do Governo “Mais habitação”, convém, de certa forma, contextualizar, a habitação é o principal componente do financiamento do PRR, sendo que para esta área há mais de 1.200 milhões de euros. Nesta matéria significa mais de 28% dos fundos, mas para já só 4,5% deste valor foi executado. Tudo precisa de estar fechado dentro de 3 anos, ou seja, até junho de 2026.

Os 241 municípios que já têm Estratégias Locais de Habitação aprovadas, sinalizaram 67 mil famílias a viver em condições indignas, este número significa mais do dobro das casas que o PRR se propõe financiar. Até ao passado dia 20 de abril tinham sido financiados cerca de 5 mil soluções de habitação, o que representa um investimento superior a 342 milhões de euros, mas até agora foram pagos menos de 55 milhões.

A velocidade com que o programa está a chegar ao terreno, já mereceu um cartão amarelo da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR, a desigualdade no acesso ao dinheiro é outro motivo de preocupação.

Apesar do Programa de Apoio à Habitação poder financiar promotores privados, são as Câmaras Municipais que estão a liderar as candidaturas, significa que grande parte das famílias em situação de carência habitacional sinalizados estão em desvantagem e continuam sem resposta. Além de que, entre as candidaturas públicas aprovadas, a principal abordagem da intervenção é a reabilitação. Vários investigadores receiam, por isso, que os casos mais urgentes não estejam a ser contemplados e defendem a necessidade de repensar a estratégia, uma vez que o processo ainda está em aberto.

Para agilizar, dentro destas propostas, os direitos dos proprietários, o Governo quer que os inquilinos recebam ordens de desocupação de um imóvel ao abrigo do procedimento especial de despejo e que tenham 30 dias para sair após a decisão do tribunal. Esta não é uma medida de ajuda à habitação e não é a mais favorável na nossa sociedade, esta é sim uma facilitação dos despejos que o Governo está a promover.

Vejamos agora alguns dados sobre arrendamentos e compra de casa. A oferta de casas para arrendamento em Portugal caiu 30% nos primeiros 3 meses de 2023, face ao número de casas disponível no mesmo período do ano passado. Um estudo do idealista, principal Marketplace Imobiliário do Sul da Europa, segundo os seus dados a oferta de casas para arrendamento desceu em 13 capitais de distrito, com Lisboa e Aveiro a liderar as perdas de 43% e 42% respetivamente, seguidas pelo Porto com 39% e Setúbal tem 12%.

Passemos para um momento, aparentemente insuspeito e falo de um relatório do FMI sobre o preço das casas em Portugal que duplicaram desde 2015. O Fundo Internacional aponta que os mercados imobiliários europeus evidenciam sinais de sobrevalorização e dá, como exemplo, 5 países, entre os quais Portugal. A instituição assinala ainda o aumento da divergência entre os preços das casas e os rendimentos e entre os preços das casas e as rendas. No relatório, o FMI alerta que os mercados imobiliários mostram crescentes sinais de sobrevalorização em toda a Europa, os preços reais das casas duplicaram desde 2015 na República Checa, na Hungria, na Islândia, no Luxemburgo, na Holanda e em Portugal, lê-se no documento. O FMI destaca que desde a pandemia a divergência entre os preços das casas e os rendimentos, entre os preços das casas e as rendas aumentou ainda mais. Os rácios, preço, rendimento situam-se atualmente em mais 30% acima das suas tendências de longo prazo, enquanto as relações preço/rendas também excede em muito as suas normas históricas, inclusive economias do Norte da Europa ou de países europeus emergentes.

O relatório sublinha que o aumento do custo de vida e as prestações bancárias estão a esticar o equilíbrio familiar que se pode deteriorar ainda mais, caso seja atingido por choques adicionais. O número de famílias que lutam para pagar despesas básicas, alimentação, serviços públicos, rendas, pagamento de dívidas, é suscetível de aumentar em 10 pontos percentuais em 2023, correspondendo por cerca de 25% da dívida hipotecária. A este papel dos fundos imobiliários e proprietários, o Governo PS nada diz como combater ou o que pretende fazer sobre esta matéria.

Na prática, as medidas anteriormente anunciadas eram más, não traziam resultados práticos, partiam de um número de propaganda do Governo que tinha tudo para deixar as coisas mais ou menos como estavam e isto é uma parte considerável do nosso país sem acesso a uma habitação digna a preços justos. O Governo passou de mal a pior de todas as suas medidas para a área da habitação, enquanto antes dizia que queria controlar o Alojamento Local, agora entrega nas mãos das Câmaras Municipais, exatamente, o controlo sobre o Alojamento Local, os mesmos que disseram ao Governo que queriam manter e até alargar o Alojamento Local. Assim como dizia que iria ter o arrendamento coercivo para garantir que prédios devolutos iriam ser entregues à habitação, à sua função social e dessa forma trazer para o benefício da sociedade aquilo que está abandonado, mas deitou por terra essa ideia, mostrando que era apenas propaganda e nada mais, não tinha nenhuma intenção de levar por diante este objetivo.

Este é um pacote que não combate a especulação, não controla rendas, não garante que o mercado está em altas e a retirar pessoas do direito à habitação. Conclui-se, portanto, que o Governo falhou ao responder a uma das maiores crises que temos no país, a crise no direito à habitação, sendo o resultado que as classes médias e as classes mais desfavorecidas são empurradas para longe do centro das cidades e ficam sem acesso ao direito à habitação.

Sobre o Alojamento Local, é uma das várias pressões da liberalização selvagem do mercado imobiliário, da financeirização da habitação e a glorificação cega do turismo, promovido pelo PSD, CDS e mantida pelo PS. Para onde vão as nossas comunidades locais quando as cidades estão a ser varridas pelo turismo desenfreado? Para onde foi a vizinha despejada para se fazer mais um duplex em Alojamento Local? Para onde vai o direito a uma casa para viver?

É o orgulho expresso de uma política de interesse local e nacional que está a ser sempre preocupada onde vão dormir os turistas, mas não onde vão viver as pessoas. O negócio de alguns, que compromete o bem comum e que não serve a população no direito à habitação.

Nada nos move contra o verdadeiro Alojamento Local, de quem tem um quarto vago durante o ano, ou a casa durante as férias, mas essa não é a realidade. Sobre esta matéria, a Câmara, também, pouco ou nada fez para contrariar esta questão do Alojamento Local no nosso concelho. A narrativa alimentada pelo lobby imobiliário e pela direita, é de que há falta de casas no mercado, mas o problema não é a oferta, mas sim o uso indevido de habitações existentes para outros fins.

Em outdoor, o executivo anuncia mais de 500 casas arrendadas a baixo custo, mais de 1.300 reabilitações num investimento de 192 milhões, mas só em reabilitação de 4 bairros gasta-se 67,6 milhões de euros, sensivelmente mais de um terço deste valor de investimento apontado. Como ou o que se gasta em casas novas e restante reabilitação? Sobre isso pouca informação temos.

A procura de casas é na ordem de 1.382, onde se mitigar ou que medidas pensa o executivo fazer para responder a estas necessidades?

Em sensivelmente, 20 anos sobre a gestão CDU, que mais podia ser feito, não devendo ser refúgio nas falhas do Poder Central. Esse é o papel do Poder Local, conforme previsto no artigo 65 da Constituição, exemplos do Bairro da Liberdade, do Bairro do Forte da Bela Vista, não basta de promessas em tempos eleitorais.

Termino com parte de uma canção de uma artista setubalense, que se calhar muitos de vós conhecem, Cátia Oliveira conhecida como Garota Não, em parceria com Chullage: *“Welcome monsieur, a casa é vossa, o mal dos outros não nos faz moça, quem não aguenta a subida encosta, habitação é fratura exposta, mas na porta ao lado há mais um despejo, cai uma família fica, o azulejo, começam as obras, que casa bonita, começam os guests, fome é infinita, mais um AL, orgulho nacional, corrida sem lei, onde vais Portugal.*

*Senhor Presidente não ando feliz, eu quero ser sonhos e não quem maldiz, calem-se os fachos que ardam bandeiras, aqui o assunto não são fronteiras, é sempre bem-vindo quem venha por bem, problema é haver um casa para cem, salários tão baixos amarga a batuta, que felicidade interna tão bruta”.*

Esta era a intervenção sobre a habitação, aproveitando a sugestão do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia relativamente à recomendação apresentada pelo Bloco hoje no debate, penso que todos têm conhecimento e realçava só a parte deliberativa relativamente às recomendações sobre a suspensão total da autorização de novos registos de estabelecimentos de Alojamento Local nas Zonas de Pressão Urbanística de Setúbal, por prazo máximo de um ano ou até à entrada em vigor do Regulamento Municipal de Alojamento Local, previsto no n.º 1 do art.º 15º-A, do Decreto-Lei 128/2014, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei 62/2018, de 22 de agosto.

Recomendamos, também, à Câmara a realização de um Estudo Urbanístico e Turístico do Alojamento Local em Setúbal, analisando a evolução e distribuição geográfica do Alojamento Local, as suas tipologias, quem detém estes estabelecimentos, atividade corrente e os seus efeitos reais na população, na cultura local e na dinâmica do mercado imobiliário, servindo como documento orientador para posterior procedimento de elaboração de um Regulamento Municipal de Alojamento Local de Setúbal. Sob condição da aprovação do ponto anterior, fixar a apresentação do Estudo Urbanístico e Turístico do Alojamento Local em Setúbal à Assembleia Municipal num prazo de 8 meses. Criação de um instrumento municipal de fiscalização e resposta rápida aos problemas associados a estabelecimentos de Alojamento Local, respondendo ao acórdão do Supremo Tribunal de Justiça que determina que o Alojamento Local não pode ter lugar em frações licenciadas para fins habitacionais e situações de Alojamento Local em atividade sem licenciamento.

**Presidente da Mesa** – O Sr. Presidente está a pedir a palavra, mas pedia-lhe que deixasse completar a ronda sequencial das bancadas e depois o Sr. Presidente fará a intervenção e dirá o que entender.

**Presidente da Câmara** – Senhor Presidente, peço desculpa, naturalmente é o Sr. Presidente que dirige os trabalhos, mas a questão que quero colocar tem a ver com a intervenção do senhor deputado Vítor Rosa, em exclusivo, e por isso é que pedi a palavra.

**Presidente da Mesa** – Ainda não sabemos se é exclusivo, porque ainda não estão feitas as intervenções de todas as bancadas. Se o Sr. Presidente insistir, fará, mas sugeria que deixássemos cumprir a ronda completa e depois dará resposta a todos.

**Luís Maurício (CH)** – Não vai ser exclusiva do deputado Vítor Rosa, a bancada do Partido Chega, também, vai fazer essa reclamação. Acho que foi simplesmente prepotência de um tamanho gritante do executivo em só termos acesso ontem à noite às respostas, depois de tanto tempo é algo que mostra prepotência, mostra uma falta de respeito por todos nós deputados e, acima de tudo, por todos os que votaram em nós.

O executivo deve pensar, deve melhorar essa parte, porque fizemos essas perguntas no prazo que nos foi pedido e devia ser, também, no prazo respondido. Foi dado um prazo para fazermos as perguntas e também foi dado um prazo para responder e esse prazo não existiu, o que existiu foi que ontem à noite recebi um e-mail e depois de vir do meu trabalho, já era meia-noite, obviamente que não deu para ler as respostas sobre todas as bancadas e vim menos preparado para esta Assembleia Municipal, porque este executivo tem uma prepotência enorme e não quis saber dos deputados municipais.

O Distrito de Setúbal tem, nestes últimos anos, uma alternativa, viver em Lisboa. A margem direita do Tejo tem condições para expandir, para poder receber novos cidadãos para o próprio distrito e este Município para viver e trabalhar.

A oferta da habitação não acompanha o ritmo da procura, o que faz com que os valores da habitação, tanto na aquisição de imóveis como para o arrendamento, tenha sofrido aumentos completamente impensáveis há uma década. Com o aumento da procura de habitação e a construção das mesmas, tudo tem de aumentar, nomeadamente as escolas, os hospitais, os serviços, as ETARs, a rede elétrica, as infraestruturas e todas as demais estruturas necessárias para o bem-estar da população. Não podemos ter concelhos sem escolas secundárias ou com défice de escolas do 2º e 3º ciclo. Infelizmente, temos um executivo que planeia e enuncia projetos megalómanos, onde planeia construir mais fogos, mais infraestruturas que continuam a ser negligenciadas e não escritas em Planos de Ordenamento do Território.

O Distrito de Setúbal, e assim sendo este Município, continua a ser uma cidade estrangulada pelos parques acessos viários, pela falta de adaptação às novas realidades sociais e laborais. Este ano deste executivo e do Governo PS, um conjunto de projetos na gaveta, ignorando as necessidades da população. Há um prejuízo imenso para todos os setubalenses.

Temos muitos bairros ilegais no distrito, com um aumento alarmante nos últimos anos, devido à crise social que requer políticas sociais e políticas públicas coerentes e objetivas.

Relativamente ao parque habitacional de Setúbal é chocante saber que estão altamente degradados, sem qualquer intervenção plausível, proliferando a degradação e entenda-se, ainda, que durante anos não se controlou quem estava nas habitações. O que faz o arrendatário das mesmas? Senhor Presidente, quantas habitações não pagam renda? Quantos processos de execução existem? Quais os motivos para o não pagamento das rendas? Como da mesma forma, durante anos, não houve critérios de atribuição das mesmas auditáveis. Durante imenso tempo, a cor do cartão de militante era a cor preferencial. Senhor Presidente, quantas habitações estão ocupadas indevidamente?

Depois veio o desrespeito pelos proprietários e investidores privados, as AUGIs no distrito de Setúbal arrastam-se anos intermináveis, apesar do esforço financeiro já efetuado pelos moradores para a sua legalização, a morosidade de anos nos projetos de reconversão não pode ser explicada apenas pela sua complexidade ou o abandono processual que em nada dignifica o município. Das AUGIs identificadas, grande parte destas ainda está na fase de legalização, o que é alarmante, porque permite a proliferação de agentes ilegais perpetuando a falta de infraestruturas e boas práticas ambientais e sociais. Da mesma forma vimos que este executivo, e diga-se a verdade que nos executivos anteriores, a negligência, a fiscalização ou a total ausência da mesma. Os bairros sociais proliferam no nosso distrito e no nosso concelho, agentes ilegais têm vindo a aumentar nos últimos 20 anos a olhos vistos, não dignificando o concelho e nem quem lá vive e habita.

O desrespeito com que alguns beneficiários de habitação social tratam a mesma é revoltante, as imagens recebidas de habitações destruídas e vandalizadas é algo que choca a todos os que pagam impostos, é algo que fica sempre esquecido quando falamos de habitação social, quem paga e quem a suporta. Assim como os custos com a sua manutenção e conservação, é a classe média altamente penalizada por prestações mensais referentes aos seus empréstimos, subida abrupta do custo de vida, ausência de subsídios do Estado que paga

toda a habitação social e todo o executivo com os seus impostos. Esta classe média vê que o ciclo de pobreza não fica interrompido com a atribuição de uma habitação social com o arrendamento a custos controlados e reduzidos. Este ciclo perpetuado de geração em geração, pois são raras as famílias que conseguem pelo seu próprio pé deixar de precisar deste apoio do Estado. O Estado nada faz para incentivar a quebra de ciclo, infelizmente, quem está nas habitações sociais vai precisar de uma ajuda, os preços aumentam, o número de habitações necessárias como se consta nestes últimos 40 anos. O que devia ser um apoio temporário de habitação até a família ter condições para ser um membro independente e contributivo da sociedade, raramente o é, tornando-se numa sentença de segregação e de abandono.

Um antigo provérbio chinês diz: *“Dê ao homem um peixe e ele se alimentará por um dia, ensine o homem a pescar e ele se alimentará por toda a vida”*.

Quarenta anos de políticas de esquerda podem ter retirado algumas pessoas da rua, mas nada fizeram para promover a dignidade humana e autorresponsabilização. Só com autorresponsabilização evoluímos, melhoramos, procuramos melhores condições para os nossos filhos, lutando contra o abandono escolar, exclusão e segregação.

Que fique claro, o Chega é a favor da habitação social atribuída com os devidos critérios, validados, auditados e verificados ao longo da sua vigência até ser demonstrada a necessidade de outro candidato. A habitação social é um contrato de apoio que conjuga o direito à habitação digna, como deve de cumprir as regras da sociedade, permitindo ter essa mesma habitação ao celebrar um contrato de arrendamento em que a primeira contratante é o Município de Setúbal ou o Instituto. Há que lembrar que há um esforço longo dos seus contribuintes, reforçando os laços de cidadania em tudo o que este encerra para que o cidadão carenciado tenha acesso a uma habitação condigna.

Assim sendo, antes de atribuir há que educar, há que sensibilizar quanto ao uso e fruição, infelizmente, este contrato social é mal equilibrado e ordenado juridicamente. A esquerda radical, desde sempre, preocupa-se apenas com o direito e com as garantias em detrimento dos deveres e obrigações. Por parte de quem recebe uma habitação social lembram-se de todos e esquecem-se de quem paga por tudo isto e que tem direito a dizer, *“Chega!”*.

**Rui Lamim (PSD)** – Em primeiro lugar, queremos, também, manifestar o nosso desagrado e apresentar o nosso protesto pelas perguntas terem sido apenas respondidas ontem e já bastante tarde. Não tivemos oportunidade de observar e de ler aquilo que era a informação prestada pelo executivo para que esta discussão fosse mais profícua. A intenção inicial era, recorde, fazermos perguntas, procurarmos informação, essa informação vinha a tempo desta assembleia, tínhamos tempo de ler e estarmos aqui em melhores condições para ter um debate mais profícuo. Mais uma vez não foi possível e a informação foi prestada à última da hora, não se faz. Fica aqui o nosso protesto e esperemos que este modo, este comportamento seja alterado em breve.

Agora sobre a habitação, que é para este ponto que estamos virados. A compra de habitação é, para muitos de nós, a decisão singular porventura mais importante que tomaremos na vida. Comprar ou arrendar, é uma decisão sobre o valor de equilíbrio entre estas duas opções, em que comprar equivale a arrendar. Escolher comprar significa, também, contrair uma obrigação com o banco por várias décadas, enquanto que arrendar significa mobilidade, facilidade de mudar de cidade, de mudar de emprego. Nós portugueses, somos proprietários de habitação própria numa proporção muito superior a outros povos europeus, porque em Portugal a oferta de arrendamento tem sido, ao longo de muitos e muitos anos, reduzida devido a quê? Devido à falta de confiança no funcionamento do mercado e devido à legislação e, também, à sua instabilidade. E que casa? Qual o valor atingível, valor que conseguimos negociar com o banco e qual a proximidade do emprego? Mais longe do emprego será uma casa mais acessível, num emprego mais distante será um emprego melhor remunerado? Qual o tempo de deslocação entre uma coisa e outra? E a escola dos filhos? Saberão que os estudantes do secundário de Azeitão, quando se deslocam para Setúbal, vêm de pé nos autocarros que os transportam. Portanto, a mobilidade mexe diretamente com a habitação, mas o debate sobre a mobilidade ficará para uma outra reunião desta Assembleia Municipal.

O valor que os portugueses têm de pagar por uma habitação é elevado, face aos seus rendimentos e uma muito significativa parte desse valor são impostos. São impostos no IVA dos materiais de construção, das licenças, das taxas.

O PSD tem este diagnóstico feito a nível nacional e foi comunicado em fevereiro deste ano onde foram apresentadas várias medidas e o que pensa sobre a habitação. O documento é público, são 20 propostas que servem de base a mudanças positivas e que poderão ser, também, aplicadas neste concelho. Do diagnóstico retiramos uma observação muito pertinente quando nos comparamos com outros países. Se compararmos 2021 com 2015, o preço na habitação na Europa dos 27, subiu 37%, enquanto em Portugal subiu 69%. O valor das casas subiu muito, muito mais, enquanto que o rendimento das famílias apenas subiu uns 29%. Temos, portanto, um grande problema, fica difícil, muito difícil adquirir habitação em Portugal, mas o que deve o Estado, este Município fazer para tornar mais acessível a habitação? Será produzir habitação, baixar taxas de impostos na construção ou na reabilitação e ter estabilidade nos instrumentos administrativos?

Já agora perguntamos ao Sr. Presidente da Câmara, como está a ratificação, pelo Governo, do nosso PDM há muito completado por este Município? Sobre a aplicação do arrendamento compulsivo no concelho, o Município também vai adotar o arrendamento forçado das casas devolutas proposto pelo Governo? Também tem dúvidas quanto à operacionalização do arrendamento coercivo dos imóveis devolutos de privados? Vão afetar pessoas a ocupar casas? As medidas para habitação propostas por este Governo representam mais um problema do que soluções, como afirmou uma vereadora de Lisboa. São as perguntas que deixamos aqui.

Entretanto, produzir habitação pública, não é nada de novo cá em Setúbal. Fui buscar um livrinho e antes de 74 tínhamos 400 fogos de intervenção pública no Bairro Afonso Costa, 188 mais 230 no Bairro dos Pescadores, 200 fogos no Bairro da Nossa Senhora da Conceição, 391 mais 430 no Bairro Humberto Delgado e 160 no Bairro 25 de Abril. Hoje, chegado aqui, o Município gere, uma informação que é pública, 2.300 fogos, mas houve um largo período de paragem na produção de habitação pública no concelho, desde que a CDU gere o Município. É pois incompreensível que as últimas foram construídas no âmbito do PER (Plano Especial de Realojamento), lançado pelo Governo PSD, liderado pelo Primeiro-Ministro Cavaco e Silva. O PER teve como objeto, através de publicação do Decreto-Lei 163/93 de 7 de maio, a erradicação dos bairros de barracas existentes nas áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e com a sua execução foi possível a eliminação de diversos bairros de barracas nestes 28 concelhos e a construção de mais de 34 mil fogos, providenciando assim habitação condigna a mais de 130 mil pessoas. Em Setúbal foram construídos 887 fogos numa execução de 70% deste programa. Agora, com o PRR esperamos que esta situação volte à normal produção de habitação pública.

Para terminar, vamos propor que os impostos sobre a habitação sejam reduzidos para valores que serão fixados no último trimestre deste ano, quando for possível perceber as alterações na legislação em curso, o seu impacto na vida das pessoas e, também, na receita do município. Falamos de baixa no conjunto do IMI, do IMI familiar, do IMT, com especial atenção aos que procuram primeira habitação.

**Paulo Lopes (PS)** – Quero-me associar ao protesto feito pelas outras bancadas, porque também entendemos que é inadmissível que questões que foram entregues no dia 31 de março, para a preparação desta Assembleia Municipal, tenham chegado apenas ontem à noite. Foi pena, Sr. Presidente, foi mesmo muita pena, porque a qualidade do documento entregue, poderia potenciar uma discussão mais esclarecedora e aprofundada e, por isso, fica prejudicada a discussão aqui hoje e, de certeza, que não foi por culpa dos serviços que se deveu este atraso.

Em relação ao tema que nos traz hoje aqui, o acesso à habitação tornou-se, nos últimos anos, um dos problemas mais graves que o país enfrenta, a subida drástica das rendas e de aquisição de habitação leva uma parte substancial do rendimento das pessoas e impede o acesso a este direito constitucional. Importa, no entanto, e antes de falar do presente e do futuro, fazermos um pequeno enquadramento dos investimentos em habitação pública em Setúbal, nos últimos anos, e como aqui chegámos.

No início dos anos 70, e tendo sido identificadas as fortes carências de alojamentos no concelho, fruto de uma herança pesada do antigo regime, onde a falta de condições de habitabilidade e de saneamento básico na generalidade da população era uma realidade.

Foi, assim, delimitada a área abrangida pelo PIS (Plano Integrado de Setúbal) contemplando 600 hectares. Primeira fase do plano foi aprovado em 75, tendo sido lançadas as empreitadas para a construção de 1.008 fogos e 450 fogos em promoção cooperativa. Foi, também, através do programa SAAL (Serviço do Apoio Ambulatório Local) que as câmaras municipais têm o seu primeiro envolvimento ao nível do apoio técnico às iniciativas promovidas por Cooperativas e Associação de Moradores, como foi, entre outros, o caso do Casal das Figueiras, Bairro da Liberdade, Grito do Povo, etc.



Foi com o surgimento do PER (Programa Especial de Realojamento) que surgiu o compromisso de erradicação das barracas que continuavam a proliferar em várias zonas do país, com especial foco nas áreas metropolitanas, sendo Setúbal um dos concelhos mais afetados. Foi através deste programa e por iniciativa da Câmara Municipal de Setúbal, então liderada pelo Partido Socialista, que se construíram mais de 800 fogos, o que representou um enorme esforço financeiro por parte da autarquia, que aqui já o Sr. Presidente da Câmara referiu, mas que marcou de forma indelével a vida de milhares de pessoas em Setúbal, assim como a imagem da cidade. Foi uma opção política com impacto financeiro nas contas do município, mas que teve o propósito maior de devolver a dignidade a quem aqui vivia em condições profundamente degradantes.

Na década de 2000 seguiu-se um período, de cerca de 20 anos, de desinvestimento na habitação pública, no Município de Setúbal não se criou mais oferta, não houve mais habitação e o desinvestimento nesta área levou ao abandono do Parque Municipal Habitacional, cujas intervenções se resumiam ao exterior e zonas comuns dos prédios. Sim, lembramo-nos bem dos relatos de quem necessitava de uma casa para habitar e que a mesma quando era entregue aos novos utilizadores, muitas das vezes, não tinham janelas, nem portas, nem cozinha funcional e sem o respeito que todas as pessoas merecem, criando-se um jogo de chantagem do pegar ou largar.

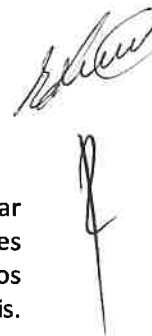
Surge, então, em 2015 a definição de uma Estratégia Nacional para a Habitação e em 2019 a aprovação da primeira Lei de Bases da Habitação do país, por iniciativa do Partido Socialista, concretizando um pilar fundamental do Estado Social de Direito.

Só, em 2020, surge a Estratégia Local de Habitação para Setúbal e surge apenas porque a isso estava obrigada, nas palavras do vereador do pelouro, que sempre assumiu que este documento não servia absolutamente para nada. No entanto, é a própria Câmara de Setúbal que se contradiz e vem reconhecer a importância, a necessidade e contributo relevantes do Governo e desta Estratégia Local ao referir no seu sumário, que foi entregue aos deputados, e passo a citar *“Que a Estratégia Local de Habitação é um instrumento que surge enquadrado pela nova geração de políticas de habitação do Governo, como forma de promover, não só a adequação dos instrumentos de política nacionais, às especificações locais e adoção de uma abordagem integrada e estratégica.”*, fim de citação.

Entretanto, em 2020, surge a definição dos eixos estratégicos de intervenção do PRR, contemplando e bem, por parte deste Governo, na habitação com meios prioritários. São cerca de 2,7 mil milhões de euros com a finalidade de aumentar a oferta pública de habitação, cerca de 32 mil novos fogos, a recuperação e melhoria energética dos fogos existentes, financiados a 100% pelo PRR e em total articulação com as câmaras municipais. Algo verdadeiramente inédito e em curso por todo o país.

Em 2023, perante a conjuntura de agravamento das condições de acesso à habitação e em complemento com a estratégia e investimento do PRR, o Governo apresentou um novo e ambicioso pacote de medidas que chamou *“Mais Habitação”*, uma iniciativa que procura intervir em várias dimensões, desde a disponibilidade de solos ao apoio às famílias, face ao aumento das rendas ou da prestação de crédito ou pela redução fiscal aos senhorios, entre muitas e várias áreas. Entre outras propostas que estão em causa, mais de 900 milhões de euros para a promoção de uma resposta histórica e uma preocupação central e transversal da sociedade portuguesa, sem esquecer os mais carenciados, os jovens e as classes médias. Por outro lado, foram ainda alcançadas mais de 16.500 famílias apoiadas através do *“Porta 65”* ou do Programa do Arrendamento Acessível. São assim vários e diversos os estímulos e instrumentos disponibilizados pelo Governo às Câmaras Municipais, aos cidadãos, aos empresários, aos senhorios, aos inquilinos neste pacote *“Mais Habitação”* que em conjunto com o PRR promete revolucionar o paradigma da habitação nas décadas vindouras. Assim saibam, também, os interlocutores locais estar à altura do desafio.

Este não é, portanto, o momento de Setúbal hesitar, nem muito menos de protestar só por protestar, este não é o tempo nem o momento das desculpas, do empurrar de culpas para os outros, nem das justificações de quem nem uma habitação nova fez nos últimos 20 anos em Setúbal. Não adianta termos diagnósticos, documentos e estratégias feitas se depois não passam do papel. Do mesmo modo que, também, não adianta apenas pintar e decorar fachadas só para turista ver, quando por dentro muito está por concluir e sem o mínimo de habitabilidade.



Este é o momento, enquanto autarquia, de assumirmos as nossas responsabilidades e competências e deixar uma marca permanente na vida dos setubalenses, este é o tempo da aposta em investimentos estruturantes que permitam mudar a vida dos que mais necessitam, este é o momento de fazermos a diferença na vida dos nossos jovens para que possam emancipar-se, construir o seu futuro, ter a sua habitação a preços acessíveis. Este é o tempo de fazer a diferença na vida das famílias mais carenciadas, mas também da classe média que não encontra alternativas no mercado de arrendamento ou a custos acessíveis, este é assim o momento de Setúbal concretizar e fazer acontecer com o que o Governo já colocou ao dispor, os programas e os meios de financiamento. Este é, assim, o momento de Setúbal fazer mais e melhor habitação, cumprindo assim um direito fundamental de Abril e da nossa Constituição, o direito a uma habitação condigna.

Neste sentido exortamos a Câmara Municipal a assumir os compromissos de cumprir a Estratégia Local de Habitação a que se propôs, ou seja, nas suas linhas mestras a reabilitação de todas as habitações municipais, a criação de oferta de habitações de interesse social pela iniciativa privada ou pública, a criação de alojamento e apoio a pessoas sem-abrigo, a melhoria do habitat dos bairros através da reconversão urbanística e investimento em equipamentos, a segurança, a mobilidade e novas atividades económicas, assim como a implementação de medidas urbanísticas e incentivos para a promoção privada de habitação acessível.

**Simão Calixto (CDU)** – A habitação, no entender da CDU, não deve ser uma mercadoria, a habitação tem uma finalidade concreta e especial e é uma resposta a uma necessidade humana essencial, tanto assim é, que a Constituição da República prevê no seu artigo 65 que todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar. Mas, também, prevê que incumbe ao Estado assegurar este direito, como programar e executar uma política de habitação inserida em planos que garantam a existência de uma rede adequada de transportes, equipamento social, promover a construção de habitações económicas e sociais, estimular a construção privada com subordinação a interesse geral e ao acesso à habitação própria ou arrendada, incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações tendentes a resolver os respetivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e autoconstrução.

Mas, sabendo tudo isto, a verdade é que a Constituição reconhece a habitação por aquilo que ela é, um bem de primeira necessidade e que todos têm direito e se é assim, porque é que não se cumpre a Constituição e se faz cumprir? É que esta obrigação do Estado e dos seus órgãos de soberania é o caminho que está e terá de continuar a ser exigido. É ao arrepio da Constituição e dos valores de Abril que a política de direita impôs a liberalização da habitação como uma forte ofensiva ideológica que pretende convencer-nos de que é o mercado, esse sacro santo mercado, e não o Estado que está em melhores condições de garantir este direito e os resultados deste caminho que estão à vista.

Tomemos como exemplos, nos últimos 3 anos foram expulsos da cidade de Lisboa, 60 mil residentes, enquanto nessa cidade existem 48 mil fogos vazios. Estas 60 mil pessoas não andavam à procura de casa, todas elas tinham uma habitação e de lá foram expulsas para as periferias para este autêntico rolo compressor que resulta da aliança entre o poder financeiro imobiliário e do novo regime de arrendamento urbano. Não é por acaso que este não regime tem sido conhecido como a lei dos despejos, porque é disso mesmo que se trata, de uma lei feita à medida, primeiro da chantagem e depois do despejo, são milhares que se confrontaram e são milhares os que estão a ser confrontados por esta lei que o PS teima em não revogar.

O poder financeiro imobiliário e o papel dominante do grande capital no mercado da habitação tem permitido aos grupos económicos somar avultados lucros à conta de uma necessidade básica da população, em particular, a banca que só em 2022 obteve quase 7 milhões de euros de lucro por dia, mas muitos outros têm gozado dos benefícios fiscais e outros privilégios enquanto a esmagadora maioria dos residentes se sacrifica para manter a sua habitação, enquanto muitos imigrantes vivem em condições absolutamente desumanas. E assistimos ao incentivo despudorado de estrangeiros com alto poder aquisitivo no território nacional, particularmente nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, na Madeira e no Algarve, que beneficiam simultaneamente de tratamento especial ou outro, como é o caso da concessão de vistos Gold, seja atuando ao lado dos preços, seja atuando diretamente do lado da oferta pela criação de escassez real ou artificial como é o caso do Alojamento Local, dos residentes não habituais e mais recentemente dos designados nómadas digitais.

Já o novo regime de arrendamento urbano, nascido em 2006 pela mão de um Governo PS e agravado em 2012 pela mão de um Governo PSD-CDS, tem provocado a brutal desumana e inaceitável instabilidade no mercado de arrendamento. Estes são os dois grandes obstáculos à concretização de uma política de habitação justa, protegidos por PS, PSD, Il e Chega, que mesmo na nova fase da vida política nacional iniciada em 2015, o PS impediu de remover.

A aprovação, em 2019, da Lei de Bases da Habitação, nomeadamente com os votos favoráveis do PCP e dos Verdes, um ato legislativo positivo não foi acompanhado pelo que se exigia de medidas que o Governo devia adotar para responder aos problemas.

Ao abrigo do PRR, está prevista a construção de 26 mil novas casas para habitação social até 2026 e, até ao momento, a taxa de execução situa-se nos 4,5%. O prazo não pode deixar de ser considerado irrealista, pois sabe-se que fazer concursos, projetos e construir em 3 anos não é tarefa fácil, sobretudo, se tivermos em conta que em muitos municípios os concursos têm ficado desertos. Tal situação deve-se, em grande medida, a concursos preparados em 21 e 22 sem ter em conta a posterior evolução da inflação e, em particular, do aumento do custo das matérias-primas, registando-se agora uma grande inflexibilidade da gestão do PRR e que impede a alteração dos pressupostos de base destes concursos.

Assim, visto que o Estado parece não estar disponível para fazer face a este aumento de custos, cabe, mais uma vez, às autarquias a resolução deste problema, aumentando o financiamento municipal para o lançamento de novos concursos na expectativa que as empresas concorram.

Importa, igualmente, salientar que o Estado, através do PRR, está a financiar a construção de 26 mil casas, mas todos os encargos subsequentes com a manutenção, a requalificação e a reabilitação das mesmas, vão ficar a cargo dos municípios.

Em Setúbal, numa situação marcada por significativas carências, pelo insistente IHRU na conservação do parque habitacional da sua responsabilidade ou na construção de novas casas, pelo meritório trabalho desenvolvido pelo município, cujos moradores, no âmbito de programas, como o “Nosso bairro, nossa cidade” e do conjunto de ações de requalificação dos bairros da sua responsabilidade, após a criação do programa “1º Direito” foi elaborada e aprovada a Estratégia Local de Habitação e decidido avançar com 20 operações, reabilitação, construção de nova habitação pública. No seu conjunto, estas operações implicam um investimento global superior a 192 milhões de euros do PRR. Agora, o que faz o PS com o seu Governo de maioria absoluta? O PS que, de trapalhada em trapalhada vai dando balões de oxigénio de bandeja à direita, que se agarra desesperadamente a eles com muita berraria à mistura para fingir que são oposição, quando o que defendem é a mesma política, mas ainda mais agressiva e intensa. Após procurar passar para o Poder Local e para o chamado setor social a responsabilidade da resolução dos problemas habitacionais, o que este Governo e o PS tem a apresentar, perante a grave crise que enfrentamos, perante as dificuldades de muitos milhares de famílias, é no essencial a atribuição de novos benefícios fiscais para aqueles que têm especulado que a habitação tem obtido chorudos lucros, designadamente a banca, os fundos imobiliários e os grandes proprietários. Mas o PSD o CDS, a Il e o Chega também querem ir mais longe, no conteúdo e na opção de fundo, estão de acordo, mas querem ainda mais, mais e mais depressa, mais benefícios fiscais, mais transferência de dinheiro público para sustentar e alimentar a banca e os fundos imobiliários. O que é necessário é enfrentar os interesses e os lucros da banca e dos grandes fundos imobiliários e pôr fim aos regimes fiscais de privilégio, o que é necessário é revogar a lei dos despejos, estão-se nas tintas para a solução do problema da habitação, mas estão empenhadíssimos neste concurso de ideias para borlas fiscais aos grupos económicos e aos fundos imobiliários na manutenção da lógica do mercado especulativo, que não só não resolve o problema do acesso à habitação, como também é responsável pelo seu agravamento.

É gritante a fuga à resolução dos problemas, tal como é evidente, a multiplicação de propostas que verdadeiramente nada resolve, mas a CDU tem soluções. Há soluções para enfrentar e resolver os problemas da habitação, nomeadamente a necessidade de uma intervenção direta e investimento do Estado para alargar a oferta de habitação pública para suprir carências habitacionais, a proteção dos inquilinos com a revogação da atual lei dos despejos e para as famílias com crédito à habitação pôr os lucros da banca a pagar o aumento das taxas de juro. Resolver os problemas da habitação exige enfrentar os interesses especulativos, recusar a conceção da habitação como mercadoria destinada ao grande negócio e assumir as responsabilidades do Estado.

Há opções de médio/longo prazo que têm de ser assumidas agora e há medidas excepcionais e urgentes que têm de responder de imediato à emergência de hoje. Neste sentido, é preciso um plano de ação e uma política de alargamento da oferta pública com o Estado a assumir as suas próprias responsabilidades na promoção de habitação pública, garantido um expressivo financiamento estatal, a par do aproveitamento integral das verbas do PRR, valorizando e reabilitando o seu património e aquele que está sob a sua gerência, como é o caso das casas do IHRU, mas, também, promovendo a recuperação e reabilitação de imóveis públicos que possam ser destinados à habitação.

É preciso criar mecanismos de apoio à reabilitação e recuperação de imóveis privados devolutos para que sejam destinados, também, a habitação, é preciso utilizar os mecanismos de tomada de posse administrativa, reabilitação e arrendamento de imóveis privados devolutos, é preciso assegurar um rápido investimento, nomeadamente para o alojamento estudantil e com a ampliação do número de residências públicas e aqui, deixe-me reforçar, residências públicas.

É absolutamente necessário que o Estado assuma as suas responsabilidades e num prazo curto intervenha com eficiência e eficácia em larga escala, seja no mercado de arrendamento habitacional com vista à sua regulação, seja obrigando a que os preços desçam. Os preços das rendas não podem ser regulados pelo dito mercado, porque esse dito mercado regula em função dos seus interesses e não de quem necessita de habitação para viver. Tal passa, também, pela dinamização do movimento cooperativo, de construção a custos controlados que em Setúbal, depois do 25 de Abril, foi responsável pela construção de milhares de casas dando habitação própria e digna a milhares de trabalhadores e suas famílias. Tal passa, também, pela criação de um parque habitacional público de grande dimensão e qualidade e muito diversificado em termos de tipologias e de localizações, com vista a responder às expectativas e necessidades de vastas camadas sociais que não têm condições de acesso à habitação, quer no arrendamento, quer na aquisição.

Este parque habitacional público deverá ser constituído com base em património já público pré-existente, bem como de outros edifícios públicos devolutos, passíveis de adaptação para a habitação, sejam eles do Estado, das autarquias, património este que deve ser operacionalizado e gerido por um organismo público dedicado. Também a enorme existência de fogos devolutos privados, mantidos inativos, deverão ser obrigatoriamente colocados no mercado em regime de rendas não especulativas, se necessário, em situações de dolo com recurso a posse administrativa pelo Estado.

Não nos pode deixar de causar a maior repulsa que os do costume venham chorar pelo direito a ter casas vazias, quando tanta gente precisa urgentemente de casa. Defendemos a limitação do valor das rendas, o impedimento de despejo, porque é preciso dar estabilidade ao arrendamento, limitando fortemente a possibilidade do despejo, travando a subida das rendas em todos os contratos de arrendamento e prolongar os contratos de arrendamento em vigor, limitando a sua não renovação.

Defendemos, também, as famílias com crédito à habitação, porque é preciso pôr os lucros da banca a suportar as subidas de taxas de juro decretadas pelo BCE. Precisamos, também, de determinar que a Caixa Geral de Depósitos tenha um spread máximo de 0,5% no crédito à habitação como instrumento regulador do mercado do crédito e criar uma moratória exatamente nos moldes em que existiu durante a epidemia, em que haja apenas o pagamento de juros a uma taxa igual à que é utilizada para o financiamento dos bancos.

Perante estas propostas, o que fizeram os partidos que sustentam os interesses da banca e dos fundos imobiliários? É que cumpra tudo o que é essencial, juntos ou à vez, com abstenções aqui e ali do PS, PSD, Chega e IL que se unem na Assembleia da República para chumbarem as medidas necessárias para responder aos problemas com que estamos confrontados. A verdade é que se as propostas que fizemos tivessem sido aprovadas, elas tinham hoje consequências concretas e positivas em milhões de pessoas. Mas o facto de terem sido recusadas, não tirava a validade e a urgência às propostas que avançámos. Vamos continuar a bater-nos por elas e apelamos à mobilização de todos quantos nela se reveem para que façam delas as suas bandeiras de luta e de exigência.

Apelamos à unidade na luta nesta causa que é justa e necessária pela defesa do direito à habitação e que teve uma importante expressão no início deste mês de abril e que marcou presença em várias outras lutas que têm tido lugar por todo o país. Afirmamos aqui que podem todos contar com a CDU pelo direito à habitação e que a CDU, também, conta com a participação de todos na luta por uma alternativa política para o caminho de desenvolvimento, justiça e progresso que Portugal precisa.



**Presidente da Mesa** – Ora cumprida que está a ronda a todos os Grupos Municipais, cada um expressando os seus pontos de vista sobre este grande e magno problema, manifestando também as divergências, as diversas posições com perspectivas, soluções e recomendações que depois exprimem aquilo que cada Grupo Municipal considera como prioridades a desenvolver.

Essas recomendações já estão aí expressas nos documentos apresentados e materialmente são todas recomendações e dirigem-se ao Executivo Municipal ou ao Governo. Há tempo, muito tempo para discutir e agora é o momento em que o Sr. Presidente da Câmara terá a oportunidade de replicar todas as intervenções ou aos aspetos que entender que deve esclarecer ou intervir sobre eles.

**Presidente da Câmara** – Os senhores deputados fizeram as suas intervenções, naturalmente que cada um tem a sua opinião sobre esta matéria da habitação.

Tinha pedido a palavra para me referir à intervenção do senhor deputado Vítor Rosa, do Bloco de Esquerda, não quero condicionar, como é natural e óbvio, as intervenções e as opiniões dos senhores deputados, uns dizendo que o executivo é prepotente, outros apresentando protestos pelo facto de a Câmara Municipal ter feito chegar aos senhores deputados o relatório ou a resposta um pouco em cima da hora às cerca de 50 questões que foram colocadas à Câmara Municipal. Não posso deixar de responder à afirmação que fez o senhor deputado Vítor Rosa, porque falou da falta de respeito da Câmara Municipal pela Assembleia Municipal. Isto é qualquer coisa que, enquanto Presidente da Câmara, não posso deixar de me referir a este facto, porque tenho a ideia, a consciência de que temos feito tudo para respeitar, dignificar a Assembleia Municipal, até porque, como sabem, fui Presidente desta Assembleia Municipal no anterior mandato, exerci o cargo, creio eu, com a maior dignidade e com a maior dedicação no sentido de promover e dignificar este órgão municipal. Enquanto Presidente da Câmara faço e continuarei dignificando a Câmara Municipal, o Executivo Municipal e também a Assembleia Municipal. Por isso, quero deixar aqui bem claro que não aceito este tipo de expressões.

Independentemente da razão que os senhores deputados municipais tenham, é um facto que foram mais de 50 questões que foram colocadas e que os técnicos municipais que têm a responsabilidade de acompanhar a área da habitação, desenvolveram todos os esforços no sentido de dar toda a informação, toda a resposta disponível para informar os senhores deputados. Julgo que o documento distribuído é uma demonstração disso.

Dizer, já agora, que os técnicos da Câmara Municipal que trabalham na área da habitação dedicam muitas horas, para além do horário de trabalho, para garantir que a Câmara Municipal consiga atingir os objetivos que estão expressos na Estratégia Local de Habitação. Para além de todo o trabalho que todos os dias desenvolvem, de acompanhamento das obras, de acompanhamento dos moradores daqueles bairros municipais, ainda tiveram tempo para dar resposta, julgo que adequada, às questões que os senhores deputados colocaram. Portanto, quero deixar aqui este registo para que sobre isso não haja dúvida nenhuma, obviamente que respeito o facto de os senhores deputados considerarem que não foi no tempo que necessário e que era importante haver mais tempo entre a resposta e a realização da Assembleia Municipal, mas foi um esforço feito por estes técnicos e que, naturalmente, são eles que têm a formação e que preparam estas respostas. Era só isso, Sr. Presidente, para que fique registado, também, a minha indignação por se dizer que a Câmara Municipal ou que o Executivo Municipal não respeita esta Assembleia Municipal.

**Paulo Lopes (PS)** – Da interpretação que faço da resposta do Sr. Presidente da Câmara, é que o Sr. Presidente acha aceitável que este documento tenha sido entregue 20 horas antes do início desta Assembleia Municipal, mas não percebi se acha mesmo aceitável ou se está a pedir desculpa aos elementos da Assembleia por não ter sido possível ser distribuído antes. Porque se acha aceitável, tenho que manifestar, novamente, um protesto e dizer que é um desrespeito ao órgão autárquico. Se foi manifestamente impossível, aceitaremos, mas continuaremos a achar que não é a umas horas antes que se entrega um documento destes, porque a discussão foi claramente prejudicada pela não entrega deste documento.

**Presidente da Mesa** – Deixe-me considerar isto uma interpelação à Mesa.

**Presidente da Câmara** – Só para dizer que respondi à interpelação do senhor deputado, como disse há pouco.



**Presidente da Mesa** – Entendo isto como uma interpelação à Mesa, porque trata-se da condução do debate. Já tínhamos feito uma discussão na última Comissão Permanente e eu próprio lembro-me de ter chamado a atenção de que estamos com uma prática na Assembleia Municipal de umas novidades no funcionamento, uma delas é a quantidade de perguntas que não eram normais nos mandatos anteriores e nós, de facto, não sistematizámos o procedimento das perguntas ao executivo e de respostas. Tenho dito isto algumas vezes e tenho chamado a atenção para a pressão que isso causa sobre os serviços municipais, os serviços da Câmara. Não estou a contestar nada, não estou a retirar razão ao deputado que critica a entrega de um documento desta extensão 24 horas antes, que a sua crítica seja injusta ou incorreta, não estou a fazer avaliações nesse sentido, mas creio que não seja por falta de respeito, pelo menos intencional não o é. Tenho a certeza que não é por falta de respeito ao órgão, mas é por dificuldades do funcionamento dos serviços e de articulação muitas vezes.

É bom lembrarmo-nos que elencámos um conjunto de dezenas de perguntas sobre esta matéria, certo que podiam ter sido tratadas mais cedo, mas creio que isto nos deve servir de emenda para tomarmos algumas medidas e para objetivarmos o procedimento da apresentação de perguntas ao executivo e das suas respostas. Temporizarmos isto e sabermos mais em concreto com que regras nos devemos regular, porque é a primeira vez que um Executivo Municipal é confrontado com este volume de perguntas e isso é justo que se diga, naturalmente que tem impacto nos serviços, não é por causa de uma vontade de não responder que temos aqui algumas respostas tardias.

Creio que isto é a realidade e julgo que toda a Assembleia aceitará perfeitamente que temos que regular melhor estes procedimentos para evitar estes entendimentos de que é por má vontade ou de que os serviços são responsabilizados, às vezes é dos serviços, outras vezes não é dos serviços, mas isto tem de ser mecanizado de forma que quer os serviços, quer o executivo, quer os membros do executivo, quer os membros da Assembleia saibam os limites da sua atuação e os prazos com que devemos atuar.

Agora temos um conjunto de propostas de deliberação de recomendações, todas elas acabam por ser recomendações ao Executivo, independentemente da denominação que lhes é dada, se é recomendação, se é deliberação ou se é moção, consistem em recomendações ao Governo quanto à política de habitação ou ao Executivo quanto à execução, ou ao cumprimento, ou quanto a aspetos particulares da questão da habitação. O resultante desta Assembleia há de ser as deliberações que forem aprovadas com essas recomendações, isso exprime aquilo que no conjunto dos membros da Assembleia é o mais determinante para obter resultados nas políticas e medidas concretas de habitação que melhorem as condições de vida dos setubalenses, porque é do nosso concelho que se trata.

Esta discussão poderá ser feita conjuntamente, como já se ventilou, e depois das intervenções que conjuntamente criticarão algumas recomendações ou moções ou apoiarão e farão a sua escolha. A alternativa é óbvia, pegamos uma a uma e vamos recolher intervenções a favor ou contra, debate-se uma e vota-se, debate-se outra e vota-se, mas tínhamos apontado para um debate conjunto e a seguir votaríamos todas sequencialmente, se tiverem de acordo vamos por aí, se houver alguma objeção de algum membro da assembleia, poderemos pegar nelas uma a uma e, se calhar, poderá ser mais claro na obtenção de resultados.

**Simão Calixto (CDU)** – Tendo em conta a diversidade dos temas que estão a ser debatidos e como são vários documentos, podemos debater um a um e depois votar, acho que facilita o nosso raciocínio e a maneira de discutir.

**Paulo Lopes (PS)** – Estamos preparados para as duas soluções, embora ache que ainda antes da discussão das moções deve ser dado um tempo para mais intervenções no âmbito geral.

**Presidente da Mesa** – Agora estamos na ronda aberta, havendo mais inscrições agradeço que as sinalizem.

**Manuel Fernandes (PS)** – Agradeço ter-me dado a palavra, porque esta segunda ronda permite, também, esclarecer aqui alguns equívocos.

Falou-se aqui já muita coisa em relação à habitação, de uma forma genérica iria tentar concentrar-me um pouco mais naquilo que é a Estratégia de Habitação para o concelho. Efetivamente, a Estratégia Local de Habitação em Setúbal tem sido marcada pelos zigzagues do executivo municipal, pela falta de definição de uma verdadeira estratégia assente nas necessidades de habitação pública perante o contexto atual e ainda articulada com o Plano Diretor Municipal, a dita Carta Municipal de Habitação.

Durante os sucessivos executivos da CDU à frente do Município em Setúbal, nunca foi concebida nenhuma estratégia para habitação, e já se passaram duas décadas. Em 20 anos nunca foi elaborado nenhum Plano Habitacional para apresentar, nem mesmo um diagnóstico sobre as necessidades de habitação no concelho. Absolutamente nada, pelo contrário, o que assistimos nas últimas duas décadas foi desinvestimento na habitação e alienação do património para reduzir os custos da autarquia com manutenção do Parque Habitacional Social, herdado dos anos 90.

Na intervenção inicial da bancada da CDU, foram criticados agentes imobiliários pela especulação do mercado, subscrevo. Em Setúbal, ao longo das duas últimas décadas, assistimos a uma autarquia gerida pela CDU adquirindo e alienando património imobiliário, como no caso dos edifícios da Rua do Eito, que mais não serviram senão para um encaixe financeiro da autarquia, desalojando famílias e que nem sequer existiu resposta social alternativa. Perguntaria, então, à bancada da CDU, não será isto especulação imobiliária? Aqui a autarquia foi ou não um agente imobiliário? Comprou e vendeu, é o que fazem os agentes imobiliários.

Em 2018, quando surgiram possibilidades de financiamento, através dos orçamentos de Estado para 2019 e 2020, no montante de 160 milhões de euros, a Estratégia Local de Habitação ainda não era prioridade do município. Existem até várias afirmações do titular da pasta de então, da habitação, nesse sentido. Entre as várias afirmações destaco uma clara e inequívoca, *“Não precisamos de uma Estratégia Local de Habitação para dizer ao Governo quais são as necessidades e as estatísticas do concelho, porque estão todas no Instituto Nacional de Estatística.”*, fim de citação, acabei de citar o senhor vereador Carlos Rabaçal. Do estado de negação até às prioridades da campanha eleitoral, o caminho foi muito curto, André Martins, candidato pela CDU nas últimas autarquias, utilizou a Estratégia Local de Habitação para assumir compromissos de nova construção e de reabilitação de habitações dos bairros sociais em Setúbal. Nem mais, aquele que durante 10 anos assumira a responsabilidade do pelouro do Urbanismo em Setúbal e que nada fez na área da habitação e que pertencera aos executivos dos últimos 20 anos, sem qualquer obra na área da habitação, definiria agora a habitação como política prioritária com toda a pompa e circunstância à boleia do programa do Governo do Partido Socialista. É quase caso para rir, mas é caso para questionar quantas construções e reabilitações seriam feitas em Setúbal se não fosse o Governo do Partido Socialista e o Plano de Recuperação e Resiliência? Eu percebo que levante alguma celeuma, mas ainda não terminei.

Já aqui foi dito que Setúbal é o exemplo de um concelho urbano onde faltam habitações para responder às necessidades da população, recordo contudo, que à Estratégia Local de Habitação apresentada em setembro de 2020 colocavam-se dois problemas, um que se prendia com o diagnóstico, que era pouco fundamentado, que era assente exclusivamente nos pedidos de habitação da Divisão de Direitos Sociais e da Habitação Pública Municipal e deixava de fora toda uma classe média e jovens com dificuldades de acesso à habitação em conformidade com as suas necessidades. Era o que estava. Os dados antigos era a prática do diagnóstico que era apresentado na Estratégia Local de Habitação de então. O acento era os Censos 2011, nem sequer previam as consequências dos efeitos da crise financeira ou da então já vivida crise do covid.

A resposta, também ela era redutora, não era apelativo ao contributo do setor privado, a Estratégia Local de Habitação apresentava e assentava unicamente no programa “1º Direito” por via de acesso ao financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência. A Estratégia Local de Habitação é só um requisito obrigatório para o acesso ao “1º Direito”, não obstante, o Município poderia muito bem optar por desenvolver uma Estratégia Local de Habitação mais abrangente, que tivesse em linha de conta todas as carências habitacionais com que se depara no seu território, mesmo que fora do âmbito da atuação do “1º Direito” e que defina quais os restantes instrumentos da nova geração de políticas de habitação à disposição do Governo ou outros, designadamente, programas municipais que em Setúbal nunca existiram.

Em fevereiro de 2021, o Município tinha anunciado um investimento global de 404 milhões de euros na construção de novos fogos e na reabilitação do parque público habitacional, bem como no realojamento de 338 agregados familiares, mas a retirada das operações da Quinta da Amizade fez baixar o investimento global previsto para o setor da habitação até 2030, para os 297 milhões.

Com o recuo, no lapso da tentativa de colocar a habitação social na Quinta da Amizade, a resposta de habitação para Setúbal foi reduzida, nada mais nada menos do que 106,5 milhões. De 404 milhões de investimento previstos, temos agora 297,5 até 2030. Agora, perguntamos nós à senhora vereadora, era mesmo necessário a habitação social na Quinta da Amizade ou foi só para tirar algumas noites de sono aos moradores? Alguma vez esteve previsto construção de habitação social na Quinta da Amizade, através do Plano Diretor Municipal? É que não consta.

A resposta do executivo foi singular, disse a senhora vereadora, entretanto, em junho de 2021, três meses antes das eleições autárquicas, *“Aprovámos a retirada de duas operações previstas na Estratégia Local de Habitação, que estavam previstas para a Quinta da Amizade, porque houve uma conversa com os moradores e percebeu-se que poderia ser uma operação que não seria de fácil implementação.”*, fim de citação. Esta é óbvio, a forma ligeira como se encara as respostas às necessidades de habitação no concelho, quando não existem políticas de habitação nacionais critica-se o Governo, quando existem critica-se o Governo, quando se pede cooperação às autarquias para realizar o diagnóstico, critica-se o Governo, quando é tempo de eleições autárquicas o programa do Governo torna-se bandeira de campanha.

A Estratégia Local de Habitação sofreu, entretanto, algumas atualizações, após a publicação da Portaria 138/2021 de 30 de junho, as necessidades de habitação mudaram com o crescimento das possibilidades de financiamento e não em função das necessidades de habitação. Disse o Sr. Presidente da Câmara, na sua intervenção inicial, ainda há pouco, que herdou um parque de habitação social degradado e que isso obrigou os executivos da CDU a um esforço financeiro enorme na sua recuperação. Pois bem, a Estratégia Local de Habitação agora, em 2023, prevê 17 operações para habitação permanente, dessas, 13 operações são para reabilitação de todo o Parque Habitacional Municipal com a intervenção em 414 edifícios e reabilitação em 1.875 fogos municipais e ainda 1.273 fogos de propriedade privada com possibilidade de reabilitação. Estão, ainda, previstos na Estratégia Local de Habitação a construção de 4 novos empreendimentos num total de 582 fogos de habitação para renda apoiada. Senhor Presidente, estas necessidades são herança de quem? Não serão as suas?

Em relação à Estratégia Local de Habitação, estamos conversados, se quiser debater seriamente com o Partido Socialista sobre habitação, vamos então olhar para aquilo que não foi feito, que foram as respostas atempadas, para que tivéssemos a oportunidade de aqui termos um debate sério.

**Paula Soeiro (PSD)** – A minha questão remete para uma resposta do Sr. Presidente da Câmara, dizendo que, em agosto de 2020 foi publicado o Regulamento do Conselho Municipal de Habitação de Setúbal, onde consigna o Conselho como um órgão consultivo do município no apoio à tomada de decisões em matéria de habitação. De entre as suas competências, diz numa das alíneas *“Pronunciar-se sobre quaisquer assuntos relacionados com a política municipal de habitação, a pedido da Câmara, da Assembleia Municipal ou por iniciativa dos seus membros e, também, emitir recomendações sobre projetos, iniciativas ou medidas da política municipal de habitação que lhe sejam submetidas pela Câmara.”*, pergunta-se: o Conselho Municipal de Habitação foi convocado para cumprir as suas competências no que concerne à Estratégia Local de Habitação, assim como as suas 2, 3 ou 4 atualizações? Se não, gostaria que o Sr. Presidente da Câmara pudesse justificar a decisão.

Relativamente à proposta de Estratégia Local de Habitação, embora o Partido Social Democrata concorde e apoie a criação de melhores condições habitacionais para os setubalenses, mantém as dúvidas já expressas aquando da primeira apresentação da estratégia em setembro de 2020, pois tal, mesmo com a sua atualização, esta estratégia não abrange medidas para a classe média, aquela que é esmagada por impostos e taxas, não só municipais, mas também do Poder Central e que pouco ou nada usufruirá destas medidas.

Este plano visa, primordialmente, responder a situações de urgência social e de mobilidade, baseando-se em 1.300 pedidos, de grosso modo, registados no Departamento da Câmara Municipal de Setúbal. Sabendo que as famílias de classe média, na sua grande maioria, até pelos critérios que se encontram atualmente definidos no regulamento de acesso à atribuição de habitação de Setúbal, não são destinatários abrangidos. A própria Estratégia Local de Habitação fala em privilegiar determinados agregados familiares, que se entende, mas mais uma vez esperava-se que pudesse existir, também, uma observação de outras classes que não os que estão referidos como os agregados familiares privilegiados.

Da leitura desta estratégia, refere-se que está implícito que se espera ou obriga-se que a boa vontade dos privados venha suprir aquilo que são as necessidades de habitação por parte da classe média, que não é abrangida por estas medidas de apoio.

Trouxemos, ao longo dos últimos tempos, e continuaremos a trazer medidas de apoio à classe média e vimos também as reações de algumas bancadas, quer na Assembleia, quer no Executivo relativamente às nossas propostas, mas continuamos a querer resolver esta estratégia para se querer continuar a resolver uma parte do problema à conta de proprietários de casas e de investidores privados, etc., e mais uma vez a classe média é esquecida nesta estratégia.

**Flávio Lança (IL)** – Tenho-me de dirigir aqui à bancada da CDU e, em particular, ao deputado Simão Calixto a propósito da sua intervenção onde refere, por várias vezes, as posições políticas da Iniciativa Liberal. A grande diferença entre a CDU e a Iniciativa Liberal é que a CDU apresenta frequentemente um discurso incoerente, ajustando sempre como lhe convém. Agora que há crise na habitação, para a CDU parte da culpa é da Iniciativa Liberal, porque apresenta ideias e propostas concretas, mas é curioso ter culpa quando não tivemos qualquer intervenção na falta de políticas de habitação ou mesmo políticas de habitação erradas.

Para que não fiquem dúvidas, passo a exemplificar as incoerências, o papão do Alojamento Local, mas é só papão quando vos convém, no site da RM *Guest House*, Alojamento Local de Setúbal, indica que a sua inauguração contou com a presença da ex-presidente da Câmara, Maria das Dores Meira. No Expresso de 15 de agosto de 2007 uma notícia sob o título “A cidade, a reabilitação” e a ex-presidente disse, “*Estamos a obrigar os proprietários a fazer recuperação dos imóveis na zona histórica, se não tiverem dinheiro ajudamos, ninguém deixa de recuperar, porque não pode. Temos de dar o exemplo pela reabilitação do património histórico, uma forma que assegura, e está a resultar, e que já há mais receitas para a câmara por esta via.*”

Dia 8 maio de 2019, a Câmara Municipal publica no seu site “Alojamento Local, informação”, uma ação de formação a realizar nos dias 3 e 4 de junho, permite que os participantes adquiram competências e estratégias em relação aos novos contextos do Alojamento Local e do mercado turístico e hoteleiro nacional, e agora fechamos o Alojamento Local. Deixo-vos a questão, afinal que valores defendem?

**Vanessa Silva (CDU)** – Algumas questões que gostávamos de sublinhar. Uma primeira, que já foi referida pelo meu camarada Simão, consideramos que, no quadro das suas competências e também da sua capacidade financeira, o Município de Setúbal deve contribuir para a resolução deste problema, que é um problema nacional. É tão nacional que hoje há uma discussão generalizada no conjunto do país sobre a problemática da falta de habitação digna no nosso país. Portanto, pensamos que é, não só natural como salutar que o Município tenha procurado utilizar os instrumentos que estão disponíveis para financiar operações que contribuam para, pelo menos, a mitigação deste problema. O que não significa que se fôssemos nós a decidir quais as políticas públicas, elas fossem exatamente estas que estão em cima da mesa. Isso é algo que não tem nenhum tipo de contradição, como sabem defendemos o socialismo, mas não vivemos em socialismo e, portanto, os instrumentos do sistema de capitalismo que estão ao nosso dispor para melhorar a sociedade, nós utilizamos e é isso que fazemos também aqui em Setúbal.

Sobre a classe média, gostaria de saber se as outras bancadas estão de acordo ou não que é necessário, relativamente ao crédito à habitação, determinar, por exemplo, a utilização pela Caixa Geral de Depósitos de um spread de 0,25 no crédito à habitação como instrumento regulador do crédito e criar uma moratória exatamente nos moldes em que existiu durante a epidemia, em que haja apenas o pagamento de juros a uma taxa igual à que é utilizada para o financiamento dos bancos. Ou seja, queremos saber se as outras bancadas consideram que os lucros da banca devem suportar a crise social e económica que vivemos. Gostávamos de saber qual a vossa opinião, porque isto é um problema nacional que tem, também, impacto no plano local e tem um impacto muito grave e muito sério, por isso nos preocupa profundamente, mas é importante perceber se do ponto de vista das medidas estruturais e não apenas aquelas que mitigam o problema, se as outras bancadas acompanham este raciocínio ou não.

Gostávamos, também, de saber se as outras bancadas acompanham a ideia de que é necessário que o Governo, seja o PS ou o que governar na altura, agora é o Governo do PS que está em exercício, que defina um verdadeiro Plano Nacional de Habitação e que impute ao Estado a liderança de existirem programas no setor cooperativo, no setor social, no setor público com a clara definição de objetivos de investimento público.



Aliás, não se referiu aqui, referiu-se apenas na intervenção do Sr. Presidente da Câmara, a importância que o movimento cooperativo teve já em fases diferenciadas da nossa vida coletiva e historicamente, mas, no presente, parece estar apagadíssimo das políticas públicas nacionais, das que são produzidas pelo Governo. Portanto, qual é a vossa opinião sobre isto? O que é que entendem sobre isto? Porque, de facto, há um conjunto de legislação de programas estruturais nacionais que conformam o exercício por parte das autarquias. Portanto, nós iludimos a questão, como se cada autarquia tivesse na sua mão a capacidade e a competência de resolver os problemas da habitação, é iludir as pessoas, é mentir às pessoas, isso não é real, e sabemos todos que não é real. Como sabemos que não é real, o que é que pensamos sobre a aplicação das políticas nacionais no nosso território? O que é que esperamos que os governos façam relativamente à habitação? Consideramos ou não que deve haver uma intervenção pública no âmbito da habitação? Ou achamos que são as câmaras municipais, cada uma por si, que vão pôr fim à especulação imobiliária e que isso é possível no enquadramento legal que está definido a nível nacional? Parece-me que é óbvio que esta questão tem uma conformação nacional que, também, é aqui preciso trazer.

Sobre as questões da Iniciativa Liberal, bem, as ideias liberais têm, pelos vistos, na atualidade um partido que quer ser seu pai ou seu patrono e, portanto, mesmo que não tenha estado em nenhum Governo, mesmo que não tenha levantado a mão a políticas liberais, se aqui vêm dizer-nos que é defensor dessas políticas é a si, também, que as atribuímos, é algo absolutamente natural. Porque nas suas intervenções, várias vezes, sublinha que o liberalismo é a solução para todos os males do mundo e a nós não nos parece, de todo, que na habitação o liberalismo seja solução e até nos parece que as propostas apresentadas pela Iniciativa Liberal, também, têm essa contradição, ora o liberalismo resolve e resolve o mercado, ora, agora é melhor que seja a Câmara Municipal a resolver.

**Eunice Pratas (PS)** – Nos Censos de 2021 verificou-se que o concelho de Setúbal teve um crescimento de cerca de 3 mil habitantes, um crescimento fraco, mas, mesmo assim, é um concelho com cerca de 62% da sua população ativa em comparação com outros concelhos do nosso país. Como podemos verificar nestes Censos é importante considerar o número de habitações existentes no nosso município, a verdade é que os jovens em Portugal enfrentam dificuldades ao tentar conquistar a sua independência.

Após décadas de desinvestimento na habitação pública com a Lei de Cristas e outros sintomas de um Portugal refém da troika é angustiante ver os jovens portugueses frustrados com adiamento do sonho da emancipação. Isto reflete-se nas estatísticas da União Europeia, onde os jovens portugueses são os que mais tarde saem da casa dos pais, é compreensível e amplamente conhecido o motivo disso. Apesar das medidas de apoio ao ensino superior que nos tornaram a geração mais qualificada de sempre, passando aquela que já foi chamada geração rasca para uma nomeação mais positiva devido a este Governo Socialista, que reconheceu um problema de décadas e procurou soluções, em vez de simplesmente protestar ou culpabilizar, colocando a habitação como eixo prioritário e bem, o objetivo é consagrar um direito, como já foi dito várias vezes nesta casa hoje, que está previsto na Constituição, combinando políticas públicas de habitação e convidando o mercado privado a agir.

Além do Governo, os municípios também podem e devem ajudar os jovens a conseguir a sua independência. Exemplos disso são os Municípios de Oeiras e Loures, o Município de Oeiras, por exemplo, tem desde 2006 um programa de habitação jovem no seu centro histórico, no qual imóveis são comprados e reabilitados pela autarquia e arrendados a jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos. Vai ressaltar que esse programa de habitação nos centros históricos tem como principais objetivos promover a sua requalificação imobiliária, recriando assim a reabilitação destas áreas urbanas, a valorização do seu património arquitetónico e o rejuvenescimento da sua população. Trata-se de um programa totalmente financiado pelo município. Outro exemplo, de como os municípios podem apoiar emancipação jovem na área da habitação, é o regime de atribuição de apoio financeiro à habitação jovem em Loures, que segue uma estratégia diferente, é atribuída uma subvenção mensal de apoio ao arrendamento e à aquisição de imóvel com recurso ao crédito habitação própria permanente. Mais uma vez o município cria incentivos para que os jovens se fixem na sua região.

Outros municípios apostam, também, na reabilitação de edifícios para a construção de residências estudantis.

A verdade é que não nos faltam exemplos espalhados pelo nosso país de municípios interessados em investir na sua juventude, ao contrário de Setúbal, um município onde se concede um contrato de 40 anos a uma concessionária de estacionamento com dísticos escassos para residentes, onde não existe um programa de habitação jovem, onde existe cerca de 1.382 candidaturas aprovadas à espera da vaga de habitação pública. Talvez fosse mais adequado fazer do investimento na habitação uma prioridade na cidade do rio azul, permitindo assim que, na próxima década, haja uma fixação de jovens na nossa capital de distrito.

Penso que estas medidas não são estranhas à CDU, sendo que algumas das que aqui apresentei, fizeram as manchetes no dia 30 de março de 2023, porque foram apresentadas pelo vereador João Ferreira na reunião pública da Câmara Municipal, algumas delas foram defendidas pelo vereador, não percebo é porque é que, às vezes, existe esta incoerência no discurso do Município de Setúbal, com o executivo da CDU, quando somos nós a governar, não podemos responsabilizar, apenas quem tem a responsabilidade pela habitação é o Estado Central, mas, quando fazemos parte da oposição como vereadores, já achamos que os munícipes têm uma palavra a dar sobre a habitação pública.

**Simão Calixto (CDU)** – Quero só salientar que os jovens continuam à espera que o PS cumpra o Plano Nacional de Alojamento Estudantil, aquelas 10 mil camas que prometeram em 2018, continuam por construir.

Também quero lembrar o PS, porque acho que continua a incorrer no mesmo erro, é que, de facto, o Município de Setúbal e os outros todos também não vão ter capacidade para resolver todos os problemas da habitação, ou o Estado entra com o dinheiro que é preciso para construir as casas que são precisas, ou para financiar os programas como a “Porta 65” que continuam todos os anos a deixar centenas de jovens sem acesso que, apesar de elegíveis, ficam na lista de espera, porque não há dinheiro. São aquelas situações que o PS, também, não é capaz de resolver quando está no Governo com maioria absoluta, mas também é o PS que se esquece que arrendar quartos com amigos ou desconhecidos ou ter casais que vivem em quartos ou em casas com não sei quantas pessoas que não conhecem de lado nenhum, com rendas que comem metade do salário, também não reconhecem que isso é fruto da precariedade com que os jovens vivem todos os dias, da instabilidade dos vínculos laborais.

O que é verdade é que em Portugal, a média de idade com que os jovens saem de casa dos pais é de 33,6 anos, enquanto que a média da União Europeia é de 26,5. Mas também dizer que 40% dos jovens entre os 18 e os 34 anos assumem que não têm disponibilidade financeira para sair da casa dos pais. Isto também provoca com que os jovens não se emancipem e não é só em Setúbal que isto acontece, também em todo o país.

**Elisabete Cavaleiro (PS)** – O mercado da habitação tem nos últimos tempos sofrido uma grande disparidade nos valores da renda, o mesmo verifica-se, também, no valor da venda das habitações e como consequência, muitas famílias portuguesas têm dificuldade na procura, compra e arrendamento de uma habitação. Note-se, ainda, que desde 2001 não haja novas construções de bairros de iniciativa municipal em Setúbal, este foi um dos concelhos que registou o maior aumento dos preços médios de vendas de casa, face ao ano anterior. Segundo uma análise da Confidencial Imobiliário 2020, o preço médio de venda das casas ronda os 1.600 euros o metro quadrado e o aluguer 8,5 euros. Face a este cenário, importa, pois, utilizar na sua plenitude todos os recursos que o município tem ao seu dispor no atual programa do PRR, componente habitação, atualizada em 18 de outubro de 2021. A Estratégia Local de Habitação do Município de Setúbal considera 20 operações PRR, alojamento urgente das operações PRR, 35 fogos para 91 pessoas sem abrigos e vítimas de violência doméstica. No inquérito de caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo a 31 de dezembro de 2021, altura em que foi revista a ELH, as pessoas sem-abrigo no concelho representavam 155 indivíduos, o município deixa 64 pessoas sem teto e sem casa? Mais, no ano de 2020, neste mesmo relatório, a autarquia já havia contabilizado 166 pessoas sem teto e sem casa, ora, esta contabilidade é para nós incompreensível, uma vez que quem sinaliza e disponibiliza o número de indivíduos sem-abrigo do município à Estratégia Nacional para a Integração da Pessoa em Situação de Sem-abrigo é o próprio município, este mesmo município que não vai agora considerá-las na Estratégia Local de Habitação, negando a 75 munícipes uma alternativa habitacional digna. A mais recente atualização da Estratégia Local de Habitação prevê 5 novos empreendimentos, edificando 538 fogos de renda apoiada e reduzida.

Em consulta aos últimos dados públicos sobre o concurso público de acesso à habitação municipal no concelho, dados divulgados pela própria autarquia, verificou-se que a 4/05/2023 existem cerca de 1.382 agregados admitidos e elegíveis cumprindo os critérios explanados no Regulamento de Acesso de Atribuição Municipal de Setúbal e aptos a aceder à habitação municipal. Questiona-se quais as alternativas previstas para cerca das 844 famílias que ficam de fora do concurso e quantos mais agregados é que foram excluídos e os respetivos critérios de exclusão destes? Terão estes setubalenses que esperar mais 20 anos para que haja uma nova política Nacional de Habitação?

Na resposta tardia, enviada ontem a esta assembleia, o executivo refere que os munícipes que ficarão de fora deste concurso irão ser alocados por fogos propriedades do IHRU, como será feita essa atribuição? Quem irá gerir o parque habitacional? É uma atribuição realizada pela autarquia ou pelo Governo através do IHRU? São realojamentos para renda apoiada ou condicionada? O executivo em exercício, consciente da sua ausência na intervenção e na gestão de habitação pública setubalense, tem ou deve prever medidas de resolução do problema da habitação no concelho. Ao percorrer o documento da Estratégia Local de Habitação não se verifica referências às necessidades habitacionais para a freguesia de Azeitão, será este território um *studycase* senhores para o panorama nacional? Não terá o território de Azeitão necessidades habitacionais? Ou os azeitonenses ficaram fora da Estratégia Local de Habitação da autarquia devido, ao facto, do executivo não ter percorrido outras medidas ao seu dispor no PRR habitação e não esplanadas na Estratégia Local, como é o caso da aquisição de fogos a privados e dos recursos imobiliários passíveis de mobilização na programação de novas soluções habitacionais, desperdiçando-se verbas existentes para esse efeito?

Por último e não menos preocupante, gostávamos de saber quantos são e quais os critérios de classificação e elegibilidade para os agregados candidatos ao arrendamento acessível, serão eles todos patrocinados pelo IHRU, não assumindo a autarquia a responsabilidade desses realojamentos? Apesar desses agregados não estarem enquadrados na definição de vulnerabilidade económica, estas famílias de rendimentos médios atualmente, também, têm grandes dificuldades em arrendar uma habitação adequada, face aos preços praticados no mercado, sendo o programa renda acessível uma das hipóteses para aceder a uma habitação. Volvidos que estão 30 anos após o PER, gostaríamos de perguntar se as famílias com rendimentos que não lhes permitam suportar as rendas atualmente praticadas pelo mercado, mas que não tenham suficientemente rendimentos para usufruir de habitação social ou renda apoiada, se está previsto a atribuição pelo executivo de um subsídio municipal ao arrendamento a estes agregados, fazendo cumprir o artigo 65 da Constituição portuguesa?

**Flávio Lança (IL)** – Sobre o liberalismo, convido, quem tiver dúvidas, a ir ao site da Iniciativa Liberal para conhecer o que defendemos e deixar de se equivocar quando é que defendemos o livre mercado e quando é que defendemos que o Estado deve estar presente. Deixo só a dica que não defendemos a inexistência do Estado, defendemos que o Estado deve existir para servir os cidadãos e não para se servir deles.

Relativamente às políticas comunistas que aqui apresentaram, estão à vista na sua intervenção, sabe o que são moratórias? Propõem empurrar o problema das pessoas com a barriga, as moratórias fazem com que um indivíduo pague menos hoje, adiando aquilo que não está a pagar com juros, para mais tarde, esta é a vossa solução?

**Francisco Cabral (PSD)** – Fico muito feliz por a senhora deputada Eunice Pratas vir aqui falar do Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior ou melhor aquele que é o maior embuste que tenho memória no Ensino Superior, porque desde 2018 que os resultados representam um falhanço total da política do Governo em matéria de Alojamento Estudantil, 5 anos de promessas e todos os anos milhares de alunos deslocados e famílias passam por aquilo que é um autêntico calvário. Mas vamos aos factos, as dificuldades no acesso ao alojamento por parte dos estudantes do Ensino Superior, identificam-se brutalmente nos últimos anos.

Depois de ignorar o problema durante 3, 4 anos, o Governo Socialista lançou em 2018 o Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior (PNAES) com o objetivo de duplicar a oferta de camas em residências públicas, face às 15 mil existentes em 2018. Então, o Ministro da Ciência e Tecnologia do Ensino Superior, Manuel Heitor, afirmou que o PNAES, e passo a citar, “*Tem por objetivo, desde já, duplicar a oferta de alojamento para os estudantes do Ensino Superior na próxima década, criando no período de 19-22, cerca de 12 mil novas camas distribuídas por todo o território nacional.*”

À data de hoje e segundo a informação disponível no website do CNES existiam, no final de 2021 e 2022, 15.073 camas em residências públicas, hoje, ao fim de 5 anos, o mesmo Governo que tem como objetivo chegar a 2026 com 30 mil camas na rede pública de residências, ainda não conseguiu aumentar a oferta continuando o país com a mesma oferta de 15 mil camas públicas que tinha em 2018. Estes resultados só podem indicar que representa um falhanço total da política do Governo em matéria de alojamento estudantil, 5 anos de promessas e todos os anos milhares de deslocados e famílias a passar por este autêntico calvário. É por isso que vimos denunciando aquilo que tem sido esse falhanço, nomeadamente na execução deste plano, mas choca-me muito que o Partido Socialista venha aqui defendê-lo e exacerbá-lo com tanta energia.

**Presidente da Câmara** – Creio que alguns dos senhores deputados levantaram aqui algumas questões que justifica um esclarecimento. Em primeiro lugar, quero dizer que parece não ser igual para todos este pensamento ou este reconhecimento de que a habitação, está estabelecido, que é uma política nacional e, portanto, as políticas nacionais são seguidas pelos governos. Não sei se isto tem alguma dúvida para alguns dos senhores deputados?

Depois, também, dizer que muitas vezes ouvimos isto e que confunde as pessoas quando se fazem afirmações a dizer que o PRR é do Governo do Partido Socialista. Todos sabemos que o PRR é um Programa Europeu que está em todos os países europeus e que não é um programa de financiamento de qualquer Governo, neste caso não é e não pode ser um programa do Governo do Partido Socialista. Naturalmente, quando se repete muitas vezes isto, as pessoas, os cidadãos em geral, ficam com esta ideia de que estamos a falar de um programa de um Governo do Partido Socialista e não é verdade e é muito importante que fique esclarecido que os municípios, as organizações, as empresas concorrem a este programa, como a outros programas comunitários, porque têm iniciativa e apresentam candidaturas, as quais são aprovadas. Naturalmente que não se trata deste Governo ou daquele Governo disponibilizar fundos para que as autarquias, no caso em concreto, possam concorrer. É, muitas vezes, utilizada esta forma de informação, é uma forma que é errada e que não contribui nada para o esclarecimento das populações do nosso país e, no caso particular, no concelho de Setúbal.

Quero dizer, também, que a questão que aqui é levantada e que foi levantada na minha intervenção inicial, não tem a ver com o facto de o Partido Socialista ter apresentado uma candidatura ao PER, que era uma candidatura em que o município fez uma candidatura e assumiu 50% do financiamento da candidatura. A CDU no executivo da Câmara Municipal, também, estava quando surgiu o programa do “1º Direito” a preparar a sua candidatura a este programa. Este mesmo programa é um programa que, também, a Câmara Municipal assumia 50% do investimento. O que aconteceu é que, quando estávamos a desenvolver esta candidatura surgiu o PRR e houve a decisão de que o “1º Direito” integrava, ou melhor, as candidaturas do “1º Direito” integravam o PRR e, portanto, noutras condições de financiamento. Foi isto que aconteceu e é bom que fique claro todas estas formas de as autarquias poderem participar como creio que a Câmara Municipal de Setúbal com a gestão da CDU tem feito ao longo dos anos, considerando sempre que a habitação é um problema de políticas nacionais. Mas quando há aberturas de programas, como é o caso do “1º Direito”, a Câmara Municipal assume a sua responsabilidade de parceiro nestes programas, foi aquilo que fez e é aquilo que faz, é este o entendimento que tem sobre a sua forma de participar ou ajudar a completar aquilo que são as políticas nacionais e que, nos termos da Constituição, é uma competência dos Governos nacionais.

Há aqui uma questão que foi levantada a dizer que a Câmara Municipal promovia, também, a especulação imobiliária e foi referido o caso da Rua do Eito, a Rua do Eito tem lá um conjunto de instalações que foram adquiridas pela Câmara Municipal e que estão integradas na Estratégia Local de Habitação e que vão servir, exatamente, para uma candidatura no âmbito da Estratégia Local de Habitação e está nesse sentido identificada, para que sobre isso não haja dúvida nenhuma.

Acho que todos nós devemos ser um pouco mais sérios quando falamos das situações e sabemos do que estamos a falar ou, então, não atiramos coisas para o ar, porque isso fica-nos mal com a responsabilidade que as populações nos deram ao nos elegerem para os órgãos, neste caso, municipais.

Quero, também, dar aqui um esclarecimento à senhora deputada municipal Paula Soeiro, que em determinada altura referiu que nesta Estratégia estava esquecida a classe média. Podemos sempre dizer que é pouco para as necessidades, mas a Estratégia Local e toda a relação que temos tido, Câmara Municipal com o Governo, com o IHRU como com a Sra. Secretária de Estado da Habitação, agora, a Sra. Ministro da Habitação é um

entendimento global e integrado, uma visão global e integrada deste problema da habitação e o que está previsto e que está assumido, vamos ver se conseguimos chegar a bom porto. São essas as interrogações que nós temos, mas o que está previsto e que está assumido é que a Câmara Municipal promoverá a construção de 537 fogos com renda apoiada. Renda apoiada significa que é uma renda em conformidade com o rendimento da família e que o IHRU, nesta mesma estratégia, vai construir 795 fogos em renda acessível e nós consideramos que, no atual quadro da sociedade portuguesa, a renda acessível é definida com 20% dos custos abaixo do preço médio da habitação no mercado, que está muito dentro e muitas vezes a classe média terá até dificuldades em atingir esse valor, mas isso são os problemas do mercado que aqui é tão defendido. São as regras que estão estabelecidas e há aqui uma partilha de responsabilidades, enquanto o IHRU, que é um departamento do Estado e, portanto, dirigido pelo Governo opta por construir habitação a renda acessível, 795 fogos, a Câmara Municipal assume o compromisso de construir habitação, 537 fogos para renda apoiada, como disse, que há de ser para famílias em função do seu rendimento ou seja do seu baixo rendimento ou falta dele. É esta a diferença de estar, também, na política e de contribuir para a habitação digna no nosso município. Pode-se sempre dizer, como ouvimos aqui de alguns dos senhores deputados, que era preciso muito mais e que a CDU deveria ir muito mais. São opiniões que respeitamos, mas seguimos muito aquilo que é a nossa realidade e as nossas capacidades enquanto Câmara Municipal que tem de ter um equilíbrio financeiro nas suas contas para não atingirmos outros estados de má memória, que todos bem estamos lembrados.

Dizer, também, que toda a estratégia política que a Câmara Municipal tem traçado e que é em diálogo com o Governo ou com o seu departamento do IHRU, dedicado a esta área da habitação, que, também, conta sempre com o Conselho Municipal de Habitação. Todas as iniciativas, todas as decisões que vão sendo tomadas, vão sendo discutidas com o Conselho Municipal de Habitação que, naturalmente, faz as suas propostas e, também, as suas críticas onde entende que deve fazer, mas há o envolvimento do Conselho Municipal de Habitação em todo este processo.

Creio que está à vista, desde há muito tempo, de como é que a CDU participa e envolve as populações em todas as iniciativas que têm a ver com o interesse das populações, é o caso do “Nosso bairro, nossa cidade” que é o exemplo maior do esforço que a Câmara Municipal faz, do investimento que a Câmara Municipal tem feito na requalificação daquele espaço. Lembro-me e, certamente, muitos dos que estão aqui se lembram do que foi o esforço que a Câmara Municipal fez, logo quando a CDU ganhou as eleições em 2002, de mobilizar os construtores civis de Setúbal para disponibilizarem trabalhadores e meios mecânicos para fazer a limpeza dos arruamentos, dos espaços públicos daqueles bairros. Não digo mais nada, porque as imagens ainda estão por aí e foram colhidas naquele tempo, o estado em que encontrámos aqueles bairros, não vale a pena muito falar sobre isso, fizemos aquilo que era a nossa obrigação. Agradecemos muito aos construtores que estavam aí na cidade, na altura, o esforço e o empenhamento que tiveram, também, em ajudar a Câmara Municipal no estado em que ela se encontrava naquela altura sem quaisquer meios para fazer essas intervenções e que, portanto, foi com o apoio dos construtores civis e de outros agentes da população que conseguimos fazer a limpeza daquele espaço público e torná-lo mais digno para quem vivia naquele espaço.

É um esforço que temos vindo a fazer ao longo dos anos, mas que desta forma e nesta oportunidade dos fundos do PRR, os fundos comunitários a que nos estamos a candidatar neste momento, dizer que nas candidaturas para Setúbal há valores aprovados no valor de mais de 64 milhões de euros. Estou convencido, sem ter os dados sempre atualizados, que é o município deste país que tem maior volume de candidaturas e, portanto, de edificado para ser, no caso, requalificado. Isto demonstra bem o empenhamento e o esforço com que os nossos trabalhadores, os nossos técnicos que trabalham na área da habitação fazem e têm feito ao longo destes meses.

As nossas preocupações, neste caso, têm a ver, também, com outro erro e que é um engano que por aí circula e que é importante que fique bem claro, porque quando se diz que o PRR financia a 100%, dizemos isto e os assuntos estão todos resolvidos. Senhoras e senhores deputados, como bem sabem isto não é verdade na aceção em que os cidadãos, em geral, assumem esta expressão, porque é exatamente um dos problemas que o Município de Setúbal, e não só o Município de Setúbal, os municípios em geral, tem é que os 100% são os valores de referência, os valores de referência que são muito abaixo dos valores reais do mercado, portanto, o diferencial....

Os senhores terão oportunidade de ter melhores dados e mais fiáveis sobre este ponto, numa próxima Assembleia Municipal, porque vamos ter de aprovar ou, pelo menos, virá aqui a proposta para que a Assembleia Municipal aprove um empréstimo de muitos milhões de euros, muitos milhões de euros para fazer face a este diferencial, e nessa altura terão a oportunidade, aqueles que não acreditam, porque o que é mais estranho nisto é que há senhores deputados que representam nesta Assembleia Municipal o Partido Socialista e que não acreditam nisto que estou a dizer. Aquela ideia que é lançada de que o PRR financia a 100%, naturalmente, que eles também ficaram convencidos que era mesmo assim, são muitos milhões de diferença e mais há um outro problema, é que o Governo entende que o financiamento a 100% são os valores de referência, muito abaixo dos valores de mercado, mas depois ainda diz que as câmaras municipais devem aprovar candidaturas a empresas concorrentes aos concursos públicos, que podem apresentar valores 20% acima dos preços base, quem paga este diferencial senhores deputados?

É uma questão bastante preocupante, porque na Estratégia Local de Habitação de Setúbal apresentámos todas aquelas candidaturas para resolver uma parte muito significativa dos problemas de habitação, por um lado, e de requalificação de habitação por outro. Damos tudo o que estiver ao nosso alcance, como já referi, que os nossos técnicos estão a fazer e os nossos vereadores que têm essa responsabilidade também, mas tudo isto tem limites. A Câmara Municipal, como tenho sempre dito, não deixará de manter o equilíbrio financeiro nas suas contas, isso é fundamental para que possamos servir os interesses da população, dos munícipes de Setúbal e, por isso, a grande dificuldade e o grande desafio é que o Governo encontre as alternativas para que este diferencial seja suportado pelo Governo ou pelos fundos comunitários.

É esse o grande desafio, para além de outros, mas este é um grande desafio e hoje fiquei surpreendido com alguns deputados do Partido Socialista que fizeram “Ah!” quando eu disse que os 100% são valores de referência, não são valores reais e nós sabemos a inflação para que valores aponta. Aliás, há concursos que já foram aprovados e, portanto, sabemos do diferencial, dos valores de referência para os valores reais que lá estão. Senhores deputados, não estava à espera de trazer esta novidade aqui, mas ainda bem que falei nisto, porque assim, pelo menos, dá para todos refletirmos sobre o que está aqui em causa e sobre a nossa preocupação maior.

## **C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **Ponto único: Habitação no Município de Setúbal**

- a) **Deliberação nº 023/2023/AM – Proposta n.º 01/2023/PSD - Recomendação sobre “Fiscalidade incidente sobre a habitação”**

**Francisco Cabral (PSD)** – Aquando da discussão da realidade socioeconómica da nossa cidade, o uso tomado e em boa consideração, é facto de que a sociedade portuguesa enfrenta atualmente um conjunto alargado de riscos e fatores criadores de incerteza.

Particularmente olhando em relação à crise inflacionista que vivemos e à invasão russa da Ucrânia, a inflação tem sido uma preocupação crescente nos últimos meses, já que os preços de muitos bens essenciais pertencentes ao cabaz alimentar ou as prestações de crédito de habitação, vem constantemente aumentando aceleradamente.

Esses eventos, colocam pressão sobre os orçamentos das famílias e das empresas e podem afetar ainda mais uma economia, já prejudicada pela pandemia, além disso, a invasão russa da Ucrânia representa uma ameaça à estabilidade e segurança da Europa, podendo refletir-se em implicações significativas para Portugal.

A incerteza em torno destes problemas, é uma fonte de ansiedade e preocupação para muitos portugueses e consequentemente, deve enquadrar-se enquanto uma prioridade política para os seus governantes, nós.

Relembramos ainda, a importância de procurar realizar um acompanhamento próximo e atento à discussão nacional sobre a matéria de habitação, crendo que, brevemente teremos como definitiva a Lei da Habitação, que contempla possíveis alterações.

Olhando de forma séria e inequívoca para os cenários descritos, somente existe uma resposta que corresponde às reais necessidades dos setubalenses e azeitonenses, estabelecer um compromisso político de todos os Partidos Políticos, representados nesta Assembleia Municipal, sobre a fiscalidade que incide sobre a habitação em Setúbal.

É necessário, portanto, rever a possibilidade de reduzir a taxa de IMI para o ano 2024, mantendo-nos fiéis aos princípios da verdade e transparência, e reforço, para que a bancada que está atrás de nós nos ouça bem, verdade e transparência, porque somente assim conseguimos também combater e fazer face àquilo que são os extremismos e populismos que assombram a nossa Democracia, diminuindo assim, ou procurando diminuir aquilo que são os encargos decorrentes do cenário macroeconómico inflacionista em que vivemos.

Por outro lado, devemos também de trabalhar, para beneficiar de forma consciente e generalizada, o maior número de munícipes possível, sobretudo não esquecendo de garantir a manutenção daquilo que é o IMI Familiar, para o ano de 2024, permitindo assim reduzir a taxa em função do número de filhos.

Estudar o impacto da isenção do IMT, para a habitação para jovens até aos 35 anos de idade, de imóveis até ao valor de 200 mil euros, é também uma possibilidade que deve ser explorada, para apoiar aquela que é uma das gerações mais afetadas pelos constantes climas de crises que afetam o nosso país.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida a 12 de Maio de 2023, recomenda que, no primeiro ponto, sem prejuízo das propostas e avaliações de cada Grupo Municipal *“se mandate a Comissão de Economia, Administração e Finanças a proceder à avaliação do impacto de alterações dos valores do IMI, do IMI Familiar e IMT”*, no segundo ponto deliberativo, *“fixar o último trimestre deste ano como o período adequado para proceder às alterações do processo de tomada de decisão relativo às questões supra mencionadas”*.

**Ilídio Ferreira (PS)** – Há dias, o PSD anunciou à comunicação social com sonoridade e a presença dos seus responsáveis locais, que iria propor um compromisso político com todos os Partidos, sobre a fiscalidade que incide sobre a habitação no concelho.

Seria de supor que, o PSD apresentasse aqui uma Proposta, ou uma Recomendação de descida dos impostos e, após isso o fizesse na Câmara Municipal, Órgão com competência para aprovar e propor à Assembleia, a alteração do IMI e de outros impostos.

Afinal a *“montanha pariu um rato”*, eu vou, entretanto, referir o que diz o dicionário informal sobre isto, para evitar mal-entendidos como já houve aqui, portanto, quando agora usar figuras de estilo ou linguagem popular procurarei traduzir, no dicionário informal, *“a montanha pariu um rato, é alguma coisa que, após muita expectativa, ocorre apenas algo insignificante”*.

Afinal, o que o PSD propõe é uma recomendação vaga, que não assegura qualquer eficácia, basta ver a eficácia de zero ou próximo de zero, das Recomendações aqui aprovadas.

Faz sentido mandar a Comissão de Economia, Administração e Finanças, para proceder à avaliação da alteração de valores do IMI, IMI Familiar e IMT?

Durante ano e meio, o PSD não teve tempo e capacidade para avaliar o peso desses impostos no Orçamento? Faz sentido, que o último trimestre deste ano, seja definido como um período para tomar decisão relativamente aos impostos, quando nessa altura é discutido e aprovado o Orçamento, pelo que devem já ser conhecidas as taxas de impostos.

Na Câmara Municipal, há dois Partidos com ideias claras sobre esta matéria, o PS que assumiu o compromisso de baixar o IMI e tem cumprido, a CDU que se tem oposto à redução do IMI.

O PSD tem tido uma posição pouco clara e incompreensível, em dezembro de 2021 aprovou a redução de 0,43% para 0,40% juntamente com o Partido Socialista, sem deixar num primeiro momento em outubro, ter votado contra. Em junho de 2022, aprovou juntamente com o Partido Socialista, uma redução do IMI de 2023 de 0,40% para 0,37%, mas passado poucos meses, revê a sua posição viabilizando a vontade da CDU de não descer o IMI no ano de 2023. No passado dia 19 de abril ao abster-se a uma proposta do PS que propôs a descida do IMI para 0,37%, inviabilizou essa descida.

Embora o PSD não goste, estes factos demonstram que têm sido a muleta da CDU em matérias importantes, nomeadamente quanto a impostos e a aprovação de contas, o que não surpreende. Já foi assim no Mandato de 1997 a 2001, em que chumbaram juntamente com a CDU, quando o Partido Socialista estava com uma maioria relativa, todas as Prestações de Contas do Executivo PS e no Mandato de 2005 a 2009, em que a CDU

tinha uma maioria relativa, em que viabilizou todas as propostas da CDU, quanto a Relatórios de Contas e Orçamentos, portanto já tem história esta prática do PSD dar a mão à CDU, nestas questões essenciais. Vamos votar favoravelmente esta Recomendação, porque para nós, mais importante do que saber quem as faz, é aprovar as Propostas que reduzam impostos e por essa via beneficiar os setubalenses e azeitonenses. Se o PSD, quer mesmo responder às reais necessidades dos setubalenses e azeitonenses, como diz na Recomendação que apresenta, deverá manifestar essa vontade no local adequado e eficaz, em reunião de Câmara, é esta que tem competência para aprovar os impostos e propor a aprovação pela Assembleia Municipal.

Com esta Recomendação, o que o PSD faz é “tapar o sol com a peneira”, como diz o dicionário popular, “*tapar o sol com a peneira, é adiar a responsabilidade de resolver algo, no presente para o futuro, utilizando para isso métodos que sabe inadequados para tentar mascarar o problema*”, e transcrevi, é o que faz o PSD, com esta Recomendação.

Exortamos o PSD, a deixar-se de tacticismos políticos sobre quem propõe, sobre quem aprova, sobre quem politicamente pode beneficiar no futuro, e a colocar-se no lado certo e a fazer aquilo que os setubalenses e azeitonenses esperam da oposição a quem concederam uma maioria na Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

Esperam que se faça uma política diferente, no que diz respeito aos impostos, se materialize no alívio da carga fiscal sobre os setubalenses e azeitonenses.

**João Silva (CDU)** – Achamos que a Comissão não tem nem capacidade, nem competência, para proceder ao proposto, gostávamos de fazer duas propostas de alteração aos pontos deliberativos.

A primeira proposta, seria alterar para “*mandatar a Comissão de Economia, Administração e Finanças para junto da Câmara Municipal aprofundar os dados que permitam avaliar o impacto*” seguindo o mesmo texto e, a segunda proposta de alteração, porque isto é uma recomendação, é trocar a palavra “fixar” por “considerar”, são as nossas propostas.

**Flávio Lança (IL)** – A Iniciativa Liberal irá acompanhar esta recomendação do PSD, mas não pode deixar de proferir aqui algumas palavras sobre as posições do PSD, em matéria de impostos nesta Assembleia Municipal. Em Assembleia Municipal de 12 de novembro de 2022, onde deliberamos sobre o IMI e a Participação Variável no IRS de 2023, o PSD inviabilizou a manutenção destes impostos através da sua abstenção. Na Assembleia Municipal de 29 de novembro de 2022, a Iniciativa Liberal apresentou duas Recomendações, a aplicação da Taxa Mínima de IMI para Arrendamento Acessível e a Isenção de IMT Jovem até aos 35 anos, ambas as Recomendações acabaram rejeitadas, contamos com a abstenção do PSD, ressalvo o facto, do deputado Francisco Cabral, da bancada do PSD, ter votado favoravelmente a nossa proposta de Isenção de IMT para jovens até aos 35 anos.

E é com grande agrado, obviamente, que vemos o PSD evoluir e referir na sua Recomendação, a proposta que a Iniciativa Liberal já tinha feito no ano passado, de Isenção do IMT, para jovens até aos 35 anos.

Gostávamos que esta evolução do PSD continuasse, para que se tomem decisões com impacto na vida das pessoas.

Hoje, o que se propõe aqui são avaliações e deixa-se uma tomada de decisão para o último trimestre de 2023. Esperemos que essa avaliação não seja condicionada por falta de informação ou apenas uma estratégia de entretenimento, queremos que a tomada de posição se concretize, uma vez que faz parte do programa autárquico da Iniciativa Liberal.

**Vitor Rosa (BE)** – Temos dificuldades em acompanhar esta bipolaridade do PSD, em que se absteve na última deliberação sobre a redução do IMI aqui discutida e a mesma posição sobre a Proposta apresentada em reunião de Câmara recente, e que aqui nos traz com base em considerandos gerais uma suposta posição de redução deste imposto municipal.

Diz a Recomendação que, é necessário rever a possibilidade de reduzir a taxa de IMI para o ano de 2024. Em resumo e de forma envergonhada, apresenta uma Recomendação para que seja a Comissão de Economia, Administração e Finanças, desta Assembleia a proceder à avaliação do impacto da alteração dos valores de IMI, IMI Familiar e IMT, e como não temos coragem para assumir agora, repito, assumir agora, uma posição

sobre o IMI, remete para o último trimestre deste ano, como o período adequado para proceder ao processo da tomada de decisão relativa às questões supramencionadas.

Votamos pela abstenção, considerando que nada se perde com a recolha de mais informação sobre os valores das fontes de receita fiscal do Município, entendemos, contudo, que não são os valores de redução do IMI que coloca em causa os investimentos ou outras ações do Município do foro financeiro e que haja coragem para assumir em pleno uma posição clara sobre esta matéria, coisa que o PSD parece ter dificuldades plenas, pelos “esses” que vai assumindo nesta matéria.

**Luis Maurício (CH)** – Vamos acompanhar esta Recomendação do PSD, mas para nossa tristeza vemos o PSD, completamente perdido nas suas decisões, numas Assembleias faz o IMI, o IMT subir, agora fala em descida de impostos, mas que PSD é este?

Mas vamos acompanhar, continuem assim, é bom para nós, trazem o vosso eleitorado para nós e ainda bem que o PSD está assim, perdido aqui e perdido no País.

**Rui Lamim (PSD)** – Vamos lá ver, aqui os nossos companheiros do PS, que em certos momentos também falam na baixa do IMI, coisa que o PSD anda a fazer há muito, muito tempo.

A semântica, nós de certa forma já estamos habituados em que, enfim, as palavras para certas pessoas, para certo grupo de pessoas, não têm exatamente o mesmo peso, embora sejamos todos falantes de língua portuguesa, percebemos que há semânticas que são utilizadas para justificar umas certas coisas, como, por exemplo, votam a favor, gostam até do conteúdo desta proposta, mas justificam-na de uma forma, enfim, completamente, “out”, chamemos-lhe, porque a questão da manutenção da descida do IMI ou a descida do IMI, é algo que, desde que me recordo, ainda do pacote de ajuda quando o PS deixou esta Câmara nas *lonas*, houve aí um momento em que foi necessário socorreremo-nos da Banca para o reequilíbrio financeiro, com um conjunto de financiamento muito significativo e que implicou a fixação dos impostos.

A partir de certa altura, começámos a olhar para a questão e começamos a perceber, que era possível baixar o IMI, fomos dos primeiros a levantar esta questão e andámos durante este tempo todo até aqui chegarmos a dizer exatamente o mesmo, e o resto é semântica.

Nós vamos continuar nesta senda de baixar o imposto, porque é justo baixarmos o imposto, e este é mais um documento que nos vai alinhar a todos, para fazer tal desiderato.

E não vale a pena ser o menino bem-comportado, que vai a correr à mamã logo no início a dizer, olha vamos baixar, vamos ganhar, não!

Temos de o fazer, e neste momento é um racional que todo o mundo percebe, é que a Legislação está a mudar, só quando nós percebermos que a Legislação estiver estabilizada e percebermos qual é o impacto, qual é a taxa que nós vamos poder propor e o seu impacto nas receitas municipais, aí vamos fazê-lo de uma forma correta.

A manutenção do IMI é algo que nos tem preocupado há muito tempo e não nos faltou coragem, nunca nos faltou coragem para este efeito, e o ano passado ficou o mesmo valor, continua o mesmo valor e foi um valor em baixo, porque houve uma contrapartida que teve a ver com o pacote anti-inflação, vivíamos momentos muito críticos e então decidimos manter a baixa do IMI.

Para o final deste ano e é esta a ideia, podermos considerar, podermos fixar, porque o efeito é praticamente o mesmo, do que nós temos feito aqui, é exatamente quando chegar ao final do ano, quando tivermos o Pacote Legislativo, que o Governo está a preparar, e ou, a Assembleia da República a modificar, quando nós percebermos qual é o impacto neste Concelho, tenha a ver com o alojamento local, tenha a ver com um conjunto de outras situações, a evolução da inflação, o impacto da guerra, a questão da energia, quando nós chegarmos ao final deste ano, nós estamos com a capacidade de fixar quais são os valores do IMI, do IMI familiar e do IMT para jovens, para pessoas que precisam de comprar a sua primeira habitação.

É perfeitamente racional, compreendemos tal coisa e socorreremo-nos também da Comissão de Economia, Administração e Finanças, e está aqui dito, sem prejuízo de outras propostas ou de outras análises.

Também fazemos a nossa análise, e também fazemos essas contas, só que esta Comissão está em diálogo, com pessoas, que são assessoras da Câmara, poderá ter uma visão, talvez mais precisa, mais minuciosa desta mesma realidade, é apenas uma questão de precisão, portanto, podemos colocar aqui com o auxílio do

Executivo, sim, porque ele já existe é redundante, portanto, poderemos aceitar essas alterações a estes dois pontos da Recomendação.

Continuamos exatamente, com a mesma linha de baixar os impostos aos setubalenses, vamos fazê-lo na altura correta, na altura em que temos todas as cartas na mão, para podermos fazê-lo da melhor forma.

**Presidente da Mesa** – Está aceite a proposta de alteração, no primeiro ponto, em vez de, “proceder à avaliação”, é alterado, “para junto da Câmara Municipal proceder à avaliação”, e no segundo ponto, em vez de “fixar” é “considerar o último trimestre deste ano”, estão as alterações aceites, a partir daqui temos esta redação fixada.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 37 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e uma abstenção do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.

**b) Deliberação n.º 024/2023/AM – Proposta n.º 01/2023/CH – Recomendação sobre “Levantamento sobre o património devoluto do Estado no Concelho de Setúbal”**

**Vitor Rosa (BE)** – A solução que o CHEGA encontra para a resolução do problema da habitação, passa por a Câmara fazer aquilo que é uma competência do Governo Central, saber do número de imobiliário devoluto de propriedade estatal. E como se esta fosse a varinha mágica, para resolver os problemas da habitação, esquecendo a especulação imobiliária, esquecendo o aumento das taxas de juro da habitação e o enriquecimento do setor bancário, esquecendo as dificuldades de baixos salários, da regulação do arrendamento, da falta de investimento de décadas na habitação, por sucessivos governos do PS, PSD e CDS. Para a resolução deste enorme problema recomenda que, saibamos o número de prédios devolutos e a entrega desses números ao Governo e desta forma, os problemas da habitação no Concelho de Setúbal fica resolvido.

Votamos contra esta Recomendação, porque esta proposta política que o CHEGA aqui nos traz, representa um vazio de ideias e de soluções para os problemas que os setubalenses e os azeitonenses têm na habitação.

**Vanessa Silva (CDU)** – Relativamente à proposta que o CHEGA aqui nos apresenta, no fundo, partilhamos da posição que o Bloco de Esquerda já aqui colocou, chega a ser caricato depois de toda esta discussão, que a proposta que o CHEGA apresenta seja esta, ainda para mais, porque da informação que dispomos o Ministério da Habitação já efetuou este levantamento, parece-nos, de facto, uma coisa absolutamente extemporânea, digamos assim e, portanto, votaremos contra.

**Paula Soeiro (PSD)** – Parece uma redundância, mas é a questão que tínhamos aqui também, gostaria de perceber porque é que o CHEGA entende que o Município se deve substituir ao Estado Central. Será que o Estado Central não tem meios suficientes para que tal seja necessário, sem que se crie mais um ónus sobre o Município. Não sei se a bancada do CHEGA pretende reformular, ou se o seu texto é para ficar mesmo assim, temos sérias dúvidas em acompanhar esta Recomendação.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um deputado municipal do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta reprovada por maioria e em minuta, com 24 votos contra, 17 da CDU, 6 do PPD/PSD e 1 do BE, 10 abstenções, 9 do PS e 1 do PAN, e 3 votos a favor, 2 do CH e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 17.

**c) Deliberação n.º 025/2023/AM – Proposta n.º 01/2023/PAN – Recomendação sobre “Monitorização e incremento das Estratégias Municipais de Habitação para pessoas em situação de sem-abrigo, famílias vulneráveis e vítimas de violência doméstica”**

**Simão Calixto (CDU)** – A CDU, irá se abster nesta Recomendação, uma vez que a Câmara já integra o NPISA, e o apoia tecnicamente com a cedência de espaços e garante também a participação em projetos, como a “Housing First” e Apartamentos Partilhados.

De acordo com a informação que dispomos, a Câmara também integra a bolsa, com um apartamento, permitindo o acompanhamento de outras situações.

Na Estratégia Local de Habitação que nos foi disponibilizada, também dá para ver que permite a aprovação de duas candidaturas que farão a reabilitação de dois espaços, no âmbito da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, que vai dar resposta a quatro dezenas de situações de agregados familiares em situação de fragilidade social, situação de sem-abrigo e vítimas de violência doméstica e os Regulamentos Municipais também preveem a priorização de situações como estas.

Nos considerandos, quando fala da falta de apoios para a concretização do “Housing First”, isto é financiamento do Estado Central, da Segurança Social.

A CDU acompanha estas preocupações, mas tendo em conta que a Câmara já desenvolve todos estes Programas, irá se abster nesta Recomendação.

**Paula Soeiro (PSD)** – Na sua intervenção inicial, a deputada Mariana Crespo referiu que, a Estratégia Local de Habitação deveria ir mais além, do que suprir necessidades da população vulnerável. Até numa perspetiva e deu vários exemplos, na perspetiva de fixação a longo prazo e de criação de laços à comunidade.

Esta Recomendação, acaba por ser redundante naquilo que, também a própria Estratégia Local de Habitação, já identifica como a população prioritária no acesso à habitação, visto que está enquadrado.

As dúvidas referem-se aqui a uma questão de articulação, como é que articula os objetivos da Estratégia Local de Habitação, com a criação de empregos para os sem-abrigo, não será um enviesamento excessivo. Gostaríamos de ser esclarecidos, de qualquer forma a bancada não se irá opor a esta Recomendação.

**Elisabete Cavaleiro (PS)** – Acompanhamos a proposta do PAN e reforçamos a importância de um relatório extraordinário a esta Assembleia, do ponto de vista da situação dos sem-abrigo no Concelho. Uma vez que, na Estratégia Local de Habitação prevê-se a edificação de 35 fogos, para 91 pessoas sem-abrigo e vítimas de violência doméstica, onde depreendemos que, os 91 indivíduos sem-abrigo, sejam todos aqueles munícipes que se encontram sem teto e sem casa, conforme definição da redação da Resolução do Conselho de Ministros 107/2017, a Estratégia Nacional para a Integração da Pessoa em Situação Sem-Abrigo.

Assim, a Estratégia Local de Habitação contemplará aquela pessoa que vive debaixo do viaduto, bem como aquele munícipe que se encontra com uma ação de despejo por incumprimento e não tem alternativas habitacionais? Ficamos com esta dúvida.

**Mariana Crespo (PAN)** – Não sei se percebi bem a questão, isto é a própria definição do Projeto “Housing First”, por exemplo, particularizando o caso, de situações de sem-abrigo, por casos de toxicod dependência, que deverá ser uma situação privilegiada, ou seja, resolvida primeiro a situação de sem-abrigo, antes da própria situação de toxicod dependência, que acontece em muitos Centros de Acolhimento em que obviamente há algumas regras e é preciso a pessoa estar sem consumos para residir.

Efetivamente esse é um dos grandes problemas que temos com as populações sem-abrigo em Portugal, que muitas vezes, ou padecem de doença mental ou de situações de consumo e isso muitas vezes as exclui das situações de acolhimento que existem.

Não sei se a explicação responde à sua questão e à sua dúvida.

**Vanessa Silva (CDU)** – Queria dar uma sugestão, que a senhora deputada Mariana, possa ler o ponto 3, porque há qualquer coisa que falta aqui, que eu penso que era o que a senhora deputada estava a referir. Há aqui qualquer coisa, ou falta um verbo, ou há qualquer coisa que falta, porque esta frase lida não faz sentido, porque

diz, “alargar os vários programas de habitação existentes no Concelho para incluir como objetivos a criação de empregos apoiados a pessoas em situação de sem-abrigo em falta”.

**Mariana Crespo (PAN)** – Tem a palavra “objetivos” no plural e é “objetivo”, pode-se retificar, para “incluir como objetivo”, no singular, “a criação de emprego apoiado a pessoas em situação de sem-abrigo”, retirando o “em falta”.

**Vanessa Silva (CDU)** – Agora que está clarificado o que se pretende dizer, eu continuo sem compreender como é que se alarga os Programas de Habitação existentes no Concelho, para incluir como objetivo a criação de emprego apoiado a pessoas em situações de sem-abrigo.

**Mariana Crespo (PAN)** – Acho que a redação está clara, ou seja, nos vários Programas de Habitação existentes no Concelho, criar este objetivo extra, a criação de empregos.

**Presidente da Mesa** – O que se recomenda na proposta do PAN é, acrescentar aos objetivos dos Programas, este objetivo, que é a criação de emprego apoiado a pessoas em situações de sem-abrigo.

**Paula Soeiro (PSD)** – Deputada Mariana, não considera que seria mais favorável retirar este ponto 3, porque a integração nos vários Programas de Habitação, “a todos eles”, subentende-se assim, com a alteração aqui do ponto 3, todos eles também têm que ter como objetivo a criação de emprego apoiado.

Eu consegui entender que é a integração de uma outra medida que é o “Housing First”, que pudesse integrar a Estratégia Local de Habitação, mas só para esse e não para os diversos, ou para os vários Programas de Habitação. Há aqui uma clarificação que é para esta Estratégia Local, a integração deste Projeto “Housing First”, ou assim de um modo muito geral, passa a ser uma Recomendação da Assembleia Municipal, que todos os futuros Programas de Habitação existentes no Concelho, passem a integrar também esta medida, que poderá ser um bocadinho excessivo.

**Presidente da Mesa** – Senhora deputada Mariana Crespo, quer fazer alguma observação?

**Mariana Crespo (PAN)** – Prefiro manter assim a redação.

**Simão Calixto (CDU)** – Tendo em conta que vai manter a redação e a dificuldade em explicar exatamente a medida em concreto, a CDU não se sente confortável a abster-se, vamos votar contra este documento.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta reprovada por maioria e em minuta, com 17 votos contra da CDU, 6 abstenções do PPD/PSD e 15 votos a favor, 10 do PS, 2 CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

d) Deliberação n.º 026/2023/AM – Proposta n.º 01/2023/IL – Recomendação sobre “Portal digital do licenciamento urbanístico”

**Simão Calixto (CDU)** – A CDU não irá acompanhar este documento, uma vez que a Câmara tem já em desenvolvimento projetos de desmaterialização dos projetos urbanísticos, e tendo em conta que também recomenda uma tecnologia específica, não nos parece indicado, uma vez que no momento da sua instalação é que se deve considerar a melhor tecnologia disponível e não estar a recomendar coisas avulsas. Nesse sentido, tendo em conta que a Câmara já está a desenvolver estes processos, não iremos acompanhar esta Recomendação.

**Mário Aranha (PS)** – Relativamente a esta proposta da Iniciativa Liberal, os fundamentos, os objetivos e as ferramentas mencionadas já foram aprovadas para todo o País, no Conselho de Ministros de 27 de abril último, e apresentados pela Ministra da Habitação e pelo Secretário de Estado da Modernização Administrativa.

Nomeadamente a simplificação de dezenas de procedimentos, revogação de exigências excessivas e a criação de uma Plataforma Online, e vou citar agora o Secretário de Estado, “vai simplificar e concentrar num único sítio a apresentação de pedidos, que vai permitir aos cidadãos consultar o estado dos processos, os prazos, recebendo notificações e avisos eletrónicos e ainda obter certidões de isenção de procedimentos urbanísticos, focado na área da digitalização será a utilização do BIM, uma metodologia que utiliza um modelo a três dimensões que vai representar e gerir informações, como um edifício ou infraestruturas”, aproveitando esta proposta da IL, que mais não é, do que muito inspirada, do que já foi aprovado em Conselho de Ministros. Aproveitamos para questionar o Executivo, tendo em conta que o Estado Central já está a cumprir a sua parte, no que respeita à simplificação de processos e na digitalização, se o próprio Município já tem algum plano para a digitalização interna e de simplificação de procedimentos, se já está preparado para adotar esta Plataforma, e se já foram tomadas algumas medidas pró-ativas, para responder a este desafio, e já agora, para quando a divulgação de métricas, sobre os tempos médios, para a conclusão de processos urbanísticos desde a sua entrada até à sua finalização.

**Flávio Lança (IL)** – Acho que a proposta é clara, dizem que foi baseada numa proposta do Ministro, é verdade, que existem declarações sobre este tema, nós consideramos que o Poder Local é quem efetivamente deverá avançar com estes temas e foi por isso que apresentámos aqui esta proposta.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta reprovada por maioria e em minuta, com 17 votos contra da CDU, 7 abstenções, 6 do POD/PSD e 1 do BE, e 14 votos a favor, 10 do PS, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

**e) Deliberação n.º 027/2023/AM – Proposta n.º 02/2023/IL – Recomendação sobre “Reabilitação de imóveis devolutos, propriedade do Município de Setúbal”**

**Paulo Lopes (PS)** – Sobre esta Recomendação da Iniciativa Liberal, nós acompanhamos a reabilitação de imóveis, devolutos, propriedade do Município de Setúbal.

Onde não acompanhamos de maneira nenhuma, é que estes imóveis sejam depois precedidos para Hasta Pública e para venda, ou seja, o Município está numa altura em que está confrontado com uma falta de habitação, vai recuperar e depois pôr no mercado habitacional privado, portanto, não faz sentido, acho que o que faz sentido é a sua reabilitação e utilização por parte da Câmara no setor social que mais necessita, por isso, vamos votar contra.

**Vitor Rosa (BE)** – A IL, apresenta nesta recomendação um conjunto de considerandos com os quais nos identificamos, mas na sua parte deliberativa apresenta soluções com as quais não concordamos, obviamente. Apela no seu ponto dois, em primeiro lugar, a avaliação do impacto da venda em hasta pública dos imóveis indicados no ponto um, limitando o fim dos imóveis no período inicial de 5 anos, ao arrendamento acessível ou a habitação própria e permanente, considerando ainda a possibilidade dos pequenos e médios investidores diferirem o pagamento do preço do imóvel, para o final da operação de reabilitação.

Porque não devem esses imóveis ficar na posse da Autarquia ou do Estado, e dessa forma assegurar que os mesmos fiquem de fora da especulação imobiliária. Porquê limitar a 5 anos, o fim de arrendamento acessível ou de habitação própria e mesmo a simplificação do licenciamento, deve em nossa opinião, ser bem analisado dentro do contexto do estado dos imóveis, quais os fins a que se destinam, a uma gestão sustentável do território onde se encontram.

Face ao exposto votamos contra, não em relação dos considerandos, mas em relação à sua parte deliberativa.

**Vanessa Silva (CDU)** – Também votaremos contra e também consideramos que os imóveis devolutos devem ser reabilitados. Há um primeiro ponto que refere que se deve proceder à identificação dos imóveis urbanos devolutos de propriedade municipal, essa identificação encontra-se feita, aliás, já está na informação que tivemos acesso ontem, claro que quando fez a proposta, não a conhecia, portanto, percebemos perfeitamente porque é que aqui estaria, mas já estão identificados e, para além de já estarem identificados, de acordo com

a Lei e também com Sistema de Normalização Contabilística, muitos deles não são verdadeiramente devolutos, no sentido de que já têm fins determinados, por exemplo, o Edifício conexo ao Edifício Sado servirá para, ampliar os Serviços Municipais que ali estão instalados, de acordo com a informação que a Câmara já prestou, temos a situação da Casa Luísa Todí, há um conjunto de identificações que já estão feitas, até porque nem todas as questões do Município, se resumem a esta importante questão que hoje aqui estamos a discutir, podem haver imóveis que estão destinados a outros fins e que são com mérito destinados a outros fins.

**Paula Soeiro (PSD)** – Propúnhamos à Iniciativa Liberal, que pudesse ponderar a retirada desta Recomendação, com base no seguinte argumento, está neste momento em fase final, como deve saber, o novo “Programa + Habitação”, que irá para discussão no Parlamento, para a sua natural aprovação e publicação e que, naquilo que é o Projeto Lei, que nos foi permitido ter acesso, algumas destas partes das deliberações finais, nomeadamente no seu ponto dois, vem clarificadas. Também o ponto um da deliberação, aqui está uma consequência, que há pouco o senhor Presidente do Executivo menorizou, mas foi uma consequência do facto de só nos ter sido enviada a documentação de suporte, a menos de 24 horas, desta Assembleia. Considerando aqui a recomendação da IL, que pudesse nesta fase, retirar o ponto dois ou na íntegra se quiser aguardar pelo “Programa + Habitação”.

**Flávio Lança (IL)** – Não sei se ficou claro, porque é que estava aqui proposto a venda dos imóveis por parte do Município, é que a lógica era que o Município não incorresse em custos, portanto, quem reabilitava não era o Município, para depois vender. Na prática era, quem pretendesse comprar, reabilitava e assegurava que, num determinado período, nós propusemos cinco anos, podia ser mais ou menos, o imóvel ficaria destinado ao arrendamento ou então a venda para habitação própria de arrendamento acessível, a lógica da proposta era efetivamente não trazer custos para o Município.

Obviamente que, quem reabilita e tem o custo de reabilitar, há que depois ter algum benefício no futuro, ganhava o Município durante o período que entendesse que fizesse sentido e ganhava quem reabilitou, que fez o investimento e ficava com o imóvel, para mais tarde o poder rentabilizar.

Esta é a proposta, eu acho que não faz sentido, retirarmos este ponto, porque senão a proposta fica despida e vamos apenas propor para que se identifiquem os imóveis, que já estão feitos e que se simplifique o licenciamento, também não me parece que faça sentido, portanto, na prática, nós não vamos retirar e entendemos que deve ir a votação.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta reprovada por maioria e em minuta, com 28 votos contra, 17 da CDU, 10 do PS e 1 do BE, 7 abstenções, 6 do PPD/PSD e 1 do PAN, e 3 votos a favor, 2 do CH e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

f) Deliberação n.º 028/2023/AM – Proposta n.º 03/2023/IL – Recomendação sobre “Divulgação anual do património imobiliário municipal”

**Simão Calixto (CDU)** – Em relação à divulgação anual do Património Imobiliário Municipal, do ponto de vista da Assembleia, qualquer eleito pode solicitar esses dados, neste caso à Mesa, que depois envia para a Câmara e a mesma responde, aliás, temos uma lista que foi enviada na informação de ontem.

Tem alguns considerandos que nós também não acompanhamos, do ponto de vista legal é, aliás, impossível que as Entidades Públicas apoiem Partidos Políticos e cedam terrenos ou lojas, o que quer que seja, nesse sentido, porque constitui um apoio que não é possível do ponto de vista da Lei dos Financiamentos dos Partidos e das Campanhas Eleitorais. A questão da divulgação dos dados publicamente, na verdade, também não há nenhuma Lei que obrigue a isso, não obstante a Câmara podê-lo fazer, se o entender.

Do ponto de vista da habitação municipal, é natural que a Divisão de Habitação tenha os dados que a Iniciativa Liberal peça, mas também creio que devemos pensar, no RGPD no que toca à sua divulgação, tendo em conta também, as situações de vulnerabilidade que possam existir, por isso, votaremos também contra esta recomendação.

**Flávio lança (IL)** – Para esclarecer alguns temas relativamente a esta intervenção, não compreendemos o tema do RGPD, porque quando colocamos aqui no ponto três a divulgação no Site, obviamente, nunca há dados agregados, o valor patrimonial das propriedades por Município, não tem dados pessoais, portanto, não vejo aqui nenhum ferir do RGPD, portanto, na prática, pode-se pedir à pessoa que é responsável pela proteção de dados para avaliar, mas tenho a ideia que não deve ter nada contra.

O segundo ponto, que tem a ver com o remeter à Assembleia, nós já percebemos que se não entrarmos nos processos da Câmara, muitas vezes a Câmara demora a responder e nós não conseguimos fazer o nosso trabalho, e esse é o propósito desta proposta.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 21 votos a favor, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 17 votos contra da CDU, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21.

**g) Deliberação n.º 029/2023/AM – Proposta n.º 04/2023/IL – Recomendação sobre “Acessibilidade Vertical”**

**Paulo Lopes (PS)** – Esta recomendação não deixa de ser curiosa, porque vinda de um Liberal, pedir ao Estado que, com o dinheiro dos tais impostos que tanto valorizam, depois se façam obras nas casas dos particulares, independentemente, de terem possibilidades de fazer essas intervenções, ou não, porque na proposta não é referida esta questão, é eventualmente, uma deriva Liberal do ponto de vista ideológico, a qual nós não podemos acompanhar.

Mais, imóveis até dois pisos terem isenção de IMI de três anos, se puserem lá um elevador, eu imagino, por exemplo, moradias de pessoas que não têm precisão do ponto de vista monetário, a pedir a isenção do IMI, para instalar plataformas ou afins.

Portanto, a proposta ou tinha que ser bem trabalhada, no sentido de identificar pontos dos quais sejam as carências mesmo muito reais, e que efetivamente existem em prédios, e em habitantes que não têm condições, e que se calhar, a única possibilidade de eles poderem continuar a habitar a casa é colocar este tipo de investimento, ou então, terem que sair e ir para um lar, e isso acontece em muitas casas, pessoas que não têm mesmo qualidade de vida, para poderem continuar a habitar essa casa que não está preparada, para, ou então, da maneira como está, isto é apenas os Liberais a pedirem dinheiro ao Estado, para fazer obras nos privados, e isso nós não podemos acompanhar.

**Vitor Rosa (BE)** – Suscita-me aqui algumas dúvidas nesta Recomendação.

Com o é que a IL se baseia, em imóveis até dois pisos, e depois apresenta três anos de isenção de IMI, até do ponto de vista Liberal, como é que é calculado esta amortização deste investimento?

Quer dizer, até do ponto de vista Liberal, portanto, tenho esta dúvida.

Qual é o número de imóveis que abrange esta recomendação? Não temos nenhuma referência.

Como se candidatam os potenciais beneficiários?

É só para os novos edifícios, e em relação aos antigos?

Isto não vai criar dualidade de critérios em relação aos beneficiários?

Portanto, eu tenho este conjunto de dúvidas, não sei se é possível esclarecer.

**João Silva (CDU)** – Acompanhando nós, as preocupações manifestadas em relação a alguns edifícios, cujos moradores poderão ter dificuldades. Achamos que não compete à Câmara Municipal e ao Estado fazer estas alterações e principalmente à Câmara Municipal, perder algumas receitas para o fazer, por isso, vamos votar contra.

**Eduardo Pinto (PSD)** – A bancada do PSD, até certo ponto, poderia achar esta proposta talvez interessante, mas sempre de uma grande complexidade de implementação. A proposta deverá ser aperfeiçoada, deve ser melhorada, regulamentada e deve ser também analisado o impacto às medidas.

Deve ser feito também um estudo e levantamento das necessidades dos inquilinos, desses potenciais prédios ou habitações com este número de pisos. O que se tem assistido normalmente nas habitações, são as rampas na entrada dos prédios. Portanto, não percebo qual é o alcance da proposta, se o que se pretende é que se uma pessoa morar no 3º andar ou num 2º andar, quiserem pôr elevador, ou um outro tipo de solução.

**Mariana Crespo (PAN)** – Gostava de propor à IL, se assim o entender, obviamente, a retirada desta Recomendação para seu aperfeiçoamento. Por tal, como os meus colegas deputados aqui presentes já referiram, penso que falta aqui uma análise, não só financeira, mas uma análise das eventuais situações em que isso seja necessário. Claro que toda a recomendação tem o seu mérito e sem dúvida os problemas de acessibilidade vertical, principalmente entre a população idosa são bastante relevantes, mas penso que, acima de tudo seria prioritário, solicitar uma análise das situações em que isto acontece, começando obviamente pelo património do próprio Município.

**Luis Maurício (CH)** – A proposta é válida, e eu concordo com o que a deputada Mariana estava a dizer, acho que tem de ser aperfeiçoada e acho que a Iniciativa Liberal deverá fazê-lo, tem um bom contexto, tem um bom caminho, só deverá ser aperfeiçoada.

**Flávio Lança (IL)** – Ainda bem que suscita muitas questões, porque é sinal de que há qualquer coisa aqui que devemos discutir. O tema desta proposta deriva do envelhecimento da população, nós temos bairros como o Montalvão e a Camarinha, que não têm elevadores e tem mais do que três pisos e muitas vezes as pessoas com a idade, ficam retidas dentro dos seus apartamentos sem possibilidade de sair.

E não só sair à rua, muitas vezes para serem levadas para o hospital, para serem levadas para um lar ou para fazer a sua vida, às vezes irem às compras.

E foi nesse sentido, que nós propusemos isto, não é para o Estado pagar as obras, que fique esclarecido.

A nossa proposta é o proprietário fazer as obras, e ao fazer as obras ter isenção de IMI.

Porquê, o tema do IMI da isenção por pisos, porque fazer um elevador num imóvel de dois pisos, ou fazer um elevador num imóvel de sete andares, realmente é algo que é diferente e com custos completamente diferentes, e daí, estarmos a diferenciar entre pisos, não são dois, são três, não incluímos um rés-de-chão porque não faz sentido ter elevadores, também não estou a ver alguém numa vivenda com dois andares, vir à Câmara pedir para construir e pedir o seu apoio no IMI, mas tudo bem, mas é possível, e se calhar podemos aperfeiçoar dessa maneira.

Concluindo, eu estava disposto a que esta Recomendação baixasse à Comissão de Urbanismo e Mobilidade, para ser discutida com todas as forças políticas.

**Presidente da Mesa** – Há objeções das outras bancadas? Não havendo, baixa à Comissão de Urbanismo e Mobilidade, para ser revista e apreciada numa próxima Assembleia.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, para baixar à Comissão de Urbanismo e Mobilidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

**h) Deliberação n.º 030/2023/AM – Proposta n.º 01/2023/BE – Recomendação sobre “Suspensão da autorização de novos registos de Alojamento Local em Setúbal, criação de instrumentos de fiscalização E REALIZAÇÃO DE Estudo Urbanístico e Turístico do Alojamento Local em Setúbal com vista à elaboração de um Regulamento Municipal de Alojamento Local”**

**Simão Calixto (PSD)** – Estamos de acordo com a generalidade deste documento e das preocupações aqui levantadas, no entanto, na parte deliberativa, nós não queremos que seja exatamente, a suspensão da atribuição de licenças a solução mais adequada, e com os dados que se conhece neste momento aqui para a cidade de Setúbal.

Quanto à realização do estudo, naturalmente, é útil para a tomada de decisão e, portanto, vamos acompanhar nesse sentido.

A questão do prazo não nos parece adequado, por um lado, porque não me parece adequado a Assembleia Municipal, propor um prazo à Câmara, para dar uma resposta, e por outro, porque também não sabemos se este estudo se realizar, quando é que estaremos em condições de ter o resultado, se é mais rápido, se é mais cedo, até porque há procedimentos de contratação que podem levar muito mais tempo do que oito meses, e não nos parece adequado pôr esta questão assim.

Do ponto de vista da fiscalização municipal, a informação que temos, é que a Câmara Municipal tem vindo a intervir nesse sentido e que sempre que são detetadas situações irregulares, a Câmara lavra os autos necessários e não permite o desenvolvimento das atividades.

Tendo em conta tudo isto, acompanharemos esta recomendação e votaremos a favor, mas com estas considerações.

**Natália Soares (PSD)** – A bancada do PSD vai reprovar esta recomendação, é um texto bastante confuso, tem aqui muita informação, até o título é comprido.

Existem aqui, uma série de informações que não fazem sentido, começando pela vitimização por parte do Alojamento Local e que está a contribuir para tudo o que é negativo e não é positivo, e que é o contrário.

Nós queremos abrir, receber e estimular o investimento, e esse investimento deve ser local e deve-se criar benefícios e incentivos, para os locais serem proprietários, e não só isso. E também apostar nas rendas e alojamento local, de forma que, existam contrapartidas para a cidade e não é estar a eliminar essas hipóteses. Nós sabemos que grande parte do Alojamento Local é detido por empresas, e não só por pequenos negócios familiares, mas na verdade, temos que incentivar o negócio, temos que incentivar o investimento na cidade, para trazer mais turismo, para enriquecer a população local com as suas próprias propriedades.

Muitas das vezes, o Alojamento Local pertence a um proprietário que é setubalense, e nós temos que incentivar isso e não eliminar essa oportunidade, e cortar as pernas a esses investimentos, que são do bolso do proprietário.

É na iniciativa privada que está a capacidade de realizar seja o que for e enriquecer a cidade. Sabemos que quando existe um aumento da oferta local, os valores das rendas também baixam, portanto, quanto mais investimento houver e quanto mais oferta houver, vai crescer o interesse das pessoas e dos emigrantes a virem para a cidade, portanto, é também um chamariz.

Na recomendação refere que *“podem-se levantar conflitos quotidianos com o crescente barulho e sujidade do espaço público”*, acho que existem outros problemas, não é do Alojamento Local, de certeza, que *“está-se a transformar em condomínios de luxo”*, não acredito, porque realmente as pessoas querem fazer o seu negócio e querem realmente enriquecer a cidade, eu vejo isto como uma mais-valia para a cidade.

No texto fala do *“combate à especulação alimentada pelo consumismo turístico dos investidores imobiliários, que vão continuar a cobrar rendas insuportáveis para as populações”*, também não é verdade.

Quando diz que, *“as pessoas não vão apostar na cidade”*, portanto, na compra nas lojas locais, nós nem sequer temos o cuidado de apostar nas lojas na baixa de Setúbal.

O Alojamento Local, traz precisamente o turista para a baixa da cidade, para fazer compras na Baixa, e não para fazer compras no Alegro de Setúbal, que é composto por lojas de marca multinacionais e não é dinheiro português, e o dinheiro que nós queremos que fique na cidade, é na baixa de Setúbal, e é o Alojamento Local que vai trazer esse dinheiro para a Baixa e para as lojas, para trazer o consumismo local.

Nós temos que incentivar a população a ter as suas próprias propriedades, para arrendamento, para Alojamento Local, e trazermos esse incentivo, e não sermos uns miseráveis que agora estamos à espera da esmola do imigrante e do turista.

Nós, é que temos de ser proprietários, nós é que temos que saber gerir as propriedades, e sermos nós, a trazer para cá os turistas, e tem que haver benefícios, para que nós sejamos os proprietários, aqui na cidade, para que o dinheiro fique na cidade e é reinvestido na cidade, porque os proprietários vão reabilitar, o que faz que haja uma beleza na cidade, portanto, tem que haver um equilíbrio nesta questão.

Acho que o texto tem de ser revisto, porque está muito confuso e a vitimizar um bocadinho esta situação, o texto refere que, *“existem Freguesias em Portugal, onde existe mais Alojamento Local que casas para habitação”*, não é verdade!

Diz que, *“é preciso reduzir o Alojamento Local e urgentemente”*, não sei porquê?

O Alojamento Local, só começou aqui há coisa de quatro, cinco anos, como é que podemos fazer uma avaliação de quatro anos. Estamos a cortar algo, que traz investimento e que faz sentido para o País, e já estamos aqui a cortar pelas pernas, quando a cidade de Setúbal é vista como uma cidade de turismo, portanto, temos que rever efetivamente o que está escrito neste texto.

**Mário Aranha (PS)** – Relativamente ao documento apresentado pelo Bloco de Esquerda, temos de referir que, tirando uma pequena minoria de fundamentalistas de direita, está comprovado que o excesso de Alojamento Local em algumas localidades, está a trazer constrangimentos na oferta das casas, mas também não podemos cair no fundamentalismo anti privados, que esses sim, criam emprego e riqueza.

Em Setúbal, segundo o próprio documento, estão registados cerca de 560 Alojamentos Locais, quando em Setúbal existem dezenas de milhares de Alojamentos, será que é o AL que está a estrangular a oferta? Ou é a oferta de estímulo à construção privada, a uma política de vinte anos de absoluto desinvestimento por parte da Câmara Municipal, em nova habitação pública.

Referir ainda que, esta recomendação vem um pouco atrasada e está um pouco descontextualizada, o “Programa + Habitação”, já prevê a suspensão de novos Alojamentos, até à aprovação da Carta Municipal de Habitação, cria um regime de caducidade para licenças inativas, prevê a revogação pelos condomínios onde há Alojamento Local em prédios e estes não tenham sido aprovados e ainda o alargamento de competência de fiscalização às Juntas de Freguesia.

De qualquer das formas, subscrevemos algumas das preocupações e vamo-nos abster.

**Luís Maurício (CH)** – Há pouco foi dito que a proposta do CHEGA, sobre o Levantamento do Património Devoluto não ia resolver o problema da Habitação e é o Alojamento Local que vai resolver o problema da habitação? Ser contra o Alojamento Local é que vai resolver o problema da habitação em Setúbal. Do texto pouco vou falar, está cheio de incoerências, pouco posso dizer. Mas digo ao Bloco que, a Catarina Martins deve estar um bocado desconfiada com este momento, será que ela concorda com este momento, isto hoje está aqui tudo ao contrário, o PSD diz que não diz, o Bloco vai contra a sua Líder, vamos ver o que é que a CDU vai dizer no fim.

**Mariana Crespo (PAN)** – Gostaria de colocar uma questão ao meu colega deputado, Vítor Rosa, em consideração, se havia a possibilidade de votar ponto por ponto, isto porque, da parte do PAN nós acreditamos que, obviamente os pontos 2, 3 e 4 fazem todo o sentido, acreditamos que deverá ser feita esta análise, mas não concordamos no imediato com o ponto número 1.

Acreditamos que primeiro, precisamos de analisar o verdadeiro impacto do Alojamento Local e, acima de tudo também acreditamos que, se deverá privilegiar em primeiro lugar o diálogo com o Alojamento Local, em vez de apostar na imediata suspensão de autorização de novos registos, daí a minha solicitação para ser votado ponto por ponto.

**Presidente da Mesa** – Senhora deputada, sugere o ponto por ponto, ou sugere, os estudos primeiro e a suspensão depois.

**Mariana Crespo (PAN)** – Sim, esta é a justificação do PAN, mas sugeria votar ponto por ponto.

**Presidente da Mesa** – Então, se o ponto não for alterado, propõe a votação ponto por ponto.

**Flávio Lança (IL)** – Falando de Alojamento Local, ouvimos aqui pelo deputado do PS, que são 560, num documento que recebemos da Câmara diz, 1120 alojamentos registados no Registo Nacional de Alojamento Local. O que é importante aqui não são os dois números, o que é importante aqui, é que temos menos 2% do parque residencial do Município, em Alojamento Local, temos 63 mil Alojamentos em Setúbal e, isso, faz-nos questionar se isto é um problema de habitação ou se é um problema ideológico.

Não nos parece a nós, neste momento, ser um problema para a habitação, isolar os vários problemas e atribuir a responsabilidade da crise da habitação em Setúbal, ao Alojamento Local, não nos faz qualquer sentido e os números falam por si.

O Alojamento Local tem um impacto positivo na cidade de Setúbal, pois tem contribuído para estimular a economia permitindo a alguns empreendedores e pequenos investidores, o desenvolvimento de uma oferta complementar à oferta turística tradicional, e ao mesmo tempo, que se traduz num motor de reabilitação urbana, já para não falar no impacto económico positivo, pois ajuda a atrair mais turistas e a gerar receitas, com consequências para o emprego e para o nível de vida da população.

Não podemos votar a favor do ponto número 1, apesar de estarmos de acordo com o ponto 2, 3 e 4, porque na realidade, achamos que poderá fazer todo o sentido.

No ponto número 1, iremos votar contra, ou na generalidade se não for votação ponto a ponto, iremos votar contra também.

**Vitor Rosa (BE)** – Em relação a algumas intervenções, aquilo que eu deixava à consideração da Assembleia, até pelo conjunto de opiniões aqui traçadas era o seguinte, relativamente à parte deliberativa e em relação ao ponto 1, a alteração do texto no seguinte modo, *“suspensão da autorização de novos registos de estabelecimento de Alojamento Local, nas zonas de pressão urbanística de Setúbal, até à entrada em vigor do Regulamento Municipal de Alojamento Local, previsto no n.º 1 do artigo...”*, esta é a primeira proposta de alteração, que deixo à consideração da Assembleia.

Em relação ao ponto 3, *“sobre a condição da aprovação do ponto anterior, fixar a apresentação do estudo num prazo de 8 meses...”*, até tendo em consideração aquilo que também foi aqui observado numa outra recomendação, o texto que eu sugiro e que deixo à consideração como proposta, *“sob condição da aprovação do ponto anterior considerar em prazo a definir pela Câmara Municipal a apresentação do Estudo Urbanístico e Turístico do Alojamento Local em Setúbal, à Assembleia Municipal”*.

**Presidente da Mesa** – Portanto, o proponente altera a redação, no ponto 1, passando a ser, *“a suspensão da autorização de novos registos de estabelecimentos de alojamento nas zonas de pressão urbanística de Setúbal, até entrada em vigor do Regulamento Municipal de Alojamento Local”*, e no ponto 3, *“sob condição de aprovação do ponto anterior considerar em prazo a definir pela Câmara Municipal a apresentação do Estudo Urbanístico e Turístico do Alojamento Local em Setúbal, à Assembleia Municipal”*.

**Mário Aranha (PS)** – Gostaria de fazer uma questão ao nosso colega do Bloco de Esquerda, quando pedem a suspensão total de autorizações, supostamente já estão suspensos, com a tramitação da nova Legislação aprovada do *Programa Mais Habitação*.

A nossa questão é, o que está previsto no *Programa Mais Habitação*, são para prédios urbanos, aquilo que o Bloco está a propor é para todos? Ou seja, inclusivamente em moradias unifamiliares?

No ponto 4, portanto, o *Mais Habitação* também prevê que, os condomínios em prédios podem reverter a autorização, enquanto o Bloco utiliza um Acórdão do Supremo Tribunal, que permite essa reversão.

A nossa questão é que, mesmo sendo, por exemplo, uma fração, uma casa unifamiliar, o Bloco quer impedir que essa casa se converta em Alojamento Local e de pedir licença?

**Vitor Rosa (BE)** – Em relação ao ponto 4, é uma questão daquilo que está estipulado nos termos do Supremo Tribunal de Justiça, e, portanto, estar agora a procurar fazer alterações, com uma decisão jurídica, penso que não teremos sequer essa condição aqui. Relativamente à questão do ponto 1, aquilo que é retirado, é o total, não sei se foi entendido, portanto, é a suspensão da autorização de novos registos até à entrada em vigor do Regulamento.

**Presidente da Mesa** – É óbvio que, as recomendações que aqui se podem fazer, terão todas elas de ser enquadradas no ordenamento jurídico que vier a ficar estabelecido, ou que esteja estabelecido, portanto, não adianta recomendações contra a Lei, não se pode fazer, tem que ser no quadro da Lei. Se as leis já estão previstas, aliás, este processo legislativo está em movimento, está agora a processar-se, portanto, estas vão no sentido em que algumas medidas já estão previstas.

O estudo, terá que se fazer, ou convidar a Câmara a fazê-lo, portanto, não há aqui a possibilidade de deixar recomendações que vão contra a lei.

Se a lei vier a ser alterada noutro sentido, também as recomendações não podem ir avante.

**Natália Soares (PSD)** – Estar a alterar aqui os pontos não vai fazer diferença absolutamente nenhuma, porque o próprio texto é muito confuso, existe aqui muita informação que é incoerente e que não tem a sua veracidade e também tem informação que não é credível.

Vou frisar outra parte aqui do texto, relativamente à situação, *“este tipo de consumo esporádico e dissociado das realidades locais, geralmente dá preferência às grandes superfícies comerciais, em vez do Comércio local, não produzindo dinamismo na economia local”*, isto não é verdade!

O Alojamento Local, como o nome indica, é nas casas próprias, são empresas, são famílias que estão a querer ganhar um ganha-pão, nós até devíamos incentivar a isso e as pessoas não vão para as superfícies comerciais, vão ser motivadas a ficarem no mercado local, portanto, isto não faz sentido, todo o texto tem que ser revisto.

**Presidente da Mesa** – Estamos entendidos sobre duas coisas, das posições de cada bancada sobre esta matéria e estamos entendidos quanto à redação admitida pelo proponente, nas alterações do ponto 1 e 3, as posições são conhecidas.

**Simão Calixto (CDU)** – Pergunto se a votação, ainda está ponto por ponto, ou é feita em conjunto, não percebi.

**Presidente da Mesa** – Já estão feitas as alterações pelo proponente, não admitiu o ponto a ponto, portanto, julgo que as alterações introduzidas já responderam às questões.

O que está em causa agora, é votar a recomendação proposta, tal como está.

**Simão Calixto (CDU)** – Este esclarecimento foi importante, também para estabelecer a nossa posição de voto. Mantemos o voto a favor, tendo em conta as alterações, o texto não foi melhorado, por isso mantemos as preocupações que tínhamos.

Encontrava-se ausenta da Sala de Sessões um deputado municipal do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com o voto de qualidade do Sr. Presidente da Mesa, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, 18 votos contra, 9 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL, e uma abstenção do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 23.

**Mário Aranha (Ps)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Nós inicialmente iríamos nos abster, mas tendo em conta os esclarecimentos que foram prestados, e considerando que, inclusivamente nas casas unifamiliares ficará suspenso as novas autorizações, achamos que é uma proposta demasiado radical e que vai contra o espírito do, + Habitação, por isso, nós votamos contra”*.

**i) Deliberação n.º 031/2023/AM – Proposta n.º 01/2023/CDU – “Habitação no Município de Setúbal”**

**Vitor Rosa (BE)** – Estando de acordo com a maioria dos considerandos e recomendações, apresentadas pela CDU, nesta recomendação, não podemos deixar de tecer alguns comentários, sobre o papel fundamental que as Autarquias Locais têm na execução de políticas de habitação, conforme previsto no artigo 65.º da nossa Constituição e em relação ao papel que esta Autarquia, nas últimas duas décadas tem tido no Concelho de Setúbal, sob a égide da CDU.

Se são justas as críticas ao Governo Central, não podemos de todo imputar única e exclusivamente essas responsabilidades para cima, há que assumir os erros e as falhas também aqui cometidas, relembro o Bairro da Liberdade, que só agora está a ser resolvido, relembro o Bairro do Forte da Bela Vista, com a degradação em que muitos dos imóveis se encontram, a existência da Quinta da Parvoíce, que felizmente está agora muito perto da sua resolução.

Nas suas vinte e uma recomendações, era importante a definição do seu destinatário, porque algumas destas recomendações, não tem destinatário devidamente identificado, dizendo apenas recomendar, ou por princípio, são apenas recomendações ao Governo, ou por exclusão de partes se entende que algumas das recomendações são dirigidas ao Executivo, e cito a alínea i), l), m), q), r) e s), porque a única recomendação aqui identificada, como dirigida diretamente ao Executivo é a última, a alínea u).

A importância que o Poder Local reivindica, nomeadamente pelas Forças Políticas em períodos eleitorais, para a solução de problemas sociais, como é o da habitação, não pode, pois, ficar na gaveta quando somos poder, essa importância tem que ser real, tem de ser traduzida em soluções concretas e não apenas em queixumes, e no empurrar de responsabilidades entre o Poder Local e Central, porque quem fica sempre no meio destes empurrões são as pessoas mais vulneráveis.

**Flávio Lança (IL)** – Nós queremos fazer aqui uma proposta à CDU, porque esta recomendação, esta proposta que apresentam, é extensa, colocam no mesmo saco, uma variedade muito complexa de temas, algumas delas parecem-nos incompletas e sem alguma fundamentação e careciam de um aprofundamento de cariz mais técnico, eu até sugeria, se estivessem de acordo, baixar esta proposta à Comissão de Urbanismo e Mobilidade.

**Luís Maurício (CH)** – Como eu disse, havia a terceira parte, olhamos para esta proposta da CDU e vemos que eles querem ser Governo, já estiveram na “Geringonça”, nada fizeram e agora tem aqui nesta proposta, recomendo, recomenda....., parece que são o Governo, recomendam uma mão cheia de nada, porque o Governo é que tem as competências.

Por outro lado, há aqui uma alínea que diz assim, “Recomendar a revisão da legislação fiscal de favorecimento a residentes não habituais e a concretização da extinção dos Vistos Gold”, vou-lhes dar uma informação, o programa dos Vistos Gold, já terminou desde o dia 16 de fevereiro.

**Mário Aranha (PS)** – Relativamente a esta recomendação da CDU, nós já começamos a perceber e já sabemos, porque é que não há investimento privado em Setúbal. Esta recomendação é um panfleto, que destila ódio aos fundos e à iniciativa privada, através de preconceitos ideológicos e através de profunda ignorância, sobre os mecanismos da economia de mercado.

Relativamente a essa situação, menciono, por exemplo, a alínea s), que diz “Recomendar a limitação, em áreas de declarada carência habitacional, da eliminação de habitação por via de investimento turístico, seja através da reconversão urbana para hotéis, seja através da mobilização de habitações para uso de Alojamento Local ou arrendamento de curto prazo a nómadas digitais”, ora, isto para nós é completamente inaceitável, afinal, o que é que a CDU quer para Setúbal.

Diz que, um dos vetores de desenvolvimento do nosso concelho é o Turismo, embora aqui os resultados sejam bastante dececionantes.

São gastos milhões em publicidade ou na locação de dezenas de trabalhadores, mas depois na Assembleia Municipal, a CDU é contra a reconversão urbana para Hotéis e Alojamentos Locais.

Relativamente aos nómadas digitais, eu questiono, vai enviar polícias às casas, para verificar se os residentes são nómadas digitais, se isto não é xenofobia, não sei, isto é péssimo para a imagem da cidade.

Com esta recomendação ficamos estupefactos, já sabemos que a CDU em Setúbal, faz oposição ao PCP Nacional, este clama por baixa de impostos na Assembleia da República, a CDU Setúbal aumenta, o PCP Nacional é contra a privatização de Bens Públicos, a CDU Setúbal entrega o estacionamento a privados durante 40 anos.

Agora, temos mais uma camada, agora temos a oposição entre o Executivo e a bancada da CDU na Assembleia Municipal, o Executivo permite a reconversão de um bloco de casas, para hotel, feito através de um fundo controlado pela Goldman Sacks, na Estrada das Machadas, a bancada da CDU na Assembleia Municipal, afinal é contra, fundos e este tipo de reconversão, o Executivo é para o Turismo, a bancada da CDU é contra Hotéis, Alojamento Local e nómadas digitais.

A bancada da CDU é contra o Alojamento Local, mas a Câmara Municipal, explora a Casa das 4 Cabeças, como Alojamento Local, ao arrepio da intenção inicial de alojamento para estudantes.

A bancada da CDU, recomenda à Câmara Municipal, a promoção e a existência de um Parque Habitacional do Município de qualidade, e em troca, o Executivo responde com zero construções novas, tanto de habitação social, como de habitação a custos controlados.

Ficamos também surpreendidos com a exigência de acréscimo de financiamentos necessários, para assegurar os custos correntes e futuros, da manutenção do património construído.

Portanto, a Câmara Municipal vai construir e reabilitar património próprio, com fundos do PRR, vai cobrar as rendas, vai ter as receitas da alienação das casas dentro dos prazos legais, neste momento cobra mais de 60 mil euros por dia aos setubalenses, só em IMI, esbanja em verbas em rotundas e gatos em telhados, e vai exigir aos contribuintes do resto do país, que lhes pague a manutenção de património próprio, é um conceito deveras curioso de solidariedade interconcelhio.

Temos ainda uma nota de satisfação porque o programa do Governo do PS, + *habitação*, aprovado entre março e abril, foi uma grande fonte de inspiração, para algumas das deliberações da recomendação da CDU, porquanto, por exemplo, recomenda “a criação de programas habitacionais de estímulo ao arrendamento”, já não vale a pena recomendar, o Governo já está a executar em Setúbal, o IHRU já está a construir 800 fogos em regime de renda acessível para jovens e para a classe média, o que estranhámos aqui é que, o *Mais Habitação*, disponibiliza terrenos e edifícios públicos, apoios do PRR, etc., e a Câmara Municipal continua sem promover habitação para a classe média e jovens, nós achamos que isto é um erro colossal.

Por outro lado, foi também lançado o mais ambicioso apoio de sempre, para novos projetos privados de arrendamento acessível, destacamos a cedência de imóveis do Estado em direito de superfície, uma linha de financiamento de 250 milhões de euros com juros bonificados, incentivos fiscais ao arrendamento acessível, como o IVA de 6% na construção, isenção de IMI, IMT ou Imposto de Selo.

“Recomendar ao Governo através de movimentos cooperativos, setor social e mutualista de um parque habitacional de custos e qualidade controlados, destinados a renda condicionada”, tal como é defendido na recomendação da CDU, neste caso agradecemos a recomendação, mas mais uma vez, a CDU de Setúbal está atrasada, pois, no Projeto *Mais Habitação*, já estão previstos variados apoios ao movimento cooperativo, com a cedência de terrenos, juros bonificados e principalmente a criação de uma nova geração de cooperativismo, para a promoção de habitação acessível, pretende-se criar nos próximos seis meses, projetos em articulação com o Governo Central, os Municípios e Cooperadores, para esta nova geração de Cooperativas.

Aproveito para lançar o desafio ao nosso Executivo, o Município de Setúbal vai participar com algum projeto-piloto, para esta nova geração de cooperativas?

Recomenda ainda, “a concretização e a extinção dos *Vistos Gold*”, também já foi aprovado.

Por último, não deixamos de sublinhar a evolução da posição da CDU sobre o endividamento, reconhece que a Câmara de Setúbal, no tempo da gestão PS, teve de se endividar durante décadas para acabar com as barracas em Setúbal, não foi para obras supérfluas, e agora está à vista a total ausência de investimento na habitação na nossa cidade, as barracas voltaram.

**Simão Calixto (CDU)** – Em primeiro lugar dizer que, não estamos disponíveis para baixar esta Recomendação à Comissão, uma vez que entendemos que deve ser aprovada e discutida hoje, quando o tema desta Assembleia é a habitação.

Queria também aproveitar para dizer que, de facto, as recomendações que aqui estão, apesar de não estarem dirigidas especificamente ao Governo, o que lá está escrito é que implica que seja o Governo a tomar medidas nesse sentido, a Câmara Municipal, o Município não tem condições, para criar limites para aquisição de habitações para fundos imobiliários, porque não tem capacidade legislativa nesse sentido.

Sobre a questão dos *Vistos Gold* e do *Programa Mais Habitação*, isto é tudo muito bonito, mas a verdade é que o *Programa Mais Habitação*, ainda não está legislado, ainda não está em vigor, portanto, continuam a ser atribuídos *Vistos Gold*.

Enquanto continuarem a ser atribuídos *Vistos Gold*, a CDU vai recomendar pelo fim dos *Vistos Gold*, porque, na verdade, os *Vistos Gold* servem precisamente para retirar habitação, que podia ser da generalidade do povo, e não é, é de alguns poucos com muito dinheiro que vêm cá investir, para ganhar um visto de residente.

O PS, vem-nos aqui dizer que, não há investimento privado, eu diria que, não há é pouco investimento privado neste concelho, com uma série de coisas que já foram anunciadas, e espanta-me que seja o próprio PS a dizer que é o mercado que tem que resolver o problema da habitação, quando se sabe que é o mercado que as despeja, que é o mercado com aquela lei dos despejos, que os senhores também se recusam a terminar na Assembleia da República, que permite aos senhorios e aos fundos imobiliários, pôr as pessoas na rua quando não aceitam os aumentos de renda de 80 % ou de 100% , que em muitos casos acontecem por aí. E, na verdade, a CDU quer mesmo uma cidade onde se possa viver, uma cidade e um Concelho de Setúbal onde se possa viver, onde os trabalhadores possam viver e onde não sejam despejados, isto tem sido a política que temos desenvolvido.

Também nos parece um pouco estranho, o PS vir-nos aqui acusar, de não investir em habitação, quando já está mais que provado que, de facto, a CDU tem feito grandes investimentos na habitação, nomeadamente na requalificação daquele património que foi deixado, com construções de má qualidade, quando os senhores estiveram aqui e endividaram a Câmara com construções de má qualidade.

Gostava que, o PS também esclarecesse o que é a nova geração de Cooperativas, isso era importante perceber, porque, de facto, as Cooperativas tiveram um papel importantíssimo, e em particular aqui no nosso Concelho, com a construção de milhares de casas nos anos, 70 e 80 e, de facto, estão aí bons Bairros, por exemplo a CHE Setúbal, o Bairro da Brejoeira, entre outros, que são de Cooperativas de Habitação, e que nós de facto, precisávamos também que o Governo tomasse medidas concretas de apoio à constituição de Cooperativas, com vista à construção de habitação de custos controlados.

Sobre o Alojamento Local, cabe-me dizer também, o *Mais Habitação*, aquele programa brilhante que o PS nos trouxe, pode suspender o Alojamento Local, mas a CDU não pode pôr a sua limitação no próprio Município, quer dizer, é um pouco contraditório, creio que o PS também tem de se decidir.

Nós não estamos contra, e de facto, o ponto s) diz, *“Recomendar a limitação, em áreas de declarada carência habitacional, da eliminação de habitação por via de investimento turístico, seja através da reconversão urbana para hotéis, seja através da mobilização de habitações para uso de Alojamento Local ou arrendamento de curto prazo a nómadas digitais”*.

Mas a verdade é que, o *+ Habitação*, não passa de um programa, de encenação, digamos assim, de uma propaganda, porque, na verdade vai contra a Estratégia Nacional de Habitação, vai contra o regime do novo Regulamento de Alojamento Local e, portanto, é um conjunto muito grande de instrumentos nesta política de habitação, que ninguém entende e que são contraditórios uns aos outros.

Eu podia dar aqui vários exemplos, a bonificação de juros que está no *+ Habitação*, é uma repetição daquilo que já foi visto na década de 80, é que “à pala” da bonificação de juros, é que se injeta mais dinheiro na Banca Pública, é disso que estamos a falar, também podíamos falar, dos licenciamentos urbanos, na alteração da Lei de Solos e dos Planos de Pormenor, é que aqui também não há nada de novo, é que na verdade, é o Estado a impor-se e a responsabilizar as Autarquias, em poderes que são seus.

Importava clarificar que, a celeridade de licenciamentos que a Convenção da Construção, assim o desejou, e que é mais ou menos o que está no *+ Habitação*, contrasta com o arrastar de procedimentos dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, é que para esses já não interessa o Simplex, para aprovar os Planos de Ordenamento do Território, para os vários Municípios, aí podem ficar nas calendas das CCDR por aprovar. Portanto, senhores deputados, a proposta da CDU é esta que aqui trazemos, no essencial, era a que estava na minha intervenção inicial e, portanto, é esta que pretendemos que seja votada.

**Presidente da Mesa** – Senhor deputado, admite a baixa à Comissão ou pretende a votação.

**Simão Calixto (CDU)** – A CDU não admite baixar à Comissão, queremos que a proposta seja votada.

**Mariana Crespo (PAN)** – Aqui vemos um belo exemplo de um texto CDU, em que o texto de fundamentação é uma coisa e depois, os considerandos, vinte e um deles, são outra.

Divididos em vários temas, cada um mais confuso do que os outros, alguns de apenas autopromoção do Município, outros que não são dirigidos a ninguém, outros com considerandos que pelos vistos, não é necessário explicar, é só preciso ler de novo, porque assim fica toda a gente esclarecida.

Depois, muito interessante também, alguns pontos que são profundamente redundantes, porque são coisas que já são feitas, já existem, mas quando é a CDU a propor coisas redundantes, está tudo bem, quando são os outros Partidos é que há problema.

Da nossa parte, obviamente, o PAN acompanha todas as iniciativas relativamente à habitação pública, mas irá abster-se nesta votação em particular, exatamente pela confusão de muitos dos considerandos.

A CDU como referiu, não aceita baixar à Comissão, daí que, só nos resta esta opção.

**Vanessa Silva (CDU)** – Queremos prestar um esclarecimento sobre o ponto s), para não ficar a ideia de que apenas repetimos aquilo que está escrito no ponto. A proposta que apresentamos no ponto s), é que nas áreas que são definidas e declaradas como áreas de carência habitacional, exista uma limitação da eliminação de habitação, por via de investimento turístico, seja esse investimento de Unidades Hoteleiras ou de Alojamento Local, também propomos que essa limitação se estenda ao arrendamento de curto prazo a nómadas digitais, porque estamos a procurar com esta medida, defender a habitação permanente, é esse o objetivo, defender a habitação permanente com limitações, e não estamos a dizer que é suspender totalmente, estamos a dizer, limitar nas áreas que são definidas como declarada carência habitacional.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um deputado municipal do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com o voto de qualidade do Sr. Presidente da Mesa, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, 1 abstenção do PAN e 18 votos contra, 9 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

**Paula Soeiro (PSD)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“A bancada do Partido Social Democrata, não votou favoravelmente esta proposta porque, ela reflete uma visão correspondente àquilo que é o paradigma social e económico do PCP, em que a social-democracia não se revê. Somos naturais defensores do direito à habitação e das responsabilidades do Estado para a sua concretização, conforme o artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa, mas não no modo como consta na presente proposta ou como também foi enunciado na intervenção inicial da CDU, que referiu o artigo 65.º com uma visão discricionária do seu teor, menorizando o ponto 2, alínea c) e alínea d).*

**Mário Aranha (PS)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Nós votamos contra esta moção, devido a várias razões. A primeira, esta moção é xenófoba, quer colocar polícias a bater à porta de altos quadros qualificados que vem morar para Setúbal a perguntar se é um nómada digital, ou se vai ficar a viver cá em permanência. Destila ódio, ao investimento privado em habitação, representa uma contradição total das práticas do Executivo e da bancada da CDU. A bancada da CDU é anti turismo, o Executivo é pró-turismo. E por último, porque limita-se por outras palavras, a repetir o que já está aprovado no Programa + Habitação, em muitas das deliberações.”*

**j) Deliberação n.º 032/2023/AM – Proposta n.º 01/2023/PS – Moção sobre “Habitação pública, acessível e de qualidade em Setúbal” – INCLUSÃO**

**Simão Calisto (CDU)** – Não podia deixar de assinalar o facto de o PS, ter sido o único Partido que entregou as suas propostas fora do prazo que tínhamos acordado na Comissão Permanente, e que é o mesmo Partido que protesta pelo Executivo não entregar os documentos a tempo, mas eles próprios também o fazem, o que depois dificulta naturalmente, a apreciação cuidada do texto proposto.

Tenho outra questão formal, que é sobre a questão da denominação, queria perguntar ao PS, se de facto, é uma moção, porque depois tem uma proposta de deliberação, só para esclarecer como é que o PS, quer que seja depois aprovado.

Em relação ao conteúdo desta proposta, a CDU, naturalmente não terá condições de acompanhar e vamos votar contra.

Porque esta glorifica políticas nacionais do PS e PSD, que conduziram à atual crise da habitação, omite as responsabilidades do PS no Concelho de Setúbal, designadamente em matérias urbanísticas, na concretização do PER, sem cuidar dos aspetos financeiros, com as consequências desastrosas para o Município, que conhecemos, na ausência de políticas municipais de combate à exclusão e na permissividade de interesses especulativos, enquanto foram poder nesta casa.

Não tem uma palavra sobre o papel do IHRU e do abandono a que os governos vetaram a habitação pública durante décadas. Ignora propositadamente o trabalho da CDU, nos bairros de habitação pública, quer da valorização do espaço público e de espaços comuns, quer de intervenções com as comunidades, promovendo a sua participação e envolvimento na resolução dos problemas comuns.

E por último mente, quando faz referência a financiamento a 100% do PRR, quando já é por todos sabido, que os montantes previstos não cobrem os aumentos dos preços, nem as fases subsequentes da gestão, manutenção e reabilitação do parque habitacional.

E, portanto, como isto é uma proposta profundamente desfasada da realidade e que se limita a reafirmar a propaganda do PS, naturalmente, votaremos contra.

**Vítor Rosa (BE)** – O PS faz nesta moção o seu autoelogio e deixa na gaveta as culpas próprias da crise de habitação, que a sociedade portuguesa atravessa, como se não tivesse feito parte de diversos governos ao longo destes 49 anos de democracia, como se não tivesse sido conivente com políticas de habitação de diversos Governos de direita. Na moção é dito, *“na década de 2000, seguiu-se um período de cerca de 20 anos de desinvestimento na habitação pública, não se tendo criado mais oferta, não houve mais habitação pública e o desinvestimento no parque habitacional municipal em Setúbal”*, mas, e a nível nacional, onde é que andou o PS, em investimento na habitação pública durante estes anos todos.

Apresenta-se agora o PS, como o salvador da habitação pública, com sacos cheios de milhões, e que é agora que vamos passar dos 2% de habitação pública ao fim destes anos todos, em que pouco ou nada fez, para contrariar esta crise habitacional, deixando no ar que, caso não existisse PRR, perguntamos nós, qual seria a política de habitação do PS.

Se estamos de acordo com as recomendações desta moção, não podemos estar mais em desacordo com o conjunto de considerandos aqui apresentados, por isso, nos abtemos em relação a esta moção.

**Rui Lamim (PSD)** – Voltemos um pouco à semântica da coisa, isto é um panegírico, e indo ao dicionário, é um “discurso de louvor de alguém, um elogio exagerado”, pois é, é que o PS acha que é a Maria mais bonita de todas as outras Marias que existem, e então sai isto.

Vamos lá ver, o PER, o Plano Especial de Realojamento, fui consultar os dados do IHRU e talvez queiram corrigir estes 825 fogos, não é bem assim, foram 887, segundo a informação do IHRU de 2018, porque tinham sido protocolados no âmbito do PER. Já foi referido quem era o Governo, a iniciativa é de 93, foram protocolados com o Município de Setúbal, 1.272 fogos, foram construídos 887 fogos, não 825 como aqui está, é um panegírico que até, enfim, é mais modesto do que devia ser, o que dá uma execução de 70%, não é mau! Setúbal ficou com 887 fogos.

Estamos quase a terminar esta nossa Assembleia Municipal e falámos de muitas coisas da habitação, mas as pessoas que estão em casa, ficaram com uma coisa por responder, o que é que este Município vai fazer relativamente àquele arrendamento compulsivo.

O PS não disse nada acerca deste assunto.

É mesmo o Município, que vai bater à porta das pessoas a perguntar se está ocupado e vai fazer obras e vai colocar no mercado? Arrendamento compulsivo em Setúbal, o que é que vai acontecer?

Acerca do panegírico, que está aqui, portanto, é isso que eu gostaria de ouvir o Partido Socialista falar.

Agora, quanto a estas recomendações, acho muito bem, até se calhar vamos votá-las a favor, para que a Câmara Municipal dê cumprimento à Estratégia Local de Habitação, que aproveite o PRR, aproveite o dinheiro, que faça coisas.

O que é que eu posso desejar, que tenha uma taxa de execução superior àquela que foi os 70%. Viva Setúbal!

**Flávio Lança (IL)** – A Iniciativa Liberal, concordando com o ponto 2 e 3, nomeadamente, “*reunir assiduamente o Conselho Municipal de Habitação*” e a “*elaboração da Carta Municipal de Habitação*”, não podemos acompanhar o ponto 1, quando recomenda ao Executivo Municipal, que “*dê cumprimento ao Programa + Habitação*”.

Este programa tem um conjunto de medidas que violam princípios fundamentais, nomeadamente o princípio da propriedade, está em causa o arrendamento compulsivo, que irá continuar a agravar a confiança dos investidores e as limitações impostas com brutalidade, que declaram morte ao Alojamento Local, e que se irá traduzir na diminuição da oferta turística, com fortes impactos na economia local e, por isso, não iremos acompanhar.

**Paula Soeiro (PSD)** – Uma questão aos proponentes desta moção, no seu ponto 2, da deliberação diz que, propõe que “*a Câmara Municipal reúna assiduamente o Conselho Municipal de Habitação*”, há pouco não foi possível obter resposta por parte do senhor Presidente do Executivo, se o Conselho Municipal de Habitação já estava em vigor no atual Mandato, agora, o PS, propõe que reúna assiduamente, gostaríamos de saber se o Partido Socialista ou algum Partido com assento nesta Assembleia, já reuniu no atual Mandato com o Conselho Municipal de Habitação.

**Paulo Lopes (PS)** – Na discussão desta moção viu-se vários posicionamentos sobre a matéria, uns ideológicos, claramente ideológicos, a Iniciativa Liberal num campo, a CDU num campo diametralmente oposto.

A CDU defendendo aquilo que era eventualmente uma economia da União Soviética, antes da queda do Muro de Berlim, e todos sabemos as imagens que nós recebíamos, do que era uma economia estática, do que era o desinvestimento em habitação, do que eram aqueles quase “gulags”, que também existiam lá no Norte e, em como as pessoas viviam e a qualidade como as pessoas viviam, é efetivamente aquilo que vocês estão a defender novamente.

Durante muitos anos aqui em Setúbal, a CDU governou com uma Presidente que nunca defendeu nada disso que vocês defenderam. A Presidente defendia o Alojamento Local, como já foi aqui dito em várias intervenções, defendia Hotéis em zonas urbanas, defendia os nómadas digitais, fazia inclusivamente reuniões para trazer para cá pessoas de fora com qualificações, que são aquilo que vocês chamam nómadas digitais, que são quadros com grandes qualificações. Portanto, agora de repente, temos a CDU, do tempo da cortina de ferro, é aquilo que vocês são neste momento e é aquilo que vocês representam neste momento, para a cidade de Setúbal.

Aquilo que foi aprovado na anterior recomendação, é essa imagem, é esse cenário que vocês acabaram de transmitir.

Do ponto de vista do PSD, obviamente que percebemos qual é a posição, é meramente uma posição do maior partido da oposição a nível nacional e, portanto, faz uma oposição total àquilo que é um programa do Governo do Partido Socialista nacional e, portanto, têm que pôr aqui esta oposição também.

Agora, ponto a ponto, não ponto a ponto, mas aquilo que eu considero o mais importante, do que foi aqui dito ao longo da reunião e que está aqui versado nesta moção.

Primeiro, contrariar totalmente a ideia de que o Presidente da Câmara há pouco falou, que o PRR é uma coisa da Europa e que o Governo não tem nada a ver com isso, o PRR tem uma linha de financiamento europeu, mas a elaboração do programa, senhor Presidente, foi da responsabilidade do Governo, e foi o Governo que elencou e criou com uma estratégia de habitação e elencou aqueles 2,7 mil milhões de euros e criou todo aquele programa dentro do PRR, dentro da tal linha de financiamento europeu.

Sim tem responsabilidades, para o bem e para o mal!

Ainda há dias, tive uma reunião aqui nesta casa, em que foi criticado o PRR, por não ter medidas para Infraestruturas Desportivas, foi uma opção do Governo apostar na habitação, foi aquilo que é efetivamente fundamental e essencial para os portugueses.

Nós assumimos integralmente que este programa, é um programa que vai ter um impacto muito grande, está em linha com a Estratégia Local de Habitação que a CDU aprovou, e aquilo que aqui incentivamos na parte deliberativa, penso que é claro, é que cumpram!

Até porque fazendo aqui algumas contas, porque acho que é importante, quando há pouco se falou da necessidade de endividamento, porque os 100%, não eram os 100%, e é verdade o que foi aqui dito, é 100% do valor de referência, o valor de referência tem vindo a ser atualizado ao longo dos anos, o valor de referência começou com quase 800 e tal euros por metro quadrado e neste momento, está em 1200 e muitos euros, o metro quadrado.

Este valor de referência, é um valor definido pelo IHRU, não é, eu acho que é! É um valor que foi definido em termos com o custo médio de construção das várias empreitadas, etc., isto é a realidade, não é uma questão de opinião, é factual, e aquilo que eu quero aqui dizer, é que, na primeira Estratégia Local de Habitação, em 2020, quando não havia PRR, a Câmara Municipal queria reabilitar 8 Bairros Municipais, construir 542 habitações, isto foi dito pelo senhor Presidente da Câmara, não estou a dar aqui nenhuma novidade.

No que respeita ao financiamento, 50% era financiado pela Câmara em reabilitação e 35% de financiamento pela Câmara no caso de nova habitação, ora, isto ia dar um determinado valor, para o qual a Câmara estava a preparar-se para fazer, foi dito aqui hoje, também pelo senhor Presidente da Câmara, o IHRU iria fazer 940 habitações e uma Instituição Social iria fazer 83 habitações, para arrendamento acessível, isto dá um total de 1.575 fogos e a reabilitação de 8 Bairros Municipais.

Com o PRR, mesmo não sendo 100% do custo real, é financiado a 100%, todos os bairros, não são só 8, passaram a ser todos, ou seja, a Câmara vai ter que fazer um financiamento, como teria que fazer sempre antes do PRR, mas vai passar a ter todos os Bairros incluídos e reabilitados, e isto é muito importante.

O IHRU continua a financiar as habitações para o arrendamento acessível e a construção de 537 habitações para renda apoiada, deixa de ser financiado a 35% pela Câmara, mas mesmo que a diferença seja, os tais 20% que o senhor Presidente falou, 20% é muito inferior aos 35%, portanto, há aqui uma poupança real, face àquilo que era o programa inicial e há aqui uma amplificação da habitação.

Há efetivamente aqui uma oportunidade de ouro e aquilo que esta moção exorta, é o Executivo a cumprir a Estratégia Local de Habitação, terá o nosso apoio para o fazer, terá com certeza o nosso apoio em reunião de Câmara, para contrair os empréstimos que foram necessários.

Para terminar, era muito importante que o senhor Presidente da Câmara, visse olhos nos olhos, as pessoas que habitam os tais 870 e tal fogos, que foram feitos no âmbito do PER, e que dissesse a essas pessoas, olhos nos olhos, se fosse eu o Presidente, vocês não estavam aqui a morar, sabem porquê, porque isto custou dinheiro, que isto criou endividamento à Câmara e vocês continuavam a morar na barraca, foi isso que o senhor Presidente acabou aqui de dizer, e como o deputado Simão Calisto também o disse, ao falar do endividamento e ao falar da necessidade de pôr o interesse de aproveitar um programa absolutamente vital na altura, para acabar com as barracas em Setúbal, em detrimento daquilo que é investimento e empréstimos, mas são boa dívida, é boa dívida, ao contrário da dívida da estética e do efémero.

**Vanessa Silva (CDU)** – O deputado Paulo Lopes, fez aqui um exercício do anticomunismo primário, que lamentavelmente está ainda em alguns quadros do PS, isto é assim a vida, Partidos como o PS têm de facto, destas coisas. O que é mais engraçado aqui, é que isto parece um bocadinho aquela conversa do Conselho de Ministros, que houve agora há pouco tempo aqui no nosso Distrito, que anuncia os Projetos, que já anunciou há 20 anos, tipo o Metro Sul do Tejo e tal, e a gente tem de ouvir sempre como se fosse uma novidade, de facto, é uma necessidade, mas de novidade não tem nada, foi mais ou menos assim, o discurso do deputado Paulo Lopes.

O discurso do deputado Paulo Lopes, procurou colocar aqui duas ou três ideias, que claramente são as ideias, em que o PS vai cavalgar nos próximos tempos, uma clivagem da bancada da CDU e o Executivo, que é uma tristeza para vocês, de facto, é uma clivagem que vocês vão inventar, sabem que a isso nós só respondemos, com o exercício do poder ao nível das Autarquias Locais, aqui do Município e dos Órgãos Municipais, em que estamos e, portanto, a vida concreta das pessoas vai melhorar, com o nosso exercício do poder, isso não há dúvida nenhuma.

Depois há outra questão que é enunciada e que não é só por ser enunciada, que passa a ser verdadeira, que é que, as políticas de endividamento que levaram à Câmara Municipal no passado, que foram levadas a cabo pelo PS, se deveram ao facto de serem construídos fogos de habitação social, quer dizer, o Presidente disse outra coisa, mas o deputado Paulo Lopes, também cavalgou nessa ideia e não é por cavalgar, que passa a ser verdade.

Depois decidiram voltar novamente ao parágrafo, que já esclarecemos relativamente à nossa recomendação, para chamar-nos xenófobos, que é uma novidade, para voltar a cavalgar nesta ideia, quando está mais que explicado e está escrito, que aquilo que nós defendemos, é limitações nas áreas declaradas de carência habitacional.

Não somos contra o Alojamento Local, como não fomos no passado, encabeçados por a Maria Dores Meira e agora encabeçados pelo André Martins, não fomos, não somos e não seremos, aquilo que nós consideramos é que deve haver limitações nas áreas declaradas de carência habitacional.

Também não somos contra o turismo, aliás, basta ver, o pulo que esta cidade deu connosco, desse ponto de vista, aliás, só vos envergonha fazerem esse tipo de discurso aqui, porque as pessoas têm memória, até as que não viviam cá têm memória.

A memória do passado é tão lamentável, que se vocês às vezes, se envergonhassem um bocadinho até ficava bem, não ficava nada mal, mas, pronto, não se envergonham, afirmam, e as pessoas sabem que entre o vosso discurso e a vossa prática política, há uma decalagem que é um fosso abissal.

Como é um fosso abissal, que a realidade que aqui veio trazer a esta Assembleia Municipal e à vida das pessoas, que o PRR tem um financiamento a 100%.

Não tem financiamento a 100%, os valores de referência estão longe dos valores praticados atualmente, houve um aumento brutal dos preços e os valores de referência estão muito abaixo daquilo que são os preços praticados, como também, não contém um conjunto de outras questões, nomeadamente que já aqui foram referidas, que podem ser apresentados valores acima do valor-base a concurso em cerca de 20% de candidaturas, o que levará a um aumento que vai muito além dos 100%, para além dos outros desvios todos, que normalmente este tipo de concursos têm e que têm de ser considerados, nomeadamente as revisões de preços e tudo mais.

É a vida prática que vos vai demonstrar a falta de razão que têm, o que é triste é que mais uma vez, são as pessoas de Setúbal, que vão pagar pela vossa incompetência.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um deputado municipal do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta reprovada por maioria e em minuta, com 18 votos contra, 17 da CDU e 1 da IL, 4 abstenções, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, e 15 a favor, 9 do PS e 6 do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 25.

**Presidente da Mesa** – Terminado este debate, vamos repensar sobre o decorrer da Assembleia, cada um vai tirar as suas mais-valias, os proveitos e não proveitos, e o que é que conseguimos contribuir conjuntamente, para a solução dos problemas, que são grandes e que justificam que cada um mantenha firmemente as suas perspetivas ideológicas. Temos que repensar e refletir um pouco sobre os resultados práticos e os contributos que podemos dar, para a solução dos problemas.

O problema é fraturante na Sociedade, é de facto grave e temos que assentar ideias comuns, ouvi aqui repetidamente de várias bancadas, a argumentação de que a boa receita, do IMI e do IMT, dá para manter, e fazer a manutenção das casas, é bom não esquecer o princípio da não consignação de receitas.

São receitas principais da Câmara e, portanto, esse problema da sustentação orçamental da manutenção, que é feita depois por décadas, é um problema real que não está equacionado.

Portanto, é bom que todos pensemos como é que isso se vai resolver, não sei se é no PRR, não vai ser porque já vai estar extinto, se vai ser com outros meios financeiros, portanto, a questão da gestão orçamental e das transferências entre o Orçamento de Estado e dos Municípios, é um acaso a pensar.

Por último, nós fizemos um debate, cada bancada com as suas convicções, mas a noção que temos que ter, é de que as regras serão comuns, as regras sobre a habitação, sobre o alojamento local, sobre o que for, são válidas aqui em Setúbal, como são válidas em Bragança, portanto, temos de ter a noção quando estamos a recomendar e a atirar ou culpas ou responsabilidades, quer para o Governo, quer para o Município.

O Município não pode assacar aquelas que são do Governo, porque o Governo é que legisla, é que estabelece as regras e essas valem para todos os Municípios, por igual.

Em todo o caso, são só umas notas de reflexão que eu vos deixo.

Tem a palavra o senhor Presidente da Câmara, para fazer a intervenção de encerramento.

**Presidente da Câmara** – Permita-me que, antes de iniciar aqui o texto da intervenção de encerramento, eu não consigo resistir em deixar aqui também expresso, o entendimento político com que fiquei com a intervenção do senhor deputado do Partido Socialista, a propósito da forma como o fez e a justificação de tantos assuntos e tantas questões que enrolou, eu acho que isto é uma verdadeira manifestação de desespero, que eu não estava nada à espera, que o senhor deputado Paulo Lopes, em nome do Partido Socialista, aqui nos deixou, e por isso, também para que fique aqui registado, esta minha avaliação desta intervenção.

Chegados ao fim deste importante debate, importa destacar perante esta Assembleia, com maior detalhe as operações que estamos a desenvolver, para valorizar o nosso Concelho, o direito Constitucional a uma habitação condigna. Operações que dão bem conta do enorme esforço técnico e financeiro que esta Autarquia está a realizar nesta matéria graças à decisão política do Executivo da CDU.

A Estratégia Local de Habitação de Setúbal, aprovada em setembro de 2020, foi estruturada por uma equipa composta por consultores e especialistas externos e pelo grupo de trabalho do Município, em estreita articulação com o Executivo Municipal. Esta Estratégia integrou medidas, metas, custos e financiamentos adequados às condições gerais dos financiamentos, que estabeleciam que os Municípios investissem do seu orçamento, cerca de 50% do valor total do investimento na reabilitação de edifícios e 35% do valor na promoção da nova habitação.

Estas medidas configuraram a reabilitação de 8 bairros municipais, que resultaram num acordo de colaboração com o IHRU, no valor de cerca de 23 milhões de euros.

A Câmara Municipal de Setúbal, tomou, entretanto, a iniciativa de desenvolver um estudo urbanístico, para toda a área da Bela Vista consolidada e com disponibilidade para acolher mais soluções habitacionais, tendo em vista também a qualificação urbanística deste território, com o preenchimento dos vazios urbanos.

Ficaram acordados, em Protocolo estabelecido com o IHRU os termos e condições de cooperação entre ambas as Entidades, para o desenvolvimento do Projeto Habitacional de Setúbal Nascente, nos termos da proposta apresentada pela Câmara Municipal, de novos loteamentos em áreas consolidadas e na prossecução do objetivo principal de criação de soluções habitacionais de promoção pública para os agregados mais vulneráveis.

Com os projetos desenvolvidos pela Autarquia, serão edificadas pelo IHRU nos seus terrenos, cerca de 795 habitações de custos controlados, destinadas a arrendamento acessível, complementadas com áreas destinadas a comércio, serviços e estacionamento.

Nas áreas de cedência destas operações urbanísticas, a Câmara Municipal, irá desenvolver três novos empreendimentos, para a construção de 537 habitações de renda apoiada. No contexto deste mesmo processo, será desenvolvido por uma Entidade do terceiro setor, neste caso a ACM, um conjunto habitacional com 83 habitações de custos controlados.

Em junho de 2021, foi publicada a Portaria, que define o apoio financeiro do PRR ao Programa de Apoio ao Acesso à Habitação e à Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, com a possibilidade de financiamento de 100%, e com as operações urbanísticas resultantes do Projeto Habitacional de Setúbal Nascente, colocou-se assim a necessidade de atualizar a Estratégia Local de Habitação.

Este foi o contexto em que a Câmara Municipal, aprovou em novembro de 2021 a atualização da sua Estratégia Local de Habitação, na qual se contempla um aumento substancial do número de operações, com um valor global de cerca de 192 milhões de euros, que se pretende realizar até 2026, no âmbito do PRR, volto a repetir estes valores são referentes a 2019.

Estamos a falar de três operações, para reabilitação de todo o Parque Habitacional Municipal, que abrangem 414 edifícios e 1.875 habitações municipais, de 3 novos conjuntos habitacionais, para construção de 537 habitações de renda apoiada e de duas operações para alojamento urgente e temporário, com um total de 35 alojamentos.

De realçar que, a nossa Estratégia contempla várias medidas além das que são estritamente da responsabilidade do Município, tais medidas contemplam a reabilitação de 1.274 habitações de propriedade privada, localizadas nos bairros municipais, a reabilitação de 40 habitações privadas degradadas, em áreas de reabilitação urbana e a construção de 795 fogos de promoção direta do IHRU.

Integram ainda, a construção de 83 fogos por Entidades do terceiro setor e a construção de 100 fogos de Habitação Cooperativa, importa realçar que, as operações promovidas por outras Entidades podem também beneficiar do acesso ao PRR.

A Estratégia Local de Habitação do Município de Setúbal, privilegia princípios fundamentais em articulação com, o *Programa 1º Direito*, entre estes princípios destacam-se a satisfação de carências habitacionais com maior urgência social, em particular da população residente a viver em situações habitacionais indignas, em vulnerabilidade e em carência financeira, bem como, a prioridade conferida à reabilitação do edificado e a dinamização da oferta de habitação para arrendar e a cooperação com outras Entidades.

Aqui chegados o que, neste momento, podemos dizer, é que se em Setúbal fomos dos primeiros Municípios a apresentar a Estratégia Local de Habitação e, se neste momento, podemos contabilizar mais de 1.400 novos fogos do Projeto Habitacional de Setúbal Nascente, isso deve-se única e exclusivamente à iniciativa política desta Câmara Municipal.

Neste momento, estão aprovadas quatro candidaturas, para a reabilitação dos Bairros das Manteigadas, da Alameda das Palmeiras, do Forte da Bela Vista e da Bela Vista, com um valor de 67,6 milhões de euros.

A esta data, com os valores das propostas em condições de serem adjudicadas, para os Bairros Forte da Bela Vista e Bela Vista, a necessidade de valor adicional é de 23,6 milhões de euros, a discrepância dos valores alcançados espelha de forma clara, as diferentes necessidades de intervenção e conseqüentemente o estado de conservação de cada bairro.

Para lá das candidaturas já apresentadas, encontram-se em fase avançada de preparação cinco outras, Bairro Afonso Costa, Quinta de Santo António, Quinta do Freixo, Bairro 25 de Abril e Bairro Quinta dos Vidais, nestes casos, e de forma genérica, encontram-se em fase final de contratação, os projetos de execução correspondentes, com os valores apresentados para as respetivas empreitadas, às estimativas constantes da Estratégia Local de Habitação.

Recorde-se que as candidaturas e respetivas empreitadas, não integram as obras de arranjos exteriores, as quais à data não estão incluídas em qualquer mecanismo de financiamento, o seu valor estimado é de aproximadamente mais de 5 milhões de euros.

Quanto à habitação nova, temos tudo preparado, o caderno de encargos, programas preliminares e termos de referência, para avançar com os concursos de concessão dos três conjuntos habitacionais, que totalizam 537 habitações.

Relativamente a estes conjuntos habitacionais, as estimativas apontam na Estrada da Graça, para custos de 6 milhões e 650 mil euros para 48 fogos, na Avenida da Bela Vista de 47 milhões e 760 mil euros destinados a 350 fogos e na Rua das Piteiras para os custos de 20 milhões e 130 mil euros para mais 144 fogos.

Entretanto, devo sublinhar que o Município só pode apresentar estas candidaturas ao PRR, quando a cedência dos terrenos por parte do IHRU for formalmente resolvida, pelo que daqui apelo a uma rápida resolução desta questão.

Encontra-se também em fase de lançamento, o concurso para a aquisição do Projeto para a Concessão das Infraestruturas, que deverão servir os novos conjuntos habitacionais, a empreitada a lançar posteriormente, está atualmente estimada em mais de 5 milhões de euros.

Estou a falar de um território do IHRU, onde esta Entidade vai desenvolver um Programa de Arrendamento Acessível, que abrange cerca de 800 fogos e parece-me inquestionável que devem ser encontrados os meios para o seu financiamento.

As intervenções preparadas no âmbito da Bolsa Nacional de Alojamento Temporário e Urgente, integram a Rua Arronches Junqueiro, Rua do Eito, aqui com capacidade para 52 utentes e o Palácio de Cabedo com capacidade para 15 utentes. Ambas as operações têm valores estimados de empreitadas muito superiores aos respetivos valores das candidaturas, que se encontram absolutamente desajustados tendo em atenção o estado de degradação de cada um dos edifícios.

A situação do Palácio do Cabedo ainda se agrava mais, pelo facto de se tratar de um edifício classificado, para cuja reabilitação há exigências específicas da Direção-Geral do Património Cultural.

Os desajustamentos e problemas que acabo de referir, apenas serão ultrapassados se houver da parte do Governo, a necessária vontade de o resolver, pelo que aqui deixo também o alerta, para a imprescindível celeridade no tratamento destes assuntos pelas Entidades competentes.

Em resumo, temos orgulho de ter candidaturas ambiciosas ao PRR, ainda que os valores dos financiamentos não tenham em consideração os custos reais das empreitadas.

Nos casos em que faremos reabilitação o desajustamento ainda é mais flagrante, pois não há nenhuma ponderação relativamente ao estado de conservação dos edifícios a serem intervencionados.

Avaliados os vários constrangimentos que enfrentamos neste processo, defendemos que o prazo do PRR deverá ser alargado e que as obras necessárias nas infraestruturas da Bela Vista devem ser financiadas, além disso, a cedência dos terrenos para as operações do Município e do ACM deverá ser efetivamente, efetivada rapidamente.

Para terminar, coloco em evidência alguns números, que me parecem expressar muito bem o que está em causa, nas operações que a Câmara Municipal de Setúbal está a liderar em matéria de habitação.

Hoje, o número de habitações públicas municipais existentes em Setúbal é de 1873 e representa 3,7 % do total, que são 51125 habitações recenseadas no Concelho.

Estamos perante um valor acima da média nacional, que é de 2%, com a programação de construção de mais 1332 habitações públicas, teremos um total de 3205, o que fará com que o número concelhio de habitação pública, suba para 6,3% do total de habitações, ficaremos assim, muito acima da meta de 5% de habitação pública que foi anunciada para o País.

Se tal acontecer, será apenas em resultado da decisão política da Câmara Municipal de Setúbal e do enorme esforço técnico que será necessário, para pôr este grande edifício em pé, por isso temos afirmado repetidamente que estamos a trabalhar para ter habitação para todos.

Fazemos o trabalho, pelo trabalho, sempre ao lado das nossas populações, estabelecendo sempre que necessário as indispensáveis parcerias com o Governo, nunca deixando, porém, de colocar em evidência os problemas do nosso Concelho e de quem aqui vive.

Este é o trabalho, pelo trabalho, para construir mais cidade, mais Setúbal.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e vinte e sete minutos do dia treze de maio, de dois mil e vinte e três.

O Presidente da Mesa da Assembleia,

---

Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,

---

Eusébio Manuel Candeias

Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa e Susana Bernardo.

Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.